

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIA EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

RAONY TULLIO CARNEIRO

ELES NÃO MORAM, SE ESCONDEM, NÃO DORMEM, VIRAM A NOITE:
VIVÊNCIAS ESPACIAIS DE HOMENS QUE TRANSFORMAM A RUA EM CASA NA
CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ

PONTA GROSSA
2018

RAONY TULLIO CARNEIRO

ELES NÃO MORAM, SE ESCONDEM, NÃO DORMEM, VIRAM A NOITE:
VIVÊNCIAS ESPACIAIS DE HOMENS QUE TRANSFORMAM A RUA EM CASA NA
CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ.

Dissertação de Mestrado apresentada para a
obtenção do título de mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do
Território.

Orientador: Profº Drº Márcio José Ornat

PONTA GROSSA
2018

C289 Carneiro, Raony Tullio
Eles não moram, se escondem, não dormem, viram a noite:
vivências espaciais de homens que transformam a rua em casa na
cidade de Ponta Grossa, Paraná/ Raony Tullio Carneiro. Ponta
Grossa, 2018.
152 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Geografia – Área de concentração –
Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Márcio José Ornat

1. Espaço. 2. Espacialidade. 3. População de rua. 4.
Práticas de sobrevivência. 5. Espacialidades. I. Ornat, Márcio
José. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa – Mestrado em
Geografia. III. T.

CDD : 364.152

TERMO DE APROVAÇÃO

RAONY TÚLIO CARNEIRO

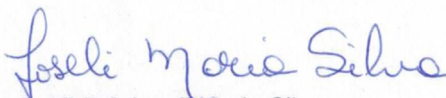
**“ELES NÃO MORAM, SE ESCONDEM, NÃO DORMEM, VIRAM A NOITE:
VIVÊNCIAS ESPACIAIS DE HOMENS QUE TRANSFORMAM A RUA EM
CASA NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof^o Dr^o Marcio Jose Ornat

UEPG



Prof^a Dr^a Joseli Maria Silva

UEPG



Prof^o Dr^o Alides Baptista Chimin

UNICENTRO

Ponta Grossa, 25 de Setembro de 2018.

Decido aos compassos do meu coração,
Caroline e Aurora.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o que torna as coisas verdadeiras e nos oportuniza a repensar nossos atos e aprender com outras pessoas. Como afirma o presidente da Soka Gakkai Internacional, Dr. Daisaku Ikeda: “a gratidão é o que torna uma pessoa verdadeiramente humana”. Cultivar a gratidão pelas oportunidades e desventuras da vida fortifica a nossa humanidade interna.

Agradeço antes de qualquer pessoa o Dr. Daisaku Ikeda, filósofo, poeta, romancista, líder budista e pacifista humanista. Agradeço pelas oportunidades de transformar a minha vida e as circunstâncias da nossa sociedade caótica que insistem em querer nos derrubar. Agradeço também por ter conhecido a sua maneira simples e cativante de escrever e incentivar as pessoas. Agradeço pelo exemplo de pacifista e diplomata que és.

Agradeço sem sombra de dúvidas as palavras, orações, incentivos e 'puxões de orelha' de todxs xs familiares que estiveram comigo durante esses dois anos e seis meses de aperfeiçoamento acadêmico e pessoal. Agradeço profundamente e especialmente a Caroline Aparecida dos Santos Carneiro e a Aurora Paraná Carneiro dos Santos são elas quem mais sentiram as dores e estresses dessa caminhada acadêmica que aqui se inicia. Um agradecimento especial a minha mãe, Márcia Regina Tullio Marcondes Carneiro, uma inspiração de resistência, amor e doação. Agradeço ao meu pai, Autanir Marcondes Carneiro, por me incentivar desde criança a estudar. Agradeço a toda a família Francisco, Gabriel, Ricardo, Nelson, Rosemari, Odete, Cauã, Caique. Amo vocês incondicionalmente.

Dados os agradecimentos familiares quero aqui deixar o agradecimento a todxs da família que me escolheram durante a caminhada da vida. A toda a minha turma de graduação 2012-2016, guerreiras e guerreiros que muito me ensinaram sobre a geografia e sobre a amizade. A toda minha turma de mestrado, Andrea, Alejandra, Eliane, Jéssica e Márcio Ferla, os hamsters indisciplinados (risos). Agradeço a todos xs companheirxs de Gakkai que sempre estiveram juntxs nos momentos difíceis com incentivos e estudo do budismo.

Agradeço profundamente todxs xs colegas de Grupo de Estudos Territoriais, principalmente ao meu orientador Drº Márcio José Ornat, por suas contribuições e

por compartilhar um pouco do seu conhecimento. Um agradecimento especial as mulheres desse GETE que sempre estiveram do meu lado nos momentos bons e principalmente nos momentos difíceis dessa caminhada acadêmica, Lucélia, Adriana e Mayã, agradeço pelo apoio.

Por fim e não menos importante agradeço a todos os homens e mulheres que encontrei e conheci desde que comecei a me questionar sobre a vivência espacial das pessoas que transformam a rua em casa. Centenas de rostos me vem a cabeça, nas vielas das vilas em Ponta Grossa-PR, nas praças de Curitiba-PR, em baixo dos viadutos em Porto Alegre-RS, nos metrô em São Paulo-SP, em documentários, em textos, em pinturas, em fotografias. Rostos de sofrimento, mas também rostos de muita resistência e força que apesar das constantes dificuldades não se negam a sorrir, a brincar e fazer piada da vida, sempre acreditando que o sol nasce para todos e que hoje vai ser um dia melhor do que ontem. Agradeço pelo crescimento que os diálogos e encontros me proporcionaram, espero ter deixado um pouco de mim em vocês também.

Seja como for, a grandiosa Revolução Humana de
uma única pessoa irá um dia impulsionar a
mudança total do destino de um país e, além
disso, será capaz de transformar o destino de toda
a humanidade!
Daisaku Ikeda

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender como o espaço constitui as práticas de sobrevivência cotidiana das pessoas que transformam a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná. O fenômeno da população “(em situação)” de rua está em evidente crescimento nas grandes e médias cidades do mundo. Em Ponta Grossa, Paraná, segundo dados do Centro de Referência Especializada de Assistência Social para a População de Rua (Creas POP) da cidade, existem entre 120 e 140 pessoas transformando a rua em casa na cidade. Os dados da pesquisa foram obtidos através de trabalho de campo nas ruas, praças e parques da cidade e no Ministério Melhor Viver, instituição cristã que acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente que estão transformando a rua em casa. Foram realizadas 8 entrevistas semi-estruturadas com essa população nas ruas e na instituição. Através dessas entrevistas foi possível categorizar as principais espacialidades citadas e analisar como contribuem para as práticas de sobrevivência cotidiana. As espacialidades de auxílio, a rua, as espacialidades das casas de familiares, o trabalho e as espacialidades das drogas foram as que mais apareceram nas entrevistas. Os espaços para a população de rua são em alguns momentos performáticos. Através desses espaços a população que transforma a rua em casa na cidade de Ponta Grossa-PR (sobre)vive na relação com as instituições de assistência, outras pessoas 'em situação' de rua, com as autoridades de segurança pública, as conflitantes relações familiares, com o tráfico de drogas e com o alcoolismo. Ademais, esses corpos são lidos enquanto abjetos e passíveis de morte, ou melhor, 'devem' morrer.

Palavras-chave: Espaço, espacialidade, população de rua, práticas de sobrevivência.

ABSTRACT

The present work has as objective to gather space in the practice of daily actions of the people that transform the street in house in the city of Ponta Grossa, Paraná. The phenomenon of the population "in situation" of street is located in large growing in the large and medium-sized cities of the world. In Ponta Grossa, Paraná, according to data from Creas POP of the city, between 120 and 140 people transforming the street at home in the city. The survey data were seen through fieldwork on the streets, squares and parks of city and in the Ministério Melhor Viver, the Christian institution that shelter people in situations of social vulnerability, mainly who are transforming the street at home. Eight semi-structured interviews were carried out with this population at the streets and in the institution. Through these interviews it was possible to categorize the main spatialities mentioned and analyze how they contribute to daily survival practices. The aid spatialities, the street, the spatiality of the family houses, the work and the spatialities of drugs were the ones that appeared the most in the interviews. The spaces for the street population are sometimes performative. Through these spaces, the population that transforms the street at home in the city of Ponta Grossa-PR survives in the relationship with the care institutions, other people 'in situation' of street, with the authorities of public security, the conflicting family relations, with drug trafficking and alcoholism. Moreover, these bodies are read as abject and liable to death, or rather, 'should' die.

Palavras-chave: Space, espaciality, street population, practices of surviving.

LISTA DE SIGLAS

CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a
POP/CENTRO	População de Rua
POP	
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GETE	Grupo de Estudos Territoriais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MNPR	Movimento Nacional pela População de Rua
PNPSR	Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua
PNISPSR	Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua
PMPG	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
1 CAPÍTULO I – AS PESSOAS QUE TRANSFORMAM A RUA EM CASA.....	18
1.1 'População de Rua', 'Pessoas em Situação de rua', 'Moradores de Rua, ou Pessoas que Transformam a Rua em Casa?.....	18
1.2 Um Salto Escalar entre Espaço Público, Casa e Corpo.....	33
2 CAPÍTULO II – ESPAÇO E SOBREVIVÊNCIA DAS PESSOAS QUE TRANSFORMAM A RUA EM CASA.....	61
2.1 Uma Compreensão Geográfica do Fenômeno.....	62
2.2 Espaço, Abjeção e Política da Morte.....	82
3 CAPÍTULO III – AS DINÂMICAS ESPACIAIS DE SOBREVIVÊNCIA DE HOMENS QUE TRANSFORMAM A RUA EM CASA NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ.....	93
3.1 A Caminhada Metodológica da Pesquisa.....	93
3.2 Espacialidades Discursivas e Categorias Discursivas na Vivência Cotidiana de Homens que Transforma a Rua em Casa.....	116
3.2.1 A Rua, a Casa e o Corpo.....	118
3.2.2 Espacialidades de Auxílio.....	125
3.2.3 As Espacialidades das Drogas.....	129
3.2.4 A Cidade e a Pernoite.....	131
3.2.5 O Trabalho.....	133
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
5 REFERÊNCIAS.....	143
6 APÊNDICES.....	149
6.1 Apêndice I – Roteiro Semiestruturado de Entrevista.....	150
6.2 Apêndice II – Banco de dados no LibreOffice Base.....	152

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente dissertação tem como questionamento central: 'Como o espaço constitui as práticas de sobrevivência cotidiana das pessoas que transformam a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná.' Esta questão central desdobra-se em três subquestões: 'Como acontece o processo de tornar-se pessoa que transforma a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná'; 'Como as pessoas que transformam a rua em casa estabelecem suas dinâmicas de sobrevivência espacial na cidade de Ponta Grossa, Paraná'; e 'Como se estabelecem as práticas cotidianas de sobrevivência na vivência espacial'. Para responder essas questões realizamos trabalho de campo, levantamento bibliográfico e entrevistas semi-estruturadas (Apêndice I) com essa população na cidade de Ponta Grossa-PR.

O que eu escrevo é também muito do que eu sou, acredito que isso deveria ser natural em qualquer profissão, inclusive nas universidades. Eu cresci em uma 'família comum', mãe, pai, irmãos, avós, etc. Desde criança tive referências em minha família de pessoas que dedicavam tempo e energia de suas vidas para ajudar a construir a felicidade e paz na vida de outras pessoas. Meus avós maternos sempre estiveram ligados a Sociedade São Vicente de Paula (SSVP) realizando encontros, diálogos, doações de alimentos e de roupas para famílias carentes em Ponta Grossa-PR. Minha avó paterna e sua filha, minha tia, seguiram o caminho da enfermagem para ajudar as pessoas adoecidas. Minha mãe e meu pai, de alguma maneira ou de outra sempre transmitiram esse espírito para nós (somos em 4 irmãos).

Existe uma dessas histórias familiares que quero compartilhar. Desde que me conheço por gente, lembro-me que meu avô paterno estava envolvido em atividades na SSVP. Depois que ele se aposentou do trabalho como marceneiro/carpinteiro na Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) começou a trabalhar na manutenção do Asilo São Vicente de Paula. Posteriormente, ele passou para a presidência da Vila Vicentina, onde ficavam localizadas a Casa da Acolhida e a 'Casa da Menina' Santa Luíza de Marillac. Lembro-me claramente de ter entre 12 e 15 anos e frequentar esses espaços junto de minha avó e meu avô. Recordo-me de sempre conversar com as pessoas que estavam por lá, de ver meus avós dialogando e aconselhando muita gente que passou pela Vila Vicentina, não apenas as usuárias dos serviços, mas também suas funcionárias

e auxiliares. Assim, minha relação com a população de rua já é um pouco antiga, ainda que um pouco distante.

Quando fui para o quarto ano da graduação do curso de Licenciatura em Geografia, necessitava decidir e escrever o meu projeto de monografia, viajei para São Paulo-SP, pois nesta época, minha companheira estava morando lá. Numa tarde de domingo cinzenta e com uma garoa fina fomos assistir o show de um dos meus artistas favoritos, Alceu Valença. Passamos a maior parte do dia no deslocamento de um lado para outro da cidade. Quando estávamos voltando, já era início da noite, pegamos o metrô na linha vermelha em Itaquera em direção à Barra Funda. No momento em que entramos no vagão ‘alguma coisa acontece[u] no meu coração’¹ e percebi a presença de um homem que visivelmente morava na rua. Suas roupas estavam bem sujas e bem estragadas, ele cheirava como se não tomasse banho a pelo menos uma semana e tinha o semblante bem triste, preocupado, angustiado, um rosto de sofrimento. Ficamos em uma posição em que conseguia ver claramente ele. Estava olhando para fora do vagão como se pensasse em como a vida tem sido cruel com ele. Durante todo o trajeto (que cruza a capital de São Paulo de leste a oeste), ninguém chegou perto e nem sentou do seu lado. Aquilo sim havia me intrigado. Seu corpo parecia que repelia outras pessoas de perto. Ou será que as pessoas não queriam enxergar e aceitar que um pobre miserável, estava ali, bem nas suas frentes, ocupando dois bancos (mesmo que estivesse sentado apenas em um) no trem?

Esse acontecimento me despertou para a pesquisa, mas tudo ainda estava muito vago na minha cabeça e no meu coração. Conversando com meu orientador e colegas, cheguei a um norte de busca, queria entender como as pessoas em situação de rua enxergavam e liam a cidade a partir de sua vivência. Nessa pesquisa (CARNEIRO, 2016) chegamos a três maneiras de compreender como as pessoas em situações de rua enxergam a cidade, por meio da realização de 5 entrevistas em profundidade: pessoas que saíram de suas antigas cidades buscando melhores oportunidades de vida; pessoas que escolheram viver viajando para fugir dos problemas; e, pessoas usuárias de drogas.

Consegui, logo que terminei a graduação, ingressar no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) para cursar o Mestrado em Gestão do Território e optei por continuar trabalhando com a população de rua. Minha monografia me deixou com mais

¹ Parafraseando: Caetano Veloso. **Sampa**. In: Muito (Dentro da Estrela Azulada). Rio de Janeiro: CBD Phonogram, 1978. 1 CD. Faixa 7 (3 min 17 s).

dúvidas do que respostas, mas acredito que estava no caminho certo mesmo. Nas primeiras discussões e conversas no Grupo de Estudos Territoriais (GETE), e não somente no grupo, sobre a nova pesquisa surgiu uma primeira pergunta de partida: Como as estratégias de sobrevivência cotidiana de moradores e moradoras de rua potencializam deslocamentos e conexões espaciais no Estado do Paraná? Minha monografia tinha me deixado com esse eco, as pessoas que estão na rua estão diuturnamente se movimentando pra lá e para cá, sempre buscando alguma coisa, um dinheiro, um trabalho, uma droga, um lugar pra dormir, uma comida, uma roupa, etc. Mas, como é que elas se mantêm nesse movimento? Ou melhor, como é que eles sobrevivem nesse movimento?

Para validar essa pergunta fui atrás de informações conversando com as pessoas que estão nas ruas e convivem com essa população. Para tanto, escolhi delimitar o campo através do Enfoque Baseado nos Direitos Humanos (EBDH) que “busca transformar as relações de poder existentes, corrigindo as desigualdades, as práticas discriminatórias e a injusta repartição de poder, por estes serem os principais problemas que dificultam o desenvolvimento”² (ISI Argonauta, 2010, p. 9). Este enfoque trabalha com três Titulares (Direito, Obrigação e Responsabilidade), fazendo com que o trabalho de campo necessite ser pensado e executado em várias frentes.

Basicamente, os Titulares de Direito são todas as pessoas em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, que necessitam de ações para assegurar seus direitos humanos; os Titulares de Obrigação são os órgãos governamentais que devem assegurar a segurança e os direitos humanos dessa população; e, os Titulares de Responsabilidade, são todas as pessoas da sociedade, uma vez que todas devem assegurar os direitos humanos das que mais necessitam. No entanto, as ONG’s e outras instituições não-governamentais tomam essa responsabilidade para si e atuam para a proteção e auxílio da população. Obviamente que, diante de uma população tão complexa e heterogênea como a população de rua, esses Titulares se desenrolam em diversos setores e instituições.

Os primeiros campos que fiz enfocando o trabalho de dissertação foram em duas instituições religiosas (Titulares de Responsabilidade) que acolhem as pessoas em

² “busca transformar las relaciones de poder existentes, corrigiendo las desigualdades, las prácticas discriminatorias y el injusto reparto de poder, por ser estos los principales problemas que obstaculizan el desarrollo” (tradução nossa)

situação de vulnerabilidade social e, principalmente, em situação de rua, e também no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CREAS pop) daqui da cidade de Ponta Grossa-PR (Titular de Obrigação). Nesse primeiro momento, queria apenas observar como as pessoas se comportam nesses espaços de assistências e como é um pouco das suas rotinas. Realizei também entrevistas com a coordenadora do CREAS pop, Angra³, com a assistente social e coordenadora do Ministério Melhor Viver, Andurá, e com a assistente social e coordenadora da Casa da Acolhida, Caupe, buscando compreender de que maneira essas figuras centrais de cada instituição enxergam a população de rua e, ao mesmo tempo, entender como cada instituição trabalha.

Após essas primeiras entrevistas exploratórias, dialogando com meu orientador, Profº Drº Márcio José Ornat e com outras/os pesquisadoras e pesquisadores do GETE, pudemos readequar a questão central para a pesquisa que já começava a se construir. A questão central passou a ser: Como o espaço constitui as práticas de sobrevivência cotidiana das pessoas moradoras de rua em Ponta Grossa, Paraná?

Para tentar responder esse questionamento precisava ainda me aproximar mais das pessoas que estão nas ruas. Então, conversando com o meu orientador, chegamos a um acordo de sair para as ruas distribuindo lanches à noite. Decidimos que íamos levar sanduíches acompanhados de refrigerante e roupas para as pessoas que encontrávamos nas ruas uma noite por semana, devido as possibilidades de realização de campo à época. Ainda que tenha sido difícil encontrar e acessar as pessoas que transformam a rua em casa durante as noites de campo, devido à desconfiança, uso de álcool e/ou drogas e doenças mentais, foi possível entender de perto como vivem essas pessoas durante o decorrer das noites.

Nas três primeiras noites de campo fomos eu e o meu orientador Profº Drº Márcio José Ornat, no próximo campo fui com um amigo da minha turma da graduação, na outra noite de campo eu fui com a minha companheira, na seguinte com uma colega que estava querendo pesquisar as mulheres que habitam as ruas para sua monografia, nas últimas

³ Todos os nomes das pessoas entrevistadas foram inspiradas nas entidades da mitologia tupi-guarani. Angra, entidade do fogo, Andurá, árvore mítica que entra em autocombustão, Caupe, entidade da beleza, Rudá, entidade do amor; Anhum, entidade da música; Tupã, entidade do trovão; Aruanã, entidade da alegria; Caipora, entidade protetora das florestas e animais; Guaraci, entidade que representa o sol; Jaci, entidade que representa a lua; Anhangá, entidade protetora dos animais. Nomes encontrados no site <<https://sites.google.com/site/osgrandesmisterios/mi/mitologia-tupi-guarani>> Acessado em 19/05/2018

três noites eu fui sozinho (até a hora que percebi que tava ficando muito arriscado continuar o campo assim).

Ao todo nesses campos encontrei um total de 35 pessoas diferentes, mas a quantidade bruta de pessoas nas ruas durante esses campos foram de aproximadamente 70, ou seja, durante as nove noites que fiz o trabalho de campo encontrei 70 pessoas nas ruas. Algumas dessas pessoas eu reencontrei com frequência, outras encontrei apenas uma ou duas vezes, demonstrando a fluidez na permanência dessas pessoas nas ruas ou nos mesmos espaços por muito tempo. Por ora, a primeira questão que me seguiu durante algum tempo foi: onde estão essas cento e tantas pessoas que o CREAS pop atende? Depois de um tempo comecei a entender que aqui em Ponta Grossa-PR a população que transforma a rua em casa na realidade se esconde, e bem escondido, nos 'mocó' como eles chamam que são terrenos baldios, construções, prédios abandonados, praças abandonadas, matagais, entre outros. Ademais, essas pessoas não costumam ficar muito tempo utilizando o mesmo local de pernoite, uma vez que os locais são facilmente inviabilizados para a permanência, seja através de conflitos interpessoais, condições ambientais como chuvas, vizinhança incomodada, abordagem/repressão policial ou ainda quando o local começa a se utilizado para usar drogas por outras pessoas.

Os três primeiros campos foram de identificação dos possíveis locais de pernoite dessa população. Alguns pontos tinham maior frequência de encontro com a população de rua. Uma marquise da edificação do Banco do Brasil na Avenida Augusto Ribas no Centro da cidade foi o único lugar que encontrei pessoas todas as nove noites de campo. Ali era comum encontrar as mesmas pessoas sempre, três homens e uma menina, esta era filha de um dos homens.

Outro ponto com frequência de pernoite da população de rua foi uma grande marquise da loja da Yamaha, localizada na Avenida Monteiro Lobato no bairro Jardim Carvalho. Na primeira noite de campo encontramos seis pessoas dormindo nessa marquise. Entretanto, com o passar das semanas foram diminuindo as pessoas que lá estavam, até o espaço ficar abandonado, sem pessoas pernaitarem. Também não conseguia entender o que havia acontecido com um lugar tão bem estruturado de pernoite que foi abandonado pelas pessoas que ali dormiam, fato que só fui quando fiz campo no Ministério Melhor Viver.

O terceiro ponto de maior concentração da população de rua é no Complexo Ambiental no Centro da cidade, mais especificamente na Concha Acústica que fica ao lado do “Paraguaizinho”. Lá sempre chegávamos e as pessoas já estavam dormindo ou estavam bem alteradas pelo álcool e/ou outras drogas, como na primeira vez que realizamos o trabalho de campo. Durante a pesquisa campo no Ministério consegui compreender um pouco melhor essa espacialidade para a população de rua.

O que mais me interessava nesse primeiro momento era escutar as histórias e causos que eles me contavam. As conversas normalmente giravam em torno do trabalho, do relacionamento com os familiares, do uso de álcool e drogas, de como funcionam as instituições de assistência, das relações com outras pessoas que eles conheciam da caminhada na rua e de suas rotinas diárias em busca de emprego e dinheiro.

Com o passar das semanas o campo noturno começou a se tornar muito cansativo e com pouco retorno para mim e para as pessoas que estão nas ruas, afinal, começou a ficar cada vez mais difícil encontrá-las. Então, lembrei-me que havia realizado entrevista com a assistente social do Ministério Melhor Viver e que ela havia comentado que eu poderia fazer trabalho voluntário lá se eu quisesse. Fiz trabalho voluntário no ‘Centro de Convivência’, na ‘Casa’ e na ‘Abordagem’ durante pouco mais de um mês, indo três a quatro vezes por semana no Ministério.

Além de conhecer mais uma espacialidade da população de rua, consegui realizar seis entrevistas com os internos da casa que tiveram alguma trajetória de rua. Além dessas, realizei mais duas entrevistas com dois homens que conheci no Banco do Brasil. Ao total foram 4 horas e 55 minutos de áudios coletados durante o processo de entrevistas (Apêndice I), e que foram transcritos e sistematizados através da metodologia de análise de conteúdo de discurso de Bardin (1977) utilizando um banco de dados desenvolvido através do software livre LibreOffice Base. Alimentamos esse banco de dados com as seguintes configurações: o Nome (do entrevistado), Espacialidade Discursiva (espacialidade citada no trecho de fala ou em que o entrevistado se refere durante o trecho de fala), Categoria Discursiva (ação, fato, núcleo do trecho de falar), Elemento (resumo do trecho de fala), Evocação (trecho de fala do entrevistado), Fase da vida (em que o entrevistado está falando) e Sujeito da Relação (de quem o entrevistado está falando). As oito entrevistas transformaram-se em um total de 445 evocações, 10 espacialidades discursivas, 47 categorias discursivas e 7 sujeitos da relação. Os

elementos e as fases da vida são específicas para cada evocação e acredito que não seja tão relevante quantificá-los no momento.

A população de rua é heterogênea, fluída, em constante movimento e muito diversificada. Por isso, acredito que essa classificação e sistematização de dados representa apenas um recorte sobre essa população, pois configura apenas uma parcela da população de rua de Ponta Grossa-PR, a que eu tive contato e entrevistei. Existem muitas outras facetas e histórias, espacialidades e temporalidades, relações sociais e deslocamentos espaciais, que ainda podem (e devem) ser discutidos e abordados não só pela academia, mas também, pela sociedade, pela escola, pela mídia, pelas igrejas cristãs, por outras religiões, enfim, pelos Titulares de Responsabilidade em seu sentido amplo. Para que seja possível criar mais empatia, respeito e amor pela dignidade humana dessas pessoas. Para que seja possível enxergar a/o outra/o enquanto semelhante, enquanto irmã/o.

O presente texto de dissertação está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo está dividido em dois momentos, o primeiro busca compreender as políticas públicas, leis, documentos e pesquisas que tem como foco principal a população que transforma a rua em casa no Brasil. No segundo momento desse primeiro capítulo, apresentamos alguns conceitos que servem de subsídio para a nossa compreensão espacial e geográfica do fenômeno em questão.

O segundo capítulo, também subdividido em duas seções, relaciona o espaço dessa população com a sua sobrevivência. No primeiro momento trabalhamos com as pesquisas em pós-graduações de geografia e artigos publicados nos periódicos científicos geográficos que abordam a temática da população que transforma a rua em casa no Brasil. Na segunda seção tratamos acerca de conceitos que dialogam com o fenômeno e ainda não haviam sido trabalhados em outras pesquisas geográficas, com o intuito de mostrar possibilidades de entendimento da população que transforma as ruas em casa no Brasil.

O terceiro e último capítulo, num primeiro momento abordamos o trabalho de campo e, em um segundo, trabalhamos com a sistematização das entrevistas, ambos buscando relacionar os conceitos trabalhados com uma abordagem geográfica da população que contribuiu para a presente pesquisa.

CAPÍTULO I

AS PESSOAS QUE TRANSFORMAM A RUA EM CASA

O presente capítulo tem como objetivo compreender quem é a população que transforma a rua em casa através das pesquisas e dos documentos oficiais do Estado brasileiro. Essas pesquisas e documentos são o que fundamentam e promovem as políticas públicas e de governo com foco na população (em situação) de rua. Também traçamos um panorama de quais são as relações que essa população que estabelece com o espaço e a constituição de suas espacialidades frente a realidade de não ter um domicílio fixo nos moldes ‘convencionais’.

Para tanto, o capítulo está subdividido em duas seções, a primeira trata acerca dos documentos e pesquisas que contribuem na produção de inteligibilidade sobre o fenômeno que traçamos através da questão central do trabalho: Como o espaço constitui as práticas de sobrevivência cotidiana das pessoas que transformam a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná?. Na segunda seção, tratamos sobre questões relacionadas ao espaço público, referente especificamente a rua, mas também referente às reflexões sobre a casa e o corpo enquanto três escalas que se inter-relacionam e se interconectam na vivência cotidiana dessas pessoas. Escolhemos, também, para contribuir com as afirmações teóricas, apresentar, desde já, algumas falas das entrevistas e alguns fatos que foram vivenciados e relatados durante o trabalho de campo para a presente dissertação.

1.1. 'População de Rua', 'Pessoas em Situação de rua', 'Moradores de Rua, ou Pessoas que Transformam a Rua em Casa?

As pessoas que dormem (e se escondem) nas ruas da cidade de Ponta Grossa, Paraná têm trajetórias e histórias de vida específicas que as vezes se cruzam, às vezes se distanciam, às vezes se assemelham, às vezes são completamente diversas. No entanto, todas essas pessoas, esses corpos que habitam as ruas, vivem muito abaixo do que pode ser considerado bem-estar em nossa atual sociedade. Vivem em zonas inabitáveis da vida social (BUTLER, 2003). Vivem em posições nas quais não são considerados sujeitos. Tem suas vidas desprezadas como menos humanas.

Essa população vem aumentando (IPEA, 2017) e transformando cada vez mais os espaços das cidades em suas ‘moradias’. As discussões que abordam a população de rua ainda são muito recentes no Brasil, tanto na academia quanto em relação a política

públicas. Apesar dessa população existir historicamente em nosso país, apenas na primeira década do século XXI que as políticas públicas foram pensadas, projetadas e outorgadas, visando o bem-estar e a saúde dessas pessoas.

Existem duas principais terminologias que abordam as pessoas que vivem nas ruas de diferentes maneiras, mostrando que a heterogeneidade dessa população se reflete também na forma como são abordadas. População em situação de rua ou população de rua e, às vezes, moradores de rua. Esses diferentes termos aparecem nas políticas públicas, pesquisas oficiais, documentos, cartilhas e manuais de cuidados com essa população. No entanto, essas expressões não compreendem todo o conjunto de pessoas que estão sobrevivendo nas ruas. Essa seção busca, assim, apresentar e discutir esses termos, a fim de construir um panorama da maneira como as pessoas que transformam a rua em casa vem sendo pensadas pelo Estado.

A Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008b) caracteriza essa população através de pesquisa realizada pelo Instituto Meta de Pesquisa de Opinião em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A pesquisa foi realizada em 71 cidades (48 municípios com mais de 300.000 habitantes e mais 23 capitais)⁴ com pessoas acima de 18 anos que vivem em situação de rua (que é como a pesquisa nomina estas pessoas). A pesquisa identificou 31.922 adultos vivendo nas ruas das 71 cidades pesquisadas.

Apesar de ser um número expressivo, este está longe de ser o total da população que vivem nas ruas do Brasil, uma vez que essa população vem crescendo na maioria das cidades (IPEA, 2017). Lembremos que esta pesquisa já completou 10 anos. Em linhas gerais, a população abordada pela pesquisa é predominantemente masculina (82%), possui idade entre 25 e 44 anos (53%), se autodeclaram negros (pretos ou pardos com 67%), com renda média entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais (52,6%). Mais um elemento agravante desta situação é que a maioria dos entrevistados (58,7%) parou seus estudos no Ensino Fundamental (48,4% tem o Ensino fundamental incompleto e 10,3% completo). O uso de drogas e/ou o alcoolismo são, segundo a PNPSR (BRASIL, 2008b) os principais motivos para a saída das pessoas para morar nas ruas (35,5%). O segundo motivo é o

⁴ É interessante ressaltar que os municípios de São Paulo-SP, Recife-PE, Belo Horizonte-MG e Brasília-DF não fizeram parte desse levantamento pois já haviam pesquisas semelhantes concluídas ou em andamento. Outro fato sobre essas capitais é que Belo Horizonte-MG e São Paulo-SP foram as primeiras cidades que começaram os levantamentos de dados acerca da população (em situação) de rua e, também são os municípios que tem mais pesquisas oficiais.

desemprego (29,8%) e, em terceiro lugar se colocam os conflitos/desavenças familiares (29,1%).

No entanto, evidencia-se que o uso de drogas e/ou o alcoolismo contribuem para a ocorrência de desavenças familiares, por não serem comportamentos tolerados dentro do espaço familiar. Além disso, por conta de estarem adictas a uma (ou várias) substância(s), essas pessoas começam a deixar de lado o trabalho e as relações familiares em detrimento das drogas ou da bebida. Ou seja, os vícios são os principais causadores da situação de rua, porém, não os únicos e nunca isolados.

Outro elemento interessante que aparece na PNPSR (BRASIL, 2008b) é com relação ao trabalho e a renda das pessoas entrevistadas. A maioria, diferente do que pode-se imaginar, tem alguma atividade remunerada (70,9%), que são, principalmente, catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha⁵ (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). E, do total de pessoas entrevistadas, apenas 15,7% pedem dinheiro e/ou esmola como principal meio para obtenção de renda, o que desmistifica o imaginário de ‘pedinte’ ou ‘mendigo’ que existe acerca dessa população. No entanto, a maior parte das ocupações laborais citadas na PNPSR (BRASIL, 2008b) encontram-se na economia informal, sendo que somente 1,9% dos entrevistados tem um trabalho com registro na carteira de trabalho. 47,7% nunca trabalharam com a carteira assinada.

Com relação as trajetórias das pessoas entrevistadas para a PNPSR (BRASIL, 2008b), quase a metade (45,8%) vivem nas mesmas cidades que nasceram e cresceram. Do restante dessas cifras (54,2%) pouco mais da metade são originários de municípios do Estado de permanência atual e provenientes de áreas urbanas. Ou seja, existe uma migração intraestadual e urbana. Os motivos para esses deslocamentos são, principalmente, a busca por novos empregos e desavenças familiares. Além desses fatores, a pesquisa evidencia que 48,4% das pessoas entrevistadas estão há mais de dois anos dormindo nas ruas ou em albergues. Foram levantados dados relativos ao local de pernoite e os resultados são que aproximadamente 70% da população costuma dormir nas ruas e 22% prefere dormir em albergues, sendo que 8,3% alterna entre albergues e a rua.

⁵ Durante o trabalho de campo e nos diálogos que pudemos estabelecer com as pessoas que transformam as ruas em casa na cidade de Ponta Grossa, é muito frequente a expressão ‘cuidar de carro’ que indica uma das principais maneiras de conseguir alguns trocados para eles

Todos esses elementos citados foram salientados por pessoas que encontramos durante os trabalhos de campo para a presente dissertação. Nenhuma pessoa, das que conversamos tinha algum tipo de trabalho ou remuneração fixa, recorrendo a serviços como ‘cuidar de carros’, ‘limpar calçadas’ ou de estivadores. As pessoas que contribuíram para pesquisa são de Ponta Grossa-PR e cidades vizinhas nos Campos Gerais e costumam dormir sob marquises, terrenos baldios, construções e casas abandonadas.

A partir da PNPSR (BRASIL, 2008b) foi efetivada a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008a), que norteia as ações de assistência e segurança dessa população. Ela é a concretização de discussões em diversos setores governamentais e da luta de movimentos sociais pela valorização dos direitos das pessoas em situação de rua. Essa política já aponta um caminho de discussão geográfica para essas pessoas quando diz que “a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, uma espécie de limbo entre situações reconhecidas, mas como espaço em si, tão abarcador e produtor de realidades como qualquer outro.” (BRASIL, 2008a, p. 4). A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua foi instituída pelo Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 e no Art. 1º, Parágrafo Único, que caracteriza a população em situação de rua como:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 e no Art. 1o, Parágrafo Único)

A PNISPST (BRASIL, 2008a) ainda aponta para as ações que devem ser feitas de modo complementar entre as esferas municipais, estaduais e federais. E, ainda, valoriza a importância da interdisciplinaridade e da intersetorialidade⁶ para a atuação do poder público junto a população de rua, evidenciando, mais uma vez, a complexidade das relações e vivências estabelecidas pelas pessoas que transformam a rua em casa. Nesse documento, a população em situação de rua é:

um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação

⁶ A intersetorialidade é compreendida, segundo Custódio e Silva (2015), “como uma articulação de saberes e experiências na elaboração, aplicação e avaliação de ações, objetivando atingir resultados integrados em situações ditas complexas” (p. 8). Assim, a intersetorialidade deve ser a articulação entre as políticas públicas com fins de promover ações mais concretas superando a fragmentação da atenção às necessidades básicas visando a proteção social, inclusão social e reinserção social da população.

social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento. Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam a população de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais. (BRASIL, 2008a, p. 9)

A PNISPST (BRASIL, 2008a) tem como princípios a garantia da cidadania e dos direitos humanos dessa população, o respeito à dignidade do ser humano, reservando-lhe todos seus direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, a luta contra a discriminação por qualquer motivo, seja gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória, e abolição de todo e qualquer ato violento e ação vexatória em relação à população em situação de rua.

Outra definição, que contribuiu para a consolidação das conceituações sobre a população de rua supracitadas é a do documento Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo-SP em 2003, pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), desenvolvida pela Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do município de São Paulo-SP. Como afirmado anteriormente, a prefeitura de São Paulo-SP, ao lado da prefeitura de Belo Horizonte-MG, foram as primeiras instituições a realizar pesquisas com esse segmento da população. Não nos atentando para os resultados dessa pesquisa, que há muito já não representam a realidade da maior metrópole da América Latina. Queremos aqui apresentar a definição que esse documento faz sobre a população (em situação) de rua:

Considerou-se população de rua o segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são pessoas em situação de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de organizações sociais. Denominamos os membros dessa população como pessoas de rua ou morador de rua. (SÃO PAULO, 2003, p. 7)

Para que essas pesquisas e, principalmente, a PNISPST seja efetivamente prática, foi previsto através do Decreto nº 7.053/2009 os serviços do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (CENTRO pop). Diferencia-se do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) por trabalhar especificamente com a população em situação de rua e o CREAS atuar com diversos públicos. A Secretaria Nacional de Assistência Social inserida no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome disponibilizou em 2011 uma cartilha de

perguntas e respostas relacionadas especificamente ao Centro Pop. Esse documento afirma que o Centro Pop deve ser um “espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito” (MDS, 2011, p. 17). O Centro Pop deve, obrigatoriamente, oferecer o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Além deste, os Centros Pop podem ofertar Serviço Especializado em Abordagem Social. Ambos esses serviços são realizados pelo Centro Pop de Ponta Grossa-PR.

Segundo a cartilha citada acima, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é ofertado para pessoas que “utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência” (MDS, 2011, p.35). Tendo como finalidade o direcionamento dos usuários para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de vínculos interpessoais e/ou familiares, na tentativa de um processo gradativo de saída da situação de rua. Os objetivos desse serviço são: possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; contribuir para resgatar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; e, promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.

A cartilha de formação política do Movimento Nacional pela População de Rua (2010) evidencia que as pessoas não vão para rua porque querem e não são as únicas causadoras dessa situação. As pessoas são ‘empurradas’ para rua por conta da desigualdade estrutural que vive nossa sociedade. Além disso, o imaginário de corporalidade e vivência idealizado através da higiene, vestimenta, posse de bens materiais e simbólicos, proporcionam que se agravassem essas desigualdades através da discriminação e preconceito⁷ que a população de rua sofre diuturnamente por não se encaixar nesse ideal.

Mesmo que essas definições e conceituações de quem são a população (em situação) de rua ou moradores de rua tenham linhas próximas, elas refletem recortes da realidade das pessoas que vivem nas ruas. Afinal, como os documentos oficiais mesmo afirmam, essa população é muito heterogênea e complexa, e cada pessoa que está a ‘morar’ ou está ‘em situação’ na/de rua é por si só a definição do que é, pois, cada história

⁷ “O termo preconceito, em geral, diz respeito aos pensamentos negativos direcionados a uma pessoa ou grupos minoritários, bem como suas representações. Por outro lado, o termo discriminação está relacionado à materialização destes pensamentos negativos, violando os direitos desta pessoa ou grupos, instituindo a diferença.” (SANTOS e ORNAT, 2017, p. 145)

é única e específica em termos de espaços e tempos que tornam 'possível' a existência através da sobrevivência nas ruas.

Ademais, existem muitas características que não foram contabilizadas nas cifras acima, como, por exemplo, as crianças e adolescentes ou as pessoas das áreas rurais ou urbanas que tem condições habitacionais muito precárias e vulneráveis que vivem muito mais as ruas do que as 'casas'. Varanda e Adorno (2004) mostram que:

Pessoas que sobrevivem na pobreza e distantes de uma suposta rede de proteção social experimentam vínculos sociais extremamente frágeis, que tendem a se fortalecer ou se romper de acordo com as dificuldades que a realidade lhes apresenta e conforme o acúmulo de experiências desestruturantes ao longo da vida. (VARANDA; ADORNO, 2004, p. 64)

Por habitarem entre espaços em que a vivência é precária e com vínculos fragilizados, as pessoas que estão em situação de extrema pobreza são as que estão mais suscetíveis a constrangimentos para saírem de suas antigas moradias e passarem a viver na rua, conforme afirmam Varanda e Adorno (2004). Esse rompimento de sistema e readaptação não é algo fácil e sim uma nova luta para essas pessoas que já precisavam de força para (sobre)viver em meio a um sistema desigual e excludente.

Dessa readaptação surgem novas maneiras de viver e constituir seus espaços que agora passam a articular aspectos do espaço público com aspectos do espaço privado para que seja possível sobreviver nessa nova geografia. Um objeto que representa essa articulação é a mochila, ou galo como algumas pessoas que transformam a rua em casa chamam. Ela é a possibilidade de transportar algumas coisas essenciais para a manutenção da vida. Assim, como na vivência dessas pessoas não existe o 'porto seguro' da casa para guardar seus pertences, a mochila é fundamental, como evidenciado na fala de uma das pessoas entrevistadas:

Rapaz, eu só andava com a mochila e com as coisas mais importantes que você precisava ali, escova de dente, sempre tinha que ter, escova de dente, pasta, sabonete, xampu, ali, mais a roupa do corpo, porque o resto... e mais uma manta pra você poder dormir, porque o resto não dá pra você ficar andando com muita coisa. (Entrevista realizada com Tupã⁸ dia 05/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

A escolha de carregar apenas alguns itens básicos, além de estar relacionada com uma necessidade de manutenção da própria existência de maneira minimamente digna, é

⁸ Todos os nomes das pessoas entrevistadas foram inspiradas nas entidades da mitologia tupi-guarani. Rudá, entidade do amor; Anhum, entidade da música; Tupã, entidade do trovão; Aruanã, entidade da alegria; Caipora, entidade protetora das florestas e animais; Guaraci, entidade que representa o sol; Jaci, entidade que representa a lua; Anhangá, entidade protetora dos animais. Nomes encontrados no site <<https://sites.google.com/site/osgrandesmisterios/mi/mitologia-tupi-guarani>> Acessado em 19/05/2018

também uma forma de evitar conflitos nas ruas, afinal, segundo as pessoas que encontramos durante a pesquisa, é muito comum roubos e furtos além de agressões contra essas pessoas que vivem de maneira frágil o espaço urbano.

A cartilha do MNPR do Paraná (2009) traz diversos casos e reportagens de violência, violação dos direitos humanos e assassinatos de pessoas que estão na rua, mostrando que essa situação, além de ser difícil pelo fato de não ter um abrigo seguro, torna-se mais complicada ainda pelo grande preconceito, discriminação, ódio e violência que algumas pessoas praticam contra as pessoas que transformam a rua em casa. Também são constatados casos de mortes por conta do frio intenso no estado do Paraná, principalmente na região de Curitiba, como indica esta notícia:

A massa de ar polar que percorre o Paraná desde quinta-feira trouxe mais frio e pelo menos uma morte em Curitiba. A previsão é de outras duas madrugadas geladas em Curitiba e Região Metropolitana. Perto das 7h15 de ontem, um morador do bairro Bom Retiro avisou a Polícia Militar que um homem aparentava estar morto numa pequena praça [em frente] a uma igreja na Rua Jornalista Octavio Secundino. A PM confirmou o óbito da vítima, um morador de rua que não portava documentos e não foi identificado pelos vizinhos. A causa provável do morte é uma complicação derivada da hipotermia. (Reportagem do portal Bem Paraná do dia 30/07/07. Acessado em: <http://www.bemparana.com.br/noticia/37435/curitiba-registra-a-primeira-morte-por-frio-do-ano> Dia: 22/12/2015)

Com a falta de documentação, fica ainda mais difícil saber quem são essas pessoas e procurar os familiares para realizarem velório e sepultamento, o que torna ainda mais triste a existência desses seres humanos, sendo enterrados como indigentes e/ou desconhecidos.

A ausência de segurança e a alta vulnerabilidade vivenciada pela população de rua revela a fragilidade da sociedade domiciliada que discrimina e culpabiliza essas pessoas como se fossem as únicas responsáveis por estarem nessa situação complicada e suscetível. O preconceito social que as pessoas que transformam a rua em casa enfrentam colabora para que seus laços sociais e familiares tornem-se cada vez mais frágeis, além de desestimular a sua própria existência, contribuindo para a manutenção dos seus vícios. Como evidenciado na entrevista com Jaci:

[Você se sentia excluído?]⁹ Claro! Nossa, você se sente em outro mundo, né, na verdade, entendeu? A sociedade... você vê... quando o cara é usuário [de droga] ele vê a divisão da sociedade, entendeu? Infelizmente. Claro que não é pra ser assim, né. A gente sabe que devido a situação que ele tá... mas você veja bem, as vezes você vê uma divisão que ali o cara não tem apoio nenhum, ele é excluído mesmo, entendeu? Porque as pessoas têm medo. Tem medo. Porque a maioria

⁹ As palavras entre colchetes são minhas perguntas e falas durante o momento da entrevista.

não... igual eu falei pra você, vão roubar, tem outros que pra roubar usam até a violência. É isso que é, entendeu, você vê aquela exclusão das pessoas. E daí também nessa parte entra a violência contra o próprio usuário [de droga], entendeu? Porque o cara é escrachado, entendeu? E não tem essa ajuda. Não tem ajuda nenhuma, entendeu? Não tem ajuda, porque, querendo ou não, é igual eles falam, na parte, assim, de médico é uma doença, né. Usuário [de droga]... é... virou uma doença, né, o que ele tem, que ele não consegue, não consegue sair dessa e daí, nossa, isso aí arreventa com a pessoa, né. Meu deus do céu. Isso aí acaba com a pessoa. (Entrevista realizada com Jaci dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

Outro fato importante que contribui para a fragilização e invisibilidade dessa população é que no Brasil são escassos os dados oficiais sobre a população de rua a nível nacional (IPEA, 2017). Como vimos, já se passaram 10 anos da realização da PNPSR (BRASIL, 2008b) e da PNISPST (BRASIL, 2008a), além do fato dos recortes espaciais das referidas pesquisas estarem relacionadas a grandes metrópoles e capitais, existem pesquisas relacionadas a municípios com menor população, mas esses aparecem com menor frequência.

Estes são fatores que contribuem para a ineficiência na implementação de políticas públicas voltadas para essas pessoas, uma vez que não são consideradas as especificidades das cidades e suas populações que habitam as suas ruas. Ao mesmo tempo, existe uma grande dificuldade na produção de dados censitários acerca dessa população, os quais são tipicamente coletados com base em dados domiciliares. No entanto, algumas capitais e cidades de maior porte populacional já buscaram alternativas para acessar essa população não domiciliada.

Segundo relatório intitulado Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que fora publicado no ano de 2017, a PNPSR (BRASIL, 2008b) citada acima começa a “não mais refletir a dinâmica desta população no território” (IPEA, 2017, p. 8). Para tentar resolver esse impasse, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua) solicitou ao IBGE que incluísse a população de rua no Censo de 2020. O IBGE realizou então uma pesquisa piloto na cidade do Rio de Janeiro-RJ em 2014 que apontou diversas dificuldades para o levantamento dos dados através das metodologias de amostragem, logística de campo e abordagem do entrevistado comumente utilizadas pelo IBGE (IPEA, 2017). Evidenciam que são necessários mais estudos e pesquisas com essa população a fim de conhecer e compreender melhor a sua vivência para a produção de dados estatísticos.

Para tentar resolver temporariamente esse problema, o MDS, através do Censo Suas¹⁰ coletou dados para descobrir se os municípios brasileiros têm ou estimam o número de pessoas em situação de rua nas cidades e, se sim, como foram levantados esses dados (IPEA, 2017). Segundo os dados de 2015 do total de 5570 municípios, apenas 1261 possuem algum levantamento ou pesquisa acerca da população de rua. E, somente nas cidades de grande porte populacional e metrópoles existem pesquisas oficiais nesse âmbito: “Embora apenas 22,6% dos municípios possuam estimativa da população de rua, 51,4% da população brasileira reside nestes municípios.” (IPEA, 2017, p. 10). Além do mais, os municípios maiores (em número de habitantes) têm maior concentração da população de rua do que os municípios menores. Não obstante, 950 municípios com população até 30 mil habitantes disponibilizaram dados sobre a população de rua em 2015.

Utilizando dos dados do Cadastro Único e do Censo Suas (levantamentos municipais e estimativas dos municípios), com suas respectivas correções, foram contabilizados ao total os dados de 1924 municípios, abrangendo 69,2% da população brasileira.

Desses, existem 85.040 pessoas em situação de rua (41,5% levantados em pesquisa e 58,5% em levantamentos das gestões municipais). Através da extrapolação desses dados para todas as cidades brasileiras e considerando apenas a população total do Brasil e a proporção da população que reside nas cidades que não tiveram nenhum tipo de estimativa (30,8%), chegou-se ao total de 122.890 pessoas em situação de rua no Brasil. Essa cifra corresponde a 0,06% da população domiciliada brasileira¹¹.

O Brasil, por ser um país continental e com uma imensa diversidade (nos mais diversos aspectos), é muito difícil definir e conceituar a população que transforma a rua em casa. Esse total de 122.890 pessoas vivendo nas ruas é também muito diversificado. Segundo Ferreira (2006) é necessário perceber que a população de rua tem como uma característica básica a multidimensionalidade. Isso se dá pela grande diversidade de situações e de pessoas que estão e vivem as ruas. Assim, as políticas públicas, devem,

¹⁰ O Censo Suas funciona através de informações enviadas anualmente por aparelhos institucionais de secretarias, conselhos estaduais e municipais de assistência social, além dos equipamentos públicos como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centros POP)

¹¹ Em relação ao valor de 207.660.929 habitantes domiciliados, segundo a estimativa do IBGE em 2017 disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf >

no mínimo, serem multifacetadas e não devem ser pensadas através de apenas uma área do conhecimento ou de forma setorial (FERREIRA, 2006).

Evidencia-se então, segundo Ferreira (2006), quatro aspectos de fatores que levam as pessoas a transformarem as ruas em suas casas, sendo eles: a violência, as drogas, o desemprego e os problemas de saúde. O primeiro, a violência, está relacionada principalmente a violência doméstica, onde constantes conflitos e agressões fazem as pessoas buscarem nas ruas o alívio de seu sofrimento, como aconteceu com o entrevistado Rudá:

Bom, a minha história foi mais ou menos assim, eu sempre fui uma criança rebelde, uma criança bem... não é rebelde é hiperativo. Então, a minha mãe ela não tinha muita, ela não tinha, assim, muita paciência, daí eu cansei de tanto apanhar... cansei de tanto apanhar e fugi de casa. Aí vim conhecer o mundo aqui fora aqui, e tô até hoje. (Entrevista realizada com Rudá dia 16/02/2017 na Praça Barão do Rio Branco – Ponto Azul)

Como esses conflitos são, normalmente, muito frequentes e o uso de álcool e outras drogas contribuem para intensificá-los, dificilmente os laços de afetividade familiar são restabelecidos, como é o caso de Anhum: “[Com que idade você saiu de casa?] Eu saí com sete anos de idade. A primeira vez. Eu nem me lembro mais, mas foi triste. [Você tem possibilidade de voltar embora?]. Na verdade já nem quero, né.” (Entrevista realizada com Anhum dia 10/03/2017 na Praça Barão do Rio Branco – Ponto Azul). Mesmo não utilizando nenhuma droga os conflitos no ambiente familiar foram tantos que Anhum não tem mais vontade de retornar para a casa da família.

O segundo elemento que leva as pessoas a transformarem as ruas em casa, segundo Ferreira (2006) é o uso de drogas que, como afirmado acima, contribuem com a violência e com os conflitos familiares. Segundo o autor, as pessoas encontram nos logradouros públicos a liberdade para o uso de drogas que não tem em casa. Além do mais, como já afirmado outrora (CARNEIRO, 2016), existe uma triangulação entre alguns motivos que levam as pessoas às ruas, a saber, drogas, desemprego e conflitos familiares. Esses fatores influenciam uns aos outros e, na maioria das histórias que ouvimos durante o trabalho de campo existe de alguma maneira essa tríade interconectada.

Assim, o terceiro elemento que Ferreira (2006) evidencia como sendo fator de saída para as ruas é o desemprego. Conseguir um emprego fixo é muito difícil para esse estrato da população, uma vez que a falta de um local para a reprodução da sua vida diária

dificulta a manutenção de um posto de trabalho durante muito tempo. É necessário reafirmar aqui que o ‘desemprego’ a valer é um ponto relativo, pois, muitas pessoas que transformam as ruas em casa têm algum tipo de ocupação e maneira de ‘levantar uma grana’, mesmo que essas artimanhas não sejam consideradas empregos nos moldes formais. A maioria das pessoas que encontramos, nas nossas trajetórias de campo, conseguia dinheiro através da limpeza de calçadas e quintais nos bairros mais abastados e no centro, passavam horas ‘cuidando de carro’¹², vendendo cigarros contrabandeados, arrumando celulares, bicos como pedreiro, pintor, entre outras ocupações.

Além disso, existem as condições de pessoas que passaram por presídios, pessoas que saíram de orfanatos, que saíram de instituições para tratamento de dependência química, tanto de adultos quanto de crianças e adolescentes, que saíram de hospitais psiquiátricos e enfrentam dificuldades de conseguir uma reinserção social digna e, principalmente, um emprego (FERREIRA, 2006). Assim, essas pessoas buscam nos ambientes das ruas suas casas temporárias ou permanentes o que complica ainda mais a obtenção e manutenção de uma vida financeira, afinal a renda média dessa população gira em torno de R\$ 20,00 a R\$ 80,00 semanais (BRASIL, 2000b).

A quarta condição que Ferreira (2006) apresenta como uma possibilidade da população vir a habitar as ruas são os problemas de saúde, principalmente as relacionadas com a saúde mental, como também fora afirmado pela assistente social¹³ coordenadora do CREAS Pop da cidade de Ponta Grossa, Paraná. Essa população vive nas ruas pela falta de aceitação e apoio de familiares com a doença mental ou deficiência física. Ademais, as pessoas que se enquadram nesse ‘perfil’ acabam desenvolvendo vício às drogas também.

Segundo o mesmo autor (FERREIRA, 2006), é muito difícil diferenciar quem são as pessoas que efetivamente habitam as ruas das que vivem em condições habitacionais muito precárias:

Na rua, como já observado, pode-se encontrar pessoas de várias origens sociais, com diferentes trajetórias, com diferentes períodos na rua, com doenças e deficiências distintas, grupos familiares, pessoas sozinhas, grupos de amigos, moradores e [frequentadores] de programas sociais, etc... o que por um lado não

¹² Prática muito comum na cidade de Ponta Grossa-PR, principalmente nas regiões centrais, perto de igrejas, festas, baladas, centros comerciais, entre outros. Em outras cidades essa prática leva o nome de ‘flanelinha’ e consiste em ficar onde existem vários carros estacionados ‘cuidando’ dos carros para que ninguém os assalte ou danifiquem e ficar na esperança de receber uma moeda ou algum trocado.

¹³ Entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2016 com a assistente social [NOME] do Centro de Referência Especializada de Assistência Social para a População em Situação de Rua (CREAS pop).

impede a organização de grupos de análise, mas por outro, dificulta em grande medida, as generalizações a cerca desta população. Dado o caráter de fluidez e diversidade que caracteriza essas pessoas, as complicações analíticas para sua contagem multiplicam-se. (FERREIRA, 2006, p.6)

Essa dificuldade é refletida na obtenção de dados acerca dessa população, como evidenciado no documento de estimativa realizado pelo IPEA (2017). Outro fator que dificulta a obtenção de dados e a produção de políticas públicas acerca dessa população é a grande abrangência de faixa etária de pessoas que transformam a rua em casa, indo de crianças e adolescentes, como evidenciam Gomes (2013) e Rocha (2013), até idosos, como em Silva, Izaú e Anastácio (2016). Assim, a promoção de segurança social para essa população deve ser pensada através de diversos âmbitos e setores da sociedade civil e pelos aparelhos de estado.

Ferreira (2006) ao analisar o censo da população de Belo Horizonte-MG, afirma que os moradores de rua são para essas pesquisas, basicamente:

Pessoas de baixa renda, em idade adulta que, por contingência temporária ou permanente, pernoita em logradouros públicos, tais como praças, calçadas, marquises, baixios de viaduto, em galpões, lotes vagos, prédios abandonados e albergues públicos e assistenciais. As crianças e os adolescentes seriam contabilizados, desde que em companhia das respectivas famílias (pelo menos um adulto). (FERREIRA, 2006, p. 7)

Outro fator que Ferreira (2006) evidencia acerca do censo na cidade de Belo Horizonte-MG, é o fato de que para as pesquisas analisadas é essencial a não referência de um domicílio como uma característica dessa população. Ou seja, as pessoas que vivem em um movimento pendular entre a rua e a casa de familiares, amigos ou de outras pessoas, não são contabilizadas enquanto população de rua para os censos da capital mineira.

Demonstrando, mais uma vez o quanto são limitadas as definições acerca da população de rua e dos moradores de rua. Fato que, como já afirmado antes, só dificulta a proposição e execução de ações que asseguram a dignidade e os direitos dessa população marginalizada. A exclusão das crianças e adolescentes nas pesquisas e a desconsideração de pessoas que vivem em movimento pendular entre a casa e a rua 'diminui' as cifras reais da população que transforma a rua em casa.

Ferreira (2006) ainda elenca algumas das principais dificuldades para o recenseamento e para a produção de dados para as pessoas que transformam a rua em casa, sendo elas: a falta de um endereço fixo; pessoas que possuem endereço, porém permanecem a maior parte de seu tempo nos logradouros públicos; diversidade de grupos

e suas distintas localizações; tempo nas instituições e albergues; necessidade de diferenciar os moradores efetivos (ocupações consolidadas) de construções abandonadas, daqueles temporários (ocupações não consolidadas); pessoas que circulam pelo município a maior parte do dia, mas que são abrigados ou frequentam instituições em outros municípios; e, época do ano em que a pesquisa é realizada. O autor afirma, assim, que para essa população a pesquisa censitária pode não ser o melhor instrumento de coleta e análise das informações, evidenciando a necessidade de construir novos caminhos teóricos e metodológicos para compreender e assegurar os direitos dessa população:

Finalmente, entre outros aspectos que futuramente também precisam ser mais bem compreendidos estão os conceitos de “família” na rua e o de “redes” de companheirismo e apoio que se formam nas ruas e permitem, em grande medida, a sobrevivência desta população num ambiente de crescente violência (FERREIRA, 2006, p.15)

A questão da formação de núcleos alternativos de “família” é uma faceta das pessoas que transformam a rua em casa que também foi evidenciada por Palombini (2015). E, o campo que realizamos nas ruas da cidade de Ponta Grossa-PR, apresentou, também, essas duas características citadas por Ferreira (2006), quando no Banco do Brasil e na Yamaha foi possível evidenciar que ao partilhar a mesma marquise, as pessoas que ali estão começam a criar laços de afetividade que lembram, em alguns momentos, os laços familiares que, para eles, há muito já foram rompidos. Alguns ainda mantêm contato com os familiares, mesmo que essa relação seja conturbada e que constrange as pessoas a continuarem a viver as ruas que é onde encontram o acolhimento que não tem na casa da família, como é relatado por Rudá:

[E você tem alguma relação com os teus parentes hoje em dia?] Tenho. Tenho... até esses tempinho atrás aí eu tava na casa de uns parente meu. Tio e compadre. Aí eu vou lá pro lado da vila, as vez fico até dois dias pra lá. Que daí eu poso na casa de um hoje, na casa de outro amanhã, na casa da minha irmã no outro dia. Daí eu vejo que eu tô meio jogando, assim, daí eu digo não, eu vou lá pro centro por lá no centro pelo menos, pelo menos os meus amigos me dão ouvido, conversam comigo. (Entrevista realizada com Rudá dia 16/02/2017 na Praça Barão do Rio Branco – Ponto Azul)

Outro fator que foi evidenciado através do trabalho de campo e das entrevistas foi o deslocamento espacial e as permanências e mobilidades (ROBAINA, 2015) que isso implica. As espacialidades que identificamos sendo utilizadas para pernoite estavam localizadas, sobretudo, na área central da cidade, como o Banco do Brasil e a Concha

Acústica da praça da Estação (além de ouvir algumas pessoas comentando que preferem dormir em construções e prédios abandonados pela região central da cidade).

Ademais, outro importante ponto de pernoite identificado durante o trabalho de campo, a marquise da Yamaha, está localizada a algumas quadras do Ministério Melhor Viver, espacialidade de auxílio muito comentada e utilizada pela população que transforma a rua em casa na cidade de Ponta Grossa-PR. A proximidade com espacialidade de auxílio pode ser considerada com relação à Praça da Estação e do Complexo Ambiental como um todo, pois, além de ficarem ao lado do terminal central de transporte coletivo da cidade, estão a apenas alguns minutos de caminhada do Centro pop de Ponta Grossa-PR.

Segundo Oliveira e Barzaghi (2017) é através da compreensão de como cada pessoa começou sua trajetória de transformação da rua em casa que as políticas públicas podem ser reformuladas a fim de agregar maior proteção social para essa população. Para tanto, como sugere Sposati (2007), faz-se necessário que essa população seja incluída nos recenseamentos para que seja compreendida, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, criando a possibilidade de uma identificação coletiva do grupo. Obviamente, essa identificação coletiva ocorre politicamente através do MNPR. No entanto, a carência de dados oficiais e pesquisas acadêmicas acerca da vida e vivência dessas pessoas contribuem para a invisibilidade perante os órgãos do Estado e da sociedade domiciliada em geral, que preferem fechar os olhos e apoiarem políticas higienistas como ocorreram (e ocorrem) em grandes centros urbanos¹⁴.

Assim, entender a população que transforma a rua em casa é entender também a sociedade brasileira em que vivemos no momento. Apesar de já existirem pesquisas e reflexões acerca da população de rua e dos moradores de rua no Brasil, em cidades não-capitais e que não tem um grande contingente populacional essa população ainda não é tão pensada. No entanto, entender como essa população nessas cidades médias e pequenas é necessário para traçar um panorama mais amplo dessa população.

Desde o começo do trabalho de campo para a presente dissertação até o momento da escrita desse texto já se passaram aproximadamente um ano. Durante esse ano é

¹⁴ Para mais informações sobre ver <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/acao-combate-higienismo-na-copa-9lu0gv7f9j14lzzeta3jajdxq>> Acessado em: 13/03/2018; <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/05/o-que-voce-faz-para-mudar-sua-cidade.html>> Acessado em: 13/03/2018; <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/politicas-de-doria-sao-higienistas-e-dificilmente-vao-mudar-vida-de-morador-de-rua-dizem-especialistas-14012017>> Acessado em: 13/03/2018.

notável o aumento quantitativo da população que transforma as ruas em casa na cidade de Ponta Grossa-PR. Pessoas que vêm habitando espaços precários e que sobrevivem através, principalmente, da assistência municipal e de entidades religiosas. E que, para tanto, vivem, principalmente, através de seus corpos, sua escala de sobrevivência diária. A partir de seus corpos transformam frações dos espaços públicos, mas especificamente a rua em representações de espaços privados, a casa, por momentos específicos de tempo.

1.2 Um Salto Escalar entre Espaço Público, Casa e Corpo

A ideia de discutir a relação entre espaço e população de rua surge depois que finalizei minha monografia¹⁵, quando tinha nesse momento uma compreensão ‘territorializada’ da vivência das pessoas que transformam as ruas em casa. Neste caminho, as relações que essa população estabelecia diariamente eram relações de poder assimétricas, com limites e fronteiras.

No entanto, a partir da inspiração propiciada pelo acesso à produção teórica de Massey (2008), Rose (1993; 1999) e Silva (2013), como dos diálogos estabelecidos com as pesquisadoras e pesquisadores do GETE e de minha vivência com a população de rua, foi evidenciado que o caminho para que produzíssemos inteligibilidade sobre a (sobre)vivência da população de rua estava relacionada a sua compreensão espacial. No que se refere ao grupo alvo das reflexões que constituem esta dissertação, suas práticas cotidianas de (sobre)vivência são constituídas por dinâmicas de vivências espaciais, de negociações espaciais, de construção de diversas espacialidades que influenciam as suas caminhadas nas ruas. Ademais, suas relações territoriais são extremamente frágeis tendo em vista a elevada vulnerabilidade que vivem em seus cotidianos nas ruas.

Para compreender um pouco mais sobre como a casa, a rua e o corpo se relacionam na vivência das pessoas que transformam a rua em casa faz-se necessário a discussão acerca do conceito de escala. Para Castro (1995) a escala é um conceito central na Geografia e através dela é possível uma aproximação do real, tornando-se, assim, uma maneira de compreender o mundo e tentar torná-lo mais visível. A autora afirma ainda que

¹⁵ CARNEIRO, Raony Tullio. **Deslocamento Espacial Vivenciados por Moradores de Rua e a Constituição de Mapas de Significados Territoriais, em Ponta Grossa, Paraná**. 2016, 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

“quando o tamanho muda, as coisas mudam, o que não é pouco, pois tão importante quanto saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber como elas mudam, quais os novos conteúdos nas novas dimensões.” (CASTRO, 1995, p. 137). Ou seja, ao mudarem suas escalas de vivência diária, as pessoas que vivem através das ruas, mudam também toda a lógica de funcionamento de sua sobrevivência na cidade frente às intempéries que as assolam diariamente, sejam do tempo (chuva ou sol), da sociedade (discriminação e abjeção) ou da mente (abstinência ou vontade de usar drogas e álcool, solidão e depressão).

Smith (2000) apresenta a invenção do ‘Veículo dos Sem-tetos’, projetado pelo artista plástico Krzysztof Wodiczko em Nova Iorque para facilitar algumas necessidades básicas dos sem-teto, como o transporte, descanso, abrigo e limpeza. Esse veículo tem dois compartimentos, um na parte superior e outro na parte inferior. Ambos servindo para transportar os pertences, roupas, cobertores, comida, água, latinhas e papelões. No entanto, a parte superior pode transformar-se em um lugar para dormir. Este projeto está longe de solucionar as dificuldades que as pessoas que vivem nas ruas enfrentam. Ele é um veículo muito mais simbólico e funcional do que um veículo em si. Mostra a diferenciação existente entre os milhões gastos com armamento militar nos EUA e as pessoas que buscam um tostão para comer, “Ele expressa e expõe as relações de poder e falta de poder que definem a situação dos sem-teto” (SMITH, 2000, p. 135).

Esse veículo expressa, segundo Smith (2000), a produção de uma escala, e a possibilidade de pessoas que vivem cotidianamente na escala do corpo acessarem escalas ‘maiores’. Neste ínterim, a construção da escala vai muito além do que apenas uma materialização espacial de forças e processos sociais. “A escala demarca o sítio da disputa social” (SMITH, 2000, p. 153) e, além, “É a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado” (SMITH, 2000, p. 153).

Herod (2011) afirma que as escalas não podem ser vistas enquanto hierarquicamente organizadas, como se a escala global fosse ‘maior’ do que a nacional, regional, cidade ou corpo (como uma escada, círculos concêntricos ou as bonecas Matryoshka¹⁶), mas, sim, enquanto coexistentes e interligadas. O autor apresenta outras metáforas para representar concepções de escalas que não são hierárquicas, como as escalas enquanto

¹⁶ Matryoshka são bonecas, geralmente de madeira, que são colocadas uma dentro da outra de uma maior até uma menor. É um brinquedo tradicional da Rússia.

raízes de uma árvore, como tocas de minhoca, como teias de aranha ou como as escalas musicais.

As duas primeiras, as raízes das árvores (Figura 1) e as tocas de minhoca (Figura 2), tem similaridades para a imaginação da escala, para Herod (2011), quando as raízes ou as tocas chegam a superfície da terra podem ser tanto escalas como a global quanto a escala local ou do corpo, e as outras escalas, interconectadas, ficam abaixo do solo.

Essas representações mostram que as escalas não são isoladas uma das outras mas ligadas entre si, sendo difícil perceber quando acaba uma escala e começa a outra. O que diferencia essas duas representações é que na árvore, aparentemente só existe uma maneira de acessar outras escalas, através do tronco entrando na terra e transformando-se nas ramificações escalares das raízes. Enquanto que na imagem das tocas de minhoca é possível existir várias entradas para as escalas, pois existem vários túneis de entrada na toca da minhoca.

A terceira representação, da escala enquanto teia de aranha (Figura 3) apresenta-se enquanto não-linear, não-hierarquizada, descentralizada e enquanto um entrecruzamento de ligações de várias partes da Terra. A diferença dessa representação para as anteriores é que as escalas aqui são delimitadas, mas, ao mesmo tempo, são feitas de vazios, de não-espacos.

FIGURA 1 – Representação de escala como raízes de uma árvore

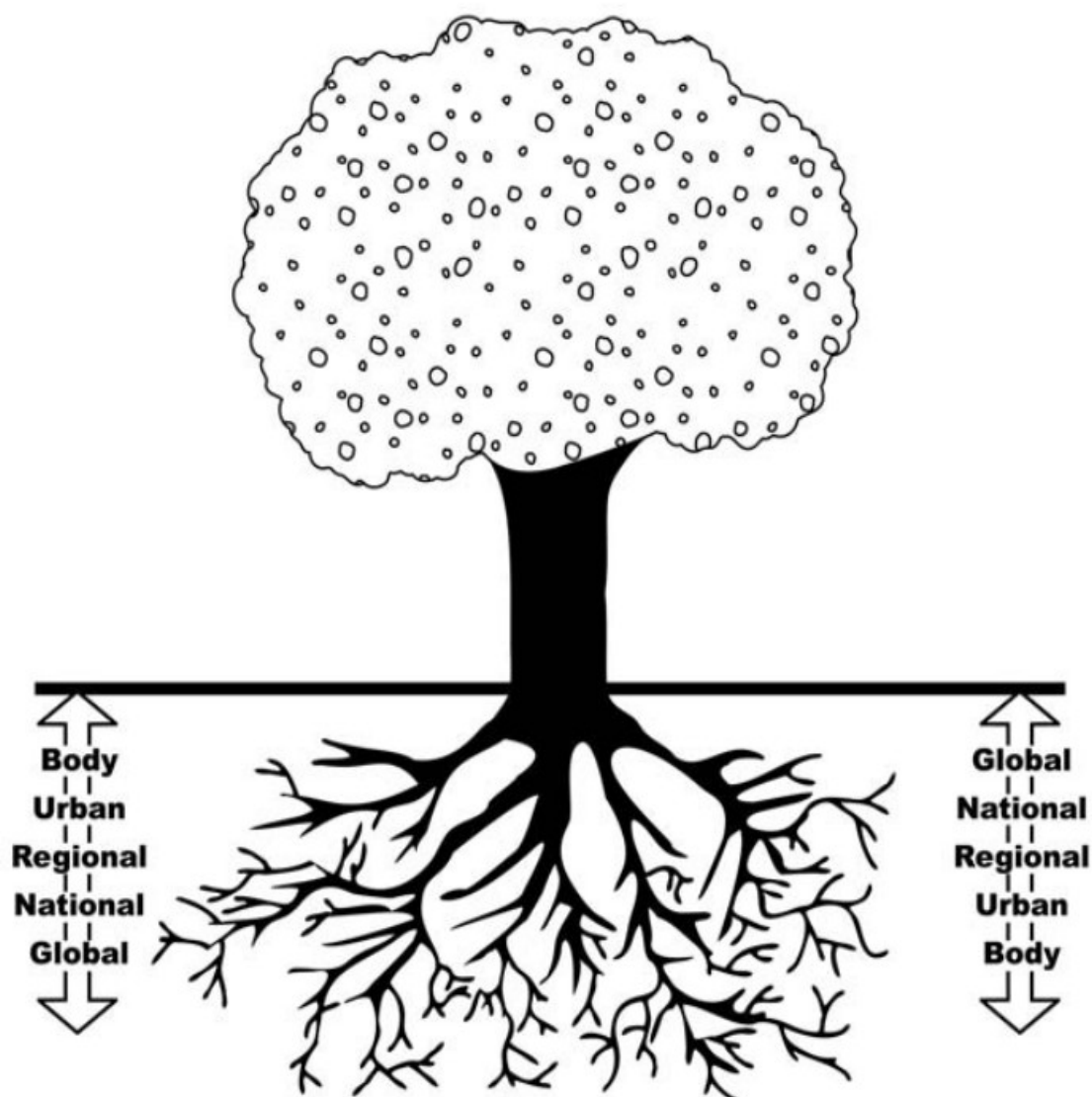


Figure 1.4 Scale as tree roots. The tree trunk can represent either “the body” (or perhaps “the local”), the place where more widespread global processes surface/come together in a single point, or “the global,” the point at which myriad deeper local, regional, and national scales come together

Fonte: Herod (2011)¹⁷

¹⁷ Escala como raízes de árvore. O tronco da árvore pode representar tanto “o corpo” (ou talvez “o local”), o lugar onde os processos globais mais difundidos aparecem/juntam-se em um único ponto; ou “o global”, o ponto em que uma miríade de escalas mais profundas como as [escalas] locais, regionais e nacionais se reúnem. (HEROD, 2011, p. 49, tradução nossa da legenda original)

FIGURA 2 – Representação de escala como uma toca de minhoca

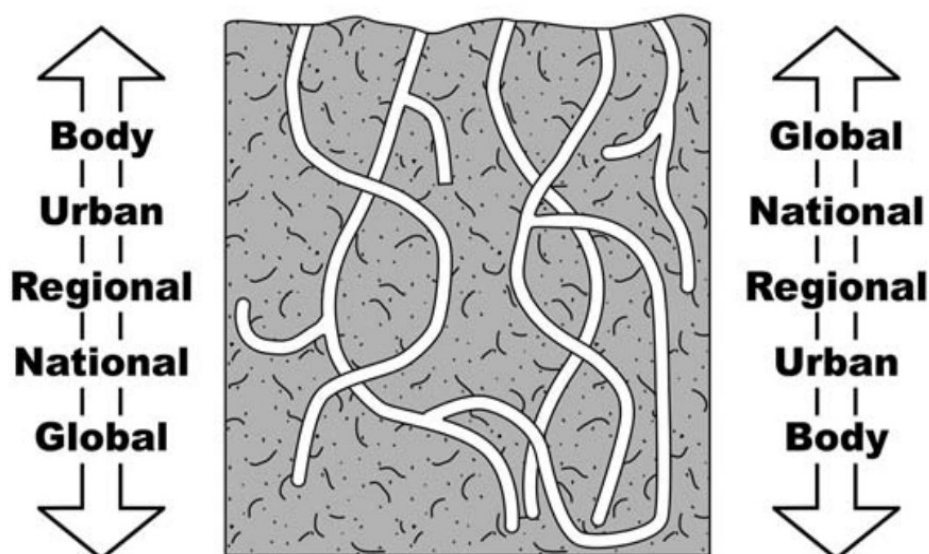


Figure 1.5 Scale as earthworm burrows. As with the “scale as tree roots” metaphor, the depth of the burrows in the soil or their openness at the Earth’s surface can be read in different scalar ways

Fonte: Herod (2011)¹⁸

Pensando na escala do corpo enquanto o centro da teia, ela estaria conectada com várias outras escalas através dos fios dessa teia, mas, ao mesmo tempo, estaria separada deles pelos ‘espaços’ que ficam entre os fios, esses ‘espaços’ seriam, na verdade, não-espaços.

O interessante dessa representação é que nenhum nó central é de fato central, pois ele só é central na relação com os outros nós. Além disso, nenhum nó pode ser retirado sem destruir toda a teia. É possível, ainda, acessar um nó da teia e ir seguindo as linhas até os outros nós, evidenciando, mais uma vez, a interligação das escalas.

¹⁸ Escala como tocas de minhoca. Assim como a metáfora da “escala como raízes de árvore”, a profundidade das tocas no solo ou a abertura na superfície da Terra pode ser lida em diferentes formas escalares. (HEROD, 2011, p. 50, tradução nossa da legenda original)

FIGURA 3 – Representação da escala com uma teia de aranha

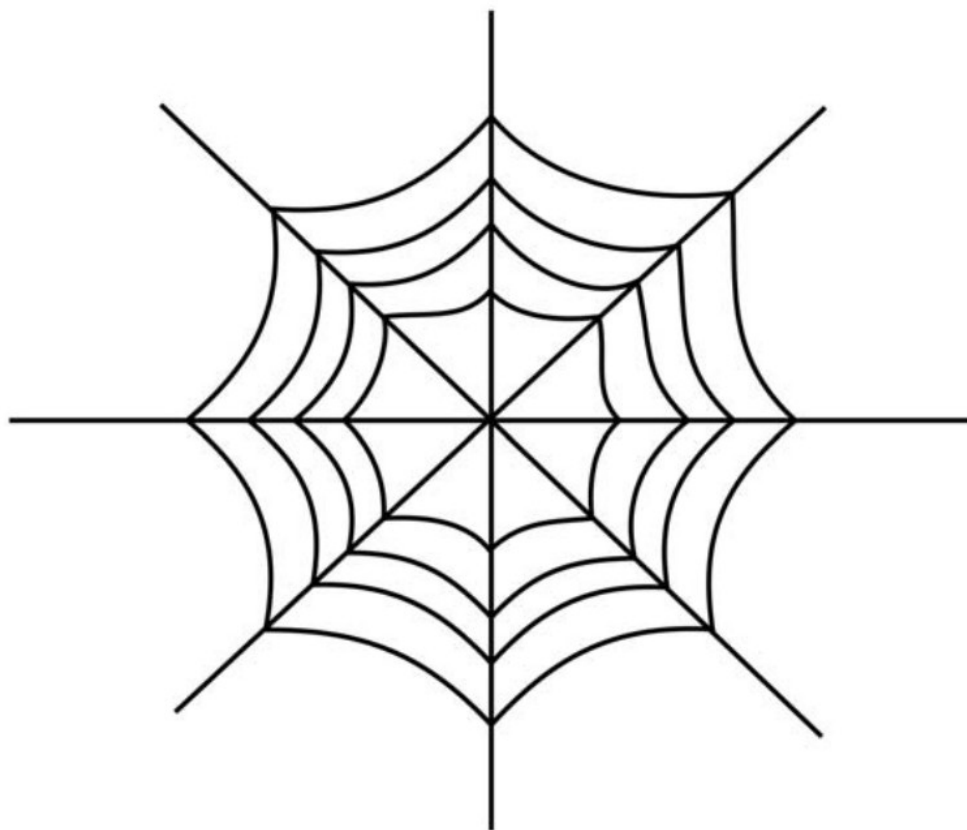


Figure 1.6 Scale as a spider's web, with trapezoids of empty space enclosed by the web's threads. In such a web, scales are not represented by areal hierarchies but by connections between different nodes/points in the web, such that shorter connections might be considered to represent, say, "regional" links whereas longer ones might be considered to represent "global" links

Fonte: Herod (2011)¹⁹

Herod (2011) continua sua argumentação apresentando mais uma metáfora para a representação das escalas que está relacionada com outro 'tipo' de escalas, as musicais. Utilizando-se do pensamento de Howitt (1998), o autor evidencia que a escala musical, que na música Ocidental é composta por 12 sons divididos em sete tons e cinco semitons, pode ser representativa para as escalas geográficas. Uma vez que o produto final música

¹⁹Escala como uma teia de aranha, com trapézios de espaço vazio fechados pelos fios da teia. Nessa teia, as escalas não são representadas por hierarquias de área, mas por conexões entre diferentes nós/pontos na teia, de modo que conexões mais curtas podem ser consideradas como representando, digamos, conexões "regionais" enquanto que os mais longos podem ser considerados representando conexões "globais". (HEROD, 2011, p. 52, tradução nossa da legenda original)

é a manifestação das relações existentes entre esses 12 sons ordenados para constituir uma melodia e uma harmonia, as escalas geográficas também estão em relações umas com as outras e só constituem uma ‘música escalar’ através dessas relações. Segundo Herod (2011), é possível compreender melhor um fenômeno quando conseguimos compreender as relações existentes entre as escalas e no momento em que evidenciamos uma dessas escalas para uma atenção maior do fenômeno.

É interessante perceber que Herod (2011) afirma que nenhuma dessas representações são melhores ou piores do que outras, mas apenas podem ser utilizadas para diferentes fenômenos em diferentes momentos. Elas são as maneiras como olhamos e interagimos com o mundo a nossa volta. E, assim, é necessário compreender as relações existentes entre as representações das escalas e como essas escalas funcionam no mundo material.

Após o final da Segunda Guerra mundial, constantes ‘crises’ econômicas, políticas, ambientais e sociais contribuem para existirem situações que levem as pessoas a viverem nas ruas e, ainda que sejam invisíveis em um sentido *latu senso*, estão cada vez mais presentes no espaço urbano das médias e grandes cidades (IPEA, 2017).

Robaina (2010; 2011) evidencia que as grandes metrópoles (espacialidade dos seus estudos sobre a população de rua) são espaços de imensas contradições, especialmente quando se referem a essa população marginalizada, uma vez que, nos centros urbanos concentra-se grande parte das riquezas, mas também da miséria, como é o caso da população que vive nas ruas. Robaina (2011), afirma ainda que para sobreviver no espaço urbano das cidades essas pessoas precisam resistir a contenções territoriais e disputas por espaços frente a outros grupos urbanos.

Outro geógrafo que contribui para a discussão sobre a população que transforma as ruas em casa é Palombini (2015) quando afirma que essas pessoas “possuem um conhecimento empírico e prático da vida que não é acessado em nenhum outro meio” (PALOMBINI, 2015, p. 48). Ademais, o autor evidencia que numa cidade grande como Porto Alegre-RS (cidade em que realizou sua pesquisa), as pessoas que vivem nas ruas estabelecem estratégias com relação ao uso e apropriação do espaço para que consigam (sobre)viverem no espaço urbano.

Bursztyn e Araújo (1997) apresentam a realidade de Brasília à época da pesquisa como sendo uma cidade planejada e pensada (talvez involuntariamente) para que

houvesse exclusão. Os autores evidenciam que o imaginário que construiu Brasília como sendo um centro com possibilidades de emprego e sucesso atraiu muitas pessoas de diversas regiões do país, sobretudo do nordeste, e que, infelizmente, não conseguiram se inserir fixamente no mercado do trabalho, sendo ‘empurradas’ para as cidades satélites e, posteriormente, para as ruas da cidade. Em 2003, Bursztyn compila alguns ensaios de vários autores e lugares brasileiros sobre a população de rua, evidenciando que nas grandes cidades o fenômeno só vem aumentando e tornando-se mais complexo pelas diferentes histórias que compõem a população de rua, com a crescente utilização dos espaços públicos para o uso e comércio de drogas ilegais, com as diferentes formas que o desemprego vem tomando e através do crescimento muito rápido que as cidades tiveram a partir da década de 1950, sobretudo após a industrialização agrícola nos anos de 1970.

A realidade da cidade de Ponta Grossa-PR e de outras cidades próximas não é diferente. Essas pessoas são extremamente marginalizadas de todo um sistema financeiro, econômico, cultural, educacional, de saúde, entre outros, apenas por não terem uma residência fixa, uma propriedade privada. Assim, essa população é constituída por corpos que estão em processo de abjeção, ou seja, estão sendo colocadas enquanto ‘fora’ da humanidade, ao menos do que pode ser considerado ‘humano’ em nossa atual sociedade, como afirma Butler (2005).

Então, a população que transforma a rua em casa, produz e reproduz sua (sobre)vivência nos espaços públicos. No entanto, o que chamamos de ‘espaços públicos’, na realidade, não são tão ‘públicos’ assim, uma vez que são regulados e produzidos através das relações sociais e identitárias. Neste íterim, é necessário repensar o que pode ser entendido enquanto ‘espaço público’ para que esses sejam de fato espaços de igualdade e não de exclusão, como aponta Massey (2008).

Ela propõe repensarmos o espaço e a espacialidade da vida humana através da conexão de três aspectos: (a) produtos de inter-relações nas mais diversas escalas possíveis; (b) esfera da possibilidade de coexistência da multiplicidade, onde as diversas trajetórias se encontram e coexistem, como uma esfera da heterogeneidade, pois “Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da

pluralidade.” (MASSEY, 2008, p. 29); e, (c) estando em constante construção, nunca fechado e jamais acabado.

Massey (2008) também argumenta que o espaço e a política estão intimamente ligados. Desse modo, a maneira como olhamos o espaço influencia nas posições e possibilidades políticas. Através dessas três proposições e das conexões entre a imaginação do espacial e a imaginação do político, Massey (2008) constrói sua argumentação sobre o conceito de espaço numa busca de desconstruir a concepção do espaço como sendo fixo, estático, morto, fechado, evidenciando outros caminhos para pensar o espaço enquanto aberto, heterogêneo, múltiplo, relacional, com caráter vivido. Nesse contexto, ela apresenta algumas experiências de imaginar os diferentes lugares do mundo, como está o tempo (climático) lá nesse lugar imaginado, como vão a vida das pessoas, como as culturas desses lugares vivem e se relacionam com o ambiente e com a natureza. Isto mostra como o mundo é constituído de simultaneidade, ou seja, o espaço é constantemente elaborado pela simultaneidade e multiplicidade.

Assim, o espaço não pode ser mais concebido enquanto fixo, estático e morto em detrimento (e oposição) ao tempo que é aberto, múltiplo e em movimento. Para Massey (2008), essa visão reducionista do espaço apaga e diminui nossa imaginação do espaço e, conseqüentemente, da política. A autora endossa essa discussão propondo que espaço e tempo devem ser pensados conjuntamente. Esse pensamento conjunto revela problemas que, até então, pareciam insolúveis e que influenciam de algum modo o pensamento sobre a política e o espacial. No entanto, a preocupação de Massey (2008) não é nesse sentido e sim de que modo imaginamos o espaço. Assim, ela argumenta: “Todas essas tramas estão, por sua vez, relacionadas ao fato de que o espaço foi, muito frequentemente, excluído, ou inadequadamente conceituado em relação à política e ao político, e, por esse motivo, também enfraqueceu nossas concepções de política e do político.” (MASSEY, 2008, p. 41).

Desse modo, Massey (2008), apresenta alguns autores do século XX que associam espaço à representação. Essa última amortece, fixa e deprecia o fluxo da vida. E como resultado desse amortecimento surge o espaço. No entanto, isso diminui a nossa imaginação espacial e, conseqüentemente, nossa imaginação temporal:

O espaço conquista o tempo ao ser estabelecido como a representação da história/vida/o mundo real. Nesse espaço de leitura há uma ordem imposta sobre a vida inerente do real. A ordem (espacial) oblitera a desarticulação (temporal). A imobilidade espacial silencia o devir temporal. (MASSEY, 2008, p.56)

Os estruturalistas, como Levi-Strauss, Sartre, Braudel e Ricoeur, mesmo que sem pensarem dessa forma, tentavam escapar da transformação da geografia mundial em uma narrativa histórica. E para isso, os estruturalistas “insistiram na coerência de cada sociedade como estrutura em si mesma.” (MASSEY, 2008, p. 65). O estruturalismo então voltou-se para conceitos como estrutura, espaço e sincronia. Mas, infelizmente, seus debates sobre espaço inclinavam-se para uma negação do tempo:

É conceituação de espaço que, uma vez mais, é realmente uma residualização e deriva do pressuposto de que espaço se opõe a tempo e não tem temporalidade. Pensado desta maneira, 'espaço' realmente seria o domínio do fechamento, e esse, por sua vez, o transformaria no domínio da impossibilidade do novo e, portanto, do político. (MASSEY, 2008, p. 66).

Massey (2008) continua argumentando que autores estruturalistas, como Levi-Strauss, Sartre, Braudel e Ricoeur, relegaram ao espaço um certo fechamento sincrônico, primeiramente, pois as estruturas limitam os objetos de dinamismo, resultado de uma oposição ao tempo. Segundo, porque as estruturas são fechadas, além de sua presumida espacialidade. Um dos principais problemas do estruturalismo é o fechamento causal das estruturas. Então, busca-se uma abertura dessas estruturas através de uma desarticulação que torne a política possível nelas.

Este fechamento das estruturas está relacionado com a sua atemporalidade, o que as colocava “fora” do tempo e, conseqüentemente, seriam espaços/espacialidades. No entanto, não houve uma crítica e uma reconceituação desses últimos. Massey (2008) evidencia que ao imaginar o tempo ou o espaço dever-se-ia, ao menos logicamente, implicar na imaginação do outro. Entretanto, isso de longe não significa que eles são o mesmo, mas que são integrantes um do outro, co-constitutivos:

No mínimo, para o tempo ser concebido como aberto, o espaço também tem de, em certo sentido, ser concebido como aberto. O não-reconhecimento da simultaneidade de multiplicidades de extremidades abertas que compreende o espacial pode invalidar o projeto de abertura da temporalidade. (MASSEY, 2008, p. 79-80)

Através da ideia de “espaço público”, a autora (MASSEY, 2008) busca instigar a imaginação dos lugares com suas múltiplas trajetórias que se encontram, acontecem e produzem os lugares e os espaços. Deixando claro que o espaço, nesse sentido e em outros, não pode ser desvinculado do tempo. Assim, os lugares públicos, onde as trajetórias se encontram e se reinventam, acabam por se afunilarem nas cidades. Ademais, a vivência da população que transforma a rua em casa é de constantes

encontros de “estórias-até-agora” que podem modificar as trajetórias dessas pessoas, como é relatado por Jaci:

Que, vamos supor, é de repente ele começa a beber, ele começa a fumar, quando vê ele tá usando [droga, especificamente, o *crack*] de novo, entendeu? E ali ele não consegue ir trabalhar, ele já perde o serviço, entendeu? E isso já vai afetando cada vez mais o psicológico dele. Que ele já não conseguiu numa primeira e de repente recaiu na segunda, entendeu? Vai afetando o psicológico da pessoa, a pessoa vai, entendeu? Ela vai vendo meios para conseguir parar... Sair. Aí que eu falo que é o difícil mesmo. É poucas pessoas que conseguem. (Entrevista realizada com Jaci dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

Por viverem através de espacialidades onde o tráfico e o consumo de substâncias entorpecentes é muito comum e ‘escrachado’, é muito complicado conseguir se manter livre dos vícios, pois, ao encontrar aquele ‘camarada’ que participada das mesmas ‘rodas de *crack*’²⁰ as trajetórias se reencontram e torna-se difícil manter-se abstinente. As lembranças, as sensações, os sentimentos, a vontade, a ‘estiga’²¹ voltam como um turbilhão na mente do usuário e é nesse momento que Jaci diz que é difícil parar e é preciso ter “uma motivação muito grande” para conseguir se manter longe do *crack*. E as espacialidades onde esses encontros ocorrem são justamente os espaços públicos da cidade, do bairro ou da vila onde essas pessoas transitam e vivem. Além do mais, Massey (2008) argumenta ainda que:

o espacial é, crucialmente, o reino da configuração de narrativas potencialmente dissonantes (ou concordantes). Lugares, em vez de serem localizações de coerência, tornam-se os focos do encontro e do não-encontro do previamente não-relacionado e assim essenciais para a geração do novo. O espacial, em seu papel de trazer distintas temporalidades para novas configurações, desencadeia novos processos sociais. E isto, por sua vez, enfatiza a natureza das narrativas, do próprio tempo, como se referindo não ao desenrolar de alguma estória internalizada (algumas identidades preestabelecidas) – a estória autoproduzida da Europa –, mas à interação e ao processo da constituição de identidades – a noção reformulada de (das multiplicidades de) colonização. (MASSEY, 2008, p. 111)

É através do discurso religioso cristão que se buscam essas mudanças para a geração de novas espacialidades que sejam outras que não as das drogas. Durante o trabalho de campo no Ministério Melhor Viver²² foi possível evidenciar como as relações com a religiosidade cristã se tornam mais comuns e intensas entre os homens que utilizam o serviço do Abrigo Institucional. Assim, sua vivência nessa espacialidade em alguns momentos se mostrou paradoxal, pois, ao passo que são centrais por

²⁰ ‘Rodas de *crack*’ são espacialidades destinadas ao uso em conjunto de *crack* por usuários, ver Rossi (2010).

²¹ Estiga: vontade incontrolável de consumir alguma substância, no caso o *crack*.

²² Realizei o trabalho voluntário para o campo da dissertação no Ministério Melhor do dia 15 de março de 2017 até o dia 15 de abril de 2017, com uma frequência de três a quatro vezes na semana.

corroborarem e reproduzirem o discurso religioso cristão são marginais, pois são usuários de drogas que é considerado inconcebível para 'viver com deus'. Então, é possível evidenciar que existe, dependendo da escala espacial vivenciada pelas pessoas que transforma a rua em casa, uma diferente participação na elaboração do espaço. Ou seja, as escalas são construídas de maneira não-linear e não-hierárquica (HEROD, 2011)

Massey (2008) propõe uma política relacional do espaço, uma política do lugar como eventualidade, que deve ser a política das práticas cotidianas, no movimento em que se movem. É uma política que apreende as diversas trajetórias no momento e no movimento do encontro. Esta é a política da negociação. Essa última, está sempre nos lugares e espaços, pois esses devem ser lugares e espaços de negociação, seja entre componentes humanos e componentes não-humanos, ou entre ambos.

Por seu caráter extremamente transitório a população que transforma a rua em casa está em constante negociação pelos lugares e espaços que elaboram. Essa negociação, poucas vezes é amistosa, uma vez que a sociedade domiciliada vê, nas pessoas que habitam as ruas, a 'outra', a 'estranha', a 'inútil', a 'morta social'. Segundo Palombini (2013) as relações que a população de rua estabelece com o espaço urbano são baseadas em três aspectos, a saber, a mobilidade permanente, o uso temporalizado do espaço urbano e a formação alternativa de núcleos familiares. A pessoa em situação de rua tem, de certa forma, uma liberdade. No entanto, essa liberdade está condicionada a uma eterna busca por um lugar em que possa dormir e descansar sem preocupações. Assim, sua espacialização se dá de modo efêmero, pois sempre os locais em que estão podem vir a ser reprimidos ou inviabilizados para uma estadia segura, como afirmado por Palombini (2013).

Para esse autor, as pessoas que habitam as ruas constroem frágeis e efêmeras territorialidades nos espaços que ocupam e constituem. Entretanto, em nossa vivência e prática de pesquisa evidenciamos que o fenômeno comporta-se de maneira espacial. Uma vez que as pessoas que eu encontrei vivendo nas ruas não disputavam os espaços e não haviam relações claras de poder emanando delas e tão pouco com o foco nelas. Porém, tive a oportunidade de conhecer em outubro de 2017 a cidade que Palombini (2013; 2015) desenvolveu sua pesquisa, Porto Alegre no Rio Grande do Sul, evidenciando-se a visibilidade que a população de rua tem nessa cidade. Em vários viadutos e pontes existem inúmeros acampamentos, alguns até são cercados. Existem

também diversas relações que vão se estabelecendo com a população de rua frente a outros grupos sociais que utilizam os espaços públicos da cidade. Quando dessa passagem, consegui compreender um pouco melhor os processos territoriais a que Palombini (2013; 2015) se refere ao chamar a atenção para a população de rua na cidade de Porto Alegre-RS.

Ao trabalhar a relação entre os corpos das travestis e o espaço, mas especificamente o espaço escolar, Silva (2009) evidencia que por seus corpos serem extremamente marcados pela vestimenta, gestos, linguagem, elas sofrem muito mais violência e preconceito do que gays e lésbicas, por exemplo. Ou seja, os seus corpos são lidos pelo restante da população enquanto passíveis de aniquilação e exclusão. Em outro momento, Silva (2013), trabalhando com a vivência urbana travesti, revela que o espaço para esse grupo é interdito, ou seja, os discursos dominantes, reiterados através das práticas regulatórias dos corpos, impedem que as travestis sejam aceitas e acessem espaços que deveriam ser comuns para todas as pessoas.

Do mesmo modo, existem espaços interditos para as pessoas em situação de rua. Esses espaços tornam-se inacessíveis por conta do corpo marcado, da ausência de vínculo social e de trabalho formal, e, da inexistência de uma moradia, uma casa. Através desses aspectos, as representações sociais atribuídas às pessoas que moram nas ruas são, sempre, negativas. Ou seja, os discursos dominantes marginalizam e, além, excluem a população de rua de diversos espaços de direito e cidadania. Como aponta a autora,

o espaço interdito é concebido como o efeito da ordem discursiva espacial em que práticas regulatórias são desempenhadas por aqueles que se julgam dentro da ordem e possuem o poder de exercê-la, bem como o de estabelecer as formas com que determinados sujeitos devem ser excluídos. O espaço interdito é efeito das relações de poder que são onipresentes e, assim, sua constituição é vista como algo natural, sendo incorporado por todos os que fazem parte do campo discursivo. Ele se revela com toda sua força quando a ordem é desafiada, e as tentativas de transgressão da ordem revelam os limites espaciais que não devem ser ultrapassados para que a ordem se mantenha. (SILVA, 2013, p. 158-9)

A geógrafa feminista Gillian Rose (1993) afirma que as escritoras feministas usam imagens espaciais frequentemente e constroem a sua própria imagem para um sentido de espaço que está associado com um sujeito do feminismo emergente. Ela argumenta sobre o espaço paradoxal que é “multidimensional, deslocado e contingente. Ele é também paradoxal, o que quero dizer que os espaços que seriam mutuamente exclusivos se traçados em um mapa bidimensional – centro e margem, dentro e fora – são ocupados

simultaneamente.”²³ (ROSE, 1993, p. 140). Segundo a argumentação da autora, esse sentido de espaço paradoxal pode desafiar as exclusões que a geografia masculinista criou.

Rose (1993) continua sua argumentação afirmando que as contribuições das feministas negras e das feministas lésbicas foram essenciais para demonstrar que existem outras facetas identitárias. Estas diferenciam as relações que essas mulheres têm com os espaços que constituem. Ou seja, as mulheres são sujeitos que constituem não somente o gênero, mas a raça, as sexualidades, a classe, a religião, entre outras relações sociais:

Além dessa multiplicidade de dimensões, o sujeito do feminismo também depende de uma geografia paradoxal. Qualquer posição é imaginada não só estar localizada em espaços sociais múltiplos, mas também em ambos os polos de cada dimensão. É essa a tensão que pode articular um sentido de um outro lado além dos territórios do sujeito principal. (ROSE, 1993, p. 151)²⁴

O interessante da argumentação de Rose (1993) sobre o espaço paradoxal é que existem contextos em que as posições de centro e margem que são ocupadas simultaneamente pelos sujeitos.

A proposta de uma geografia paradoxal cria a possibilidade de reconhecer e resistir aos discursos hegemônicos que contribuem para a exclusão: “(...) esta é também uma geografia multidimensional estruturada através de uma simultânea diversidade contraditória de relações sociais”²⁵ (ROSE, 1993, p. 155). Essa geografia se apresenta enquanto uma das possibilidades para superar o peso do espaço masculinista excludente. E, além, permite a existência de um tipo diferente de espaço onde as diferenças são respeitadas, não apagadas ou excluídas.

Em outro texto, Rose (1999) argumenta sobre o *‘Performing space’*, ou espaço performático, que é entendido enquanto a articulação das coalizões entre discurso, fantasia e corporalidade. Esses são três elementos críticos fundamentais para a imaginação do espaço, pois eles estão inter-relacionados. Assim, Rose (1999) afirma que

²³ “This space is multidimensional, shifting and contingent. It is also paradoxical, by which I mean that spaces that would be mutually exclusive if charted on a two-dimensional map – centre and margin, inside and outside – are occupied simultaneously” (ROSE, 1993, p. 140, tradução nossa)

²⁴ “As well as this multiplicity of dimensions, the subject of feminism also depends on a paradoxical geography. Any position is imagined not only being located in multiple social spaces, but also as at both pole of each dimension. It is this tension which can articulate a sense of an elsewhere beyond the territories of the master subject.” (ROSE, 1993, p. 151, tradução nossa)

²⁵ “(...) it is also a multidimensional geography structured by the simultaneous contradictory diversity of social relations” (ROSE, 1993, p.151)

esse espaço é também relacional. As relações que se estabelecem entre esses elementos são ‘performadas’.

A imaginação de um espaço performático surge da leitura de Butler (1990) quando ela afirma que o gênero é performativo. Rose (1999) argumenta então que o espaço, assim como o gênero em Butler (1990), está sempre sendo criado. Essa criação é sempre uma articulação de performances relacionais. Desse modo, cada performance cria espaços específicos, outras performances criaram outros espaços.

A autora afirma que o espaço é “praticado, uma matriz de jogo, dinâmico e iterativo, suas formas e formatos são produzidos através da performance citacional das relações entre si-outro”²⁶ (ROSE, 1999, p. 248). Essa é a faceta do espaço para as pessoas que transformam as ruas em casa durante o tempo que fiz trabalho voluntário no Ministério Melhor Viver. Nessa espacialidade, em ambas as posições, tanto as de internos no Ministério, quanto as das pessoas que estão nas ruas, mas que usam os serviços do Ministério, praticam ações, assumem expressões corporais e falam através de performances citacionais, principalmente referente a religiosidade cristã. Enquanto estavam lá no Ministério o discurso religioso pastoral era extremamente forte, tudo estava relacionado ao “reino de deus” e em como “deus” tem sido bom com eles pois estão arrependidos da vida que viviam/vivem nas ruas.

No entanto, no contato com eles em outras espacialidades, como aconteceu durante, principalmente, nas três primeiras noites de campo nas ruas, o discurso dessas pessoas, apesar de também ser embebido na religiosidade cristã evangélica, era um pouco ‘mais livre’ e performado através do imaginário do que é ser uma pessoa que transforma a rua em casa.

A imaginação acerca do espaço público na Geografia, segundo Gomes (2002), deve considerar tanto a faceta física, quanto a de relacionamentos humanos e dinâmicas sociais que se estabelecem nesse espaço. Assim, ambas as facetas, tanto física (material) quanto humana (social) são indissociáveis. Para o autor, esses espaços públicos são quaisquer espaços nas cidades que permitam o acesso e a circulação irrestrita, configurando a própria condição de cidadania. Assim, esses seriam espaços onde os problemas se apresentam, ganhando uma dimensão pública e são resolvidos, ou deveriam ser resolvidos.

²⁶ “space is practised, a matrix of play, dynamic and iterative, its forms and shapes produced through the citational performance of self-other relations” (ROSE, 1990, p. 248)

Outra geógrafa feminista que contribui para as discussões sobre o espaço é Przybysz (2011). Ela trabalha com as espacialidades das mulheres que são chefes de família após a dissolução conjugal. Para a autora, essas mulheres criam estratégias que articulam o espaço público e o espaço privado, tendo uma vivência multiescalar que envolvem múltiplas espacialidades e que não podem ser vistas separadamente. Przybysz (2011) afirma ainda que essa dicotomia criada pela ciência entre o espaço público e o espaço privado serviu apenas para “construir ainda mais a invisibilidade feminina, fortemente vinculada ao privado” (PRZYBYSZ, 2011, p. 23).

Do mesmo modo ocorre com as pessoas que transformam a rua em casa. Elas necessitam dessa articulação entre o espaço público e o espaço privado para conseguirem a manutenção de suas vidas cotidianas. O imaginário da casa ainda é muito presente no discurso dessa população que, de alguma maneira, se reproduz nas suas estadias sob marquises e entradas comerciais, afinal, é necessária uma organização para que consigam continuar a utilizar aquele espaço para dormir e pernoitar.

As mesmas imposições que muitas vezes eram feitas contra eles (como, por exemplo, a proibição do uso de drogas) são reproduzidas no ambiente que agora eles, aos poucos, transformam em casa. Além disso, algumas pessoas acomodam-se com a situação que estão vivenciando, como afirmado por Catú: “Cara, moradia, assim, eu acho que a maioria do pessoal que tá na rua, assim, ele tem um lar. Ele tem um lar. Só que ele escolhe ficar na rua. E a rua é o lar dele. Se acostuma, igual eu falei, se acostuma, e a rua se torna a casa dele, entendeu?” (Entrevista realizada com Catú dia 05/04/2017 no Ministério Melhor Viver). Durante as noites de campo era possível identificar essa transformação da ‘rua’ em ‘casa’, ou, melhor, na transformação de uma marquise em um quarto, quando, por exemplo, os homens que encontramos nos três primeiros campos dormindo na marquise da Yamaha se organizavam com cinzeiros e vassouras, e se preocupavam em organizar o local toda manhã ao levantarem. Essas estratégias são necessárias para a manutenção do espaço de pernoite e, ao mesmo tempo e espaço, refletem o mesmo zelo que comumente se tem com o ambiente da casa.

Para Varanda e Adorno (2004) quando a pessoa passa a morar na rua ela tem de desenvolver um filtro em si com relação às perdas para que consiga sobreviver com outras possibilidades que até então eram desconhecidas. Para isso, se faz necessário assimilar novos espaços de vivência e de organização espacial para que suas

necessidades básicas e as dificuldades que enfrenta sejam possíveis de serem sanadas. A pessoa que está na rua, vive da forma mais primitiva de todas, passa a lutar pela sobrevivência na selva de pedra. Assim, se faz necessário uma readaptação de si em suas novas espacialidades de convívio, sendo indispensável, então, aprender a viver na rua, articulando aspectos do espaço privado e do espaço público. Afinal, essa dicotomia já não existe mais em sua vivência e a 'rua' (público) e a 'casa' (privada) se confundem frequentemente em suas caminhadas diárias.

A rua, enquanto o espaço público, é um ambiente masculino, como afirma Przybysz (2011). Isso fica evidente quando olhamos para as pessoas que vivem nas ruas de Ponta Grossa-PR. A grande maioria são homens entre 25 e 40 anos. Poucas são as mulheres que conseguimos encontrar durante a pesquisa e a maioria delas estava acompanhada de algum homem, como já havia afirmado a assistente social coordenadora do CREAS Pop da cidade. No entanto, a masculinidade que se faz presente na transformação da rua em casa não é a masculinidade hegemônica a qual o espaço público foi historicamente reservado. São masculinidades periféricas de homens pretos ou pardos, pobres, com pouco grau de escolaridade, usuários de drogas e álcool, etc.

A imaginação espacial da casa e da rua é uma das maneiras de entender a sociedade brasileira, segundo DaMatta (1997). Para esse autor, há uma tríade de espacialidades que a sociedade brasileira tem como referências em suas vidas diárias, a saber, a casa (espaço privado, familiar, feminino, conservador), a rua (espaço público, masculino, liberal, político) e o outro mundo (espaços religiosos, cerimônias e festas religiosas). Essa tríade é aparente nos discursos das pessoas que entrevistei. A casa é sempre o ambiente da família, privado e que para eles sempre é um ambiente de conflito. A rua é onde eles conseguem a liberdade e podem 'fazer o que quiser' e, ao mesmo tempo, é o espaço da violência, da droga, da pilantragem, da morte, mostrando um paradoxo entre a liberdade e a vulnerabilidade. E o outro mundo é a salvação desses dois outros lugares, é a 'palavra' de deus, o irmão da igreja e o pastor amigo. Desse modo, esses espaços são performados pela população que transforma a rua em casa. A cada ambiente, dependendo das relações que se estabelecem, mudam também o discurso e o comportamento dessas pessoas. Isso era visível em cada manhã no Ministério Melhor Viver: todos estavam imersos no discurso religioso e na 'palavra'. Poderiam até pregar²⁷ um pouco.

²⁷ Pregar: falar sobre a palavra de deus, o exemplo de Jesus e/ou refletir sobre passagens da Bíblia cristã.

Ornat (2009) ao estudar as espacialidades travestis na cidade de Ponta Grossa-PR e a instituição do território paradoxal das travestis que trabalham na prostituição, evidencia que esse grupo também vive a rua de maneira bem intensa. Pela falta de apoio familiar para a aceitação da sexualidade, as travestis são expulsas de suas casas, indo sobreviver na rua, via de regra da prostituição. Além disso, as travestis utilizam-se do espaço público para a manutenção da sua existência enquanto ser travesti frente a outras travestis e a outros grupos urbanos.

De mesmo modo, as conturbadas relações familiares das pessoas que transformam a rua em casa que contribuíram para essa pesquisa são fundamentais para que passem a (sobre)viver nas ruas. Ademais, existem processos discursivos que lêem os corpos travestis enquanto abjetos (BUTLER, 2005), processo que também evidenciamos ocorrer nos corpos dessas pessoas quando tem seus corpos marcados (intencionalmente ou não) (LOURO, 2004), através das roupas maltrapilhas, sujas, pelo uso de entorpecentes e a realidade de uma vivência que se reproduz nos espaços públicos da cidade. Essa condição de abjeção torna essas vidas passíveis de aniquilação, afinal, esse processo produz sua humanidade enquanto questionável (BUTLER, 2005).

Silva (2009b) apresenta a sua experiência de pós-doutorado na Espanha enquanto pesquisava as mulheres prostitutas brasileiras que estavam vivendo na Espanha. Ela evidencia que as prostitutas utilizam-se principalmente da rua para a reprodução do seu trabalho, organizando-se por nacionalidade/etnicidade nas ruas da cidade de Madrid. Esse grupo de mulheres também vive a rua com certa intensidade. Ademais, elas necessitam criar estratégias para a manutenção de sua sobrevivência nesse ambiente, da mesma maneira que as pessoas que transformam as ruas em casa.

Outra pesquisa que emerge o espaço público enquanto central na vivência de pessoas socialmente marginalizadas e que tem seus corpos lidos enquanto abjetos para a lógica Ocidental é de Cabral, Silva e Ornat (2013). Os autores pesquisam a relação existente entre espaço e morte nas representações sociais das travestis. Para o grupo de oito travestis entrevistadas, as espacialidades mais representativas são: o território da prostituição (42,2%), a cidade (15,2%), a casa (10,4%), o hospital (10,1%), a delegacia (4,3%) entre outros.

Esses espaços são vivenciados principalmente através da violência. A cidade ou o espaço público em que o corpo da travesti é lido socialmente enquanto desviante,

enquanto abjeto, tem relação principalmente com a violência (32%), a interdição (18%) e a morte (10%). Ou seja, para esse grupo a rua é também um espaço de perigo e de vulnerabilidade a morte, como para as pessoas que transformam a rua em casa.

Cabral, Silva e Ornat (2013) ainda evidenciam que o uso de drogas e, principalmente, o uso de *crack* começa a aparecer como um elemento que contribui para a vulnerabilidade à morte das travestis. Desse modo, as vivências das travestis e das pessoas que transformam as ruas em casa se assemelham, de certa maneira. O uso de drogas e, principalmente, de *crack* contribui para a produção de discursos de abjetificação de seus corpos, colocando essas populações cada vez mais à margem da sociedade e, além, contribuem para a manutenção de sua existência enquanto seres que vivem as ruas.

Trabalhando com um levantamento de dados realizado na Delegacia do Adolescente e Anti-tóxicos da Polícia Civil de Ponta Grossa-PR, tomando o período entre 2005 a 2007, Chimin Junior (2009) evidencia que nesse recorte temporal destacam-se quatro áreas de maior concentração de moradia de adolescentes que cometem atos infracionais na cidade: Vila Vilela, Vila Nova, Vila Cel. Cláudio e Vila Oficinas. Os dados apresentados afirmam que 85% dos adolescentes são homens e que os principais atos infracionais estão relacionados a furto e roubo, brigas, dirigir sem habilitação, porte e uso de drogas, danos ao patrimônio entre outros. Esses atos infracionais são em sua maioria cometidos na rua. Chimin Junior (2011) afirma que o espaço para esse grupo é paradoxal, em momentos tem posições centrais e em outros marginais. O autor afirma que os aparelhos estatais de saúde e educação são evitados por esses meninos pelo fato da sua marginalidade nas relações desses espaços. No entanto, a rua é onde eles ganham centralidade e notoriedade, ainda que estejam praticando atos considerados negativos socialmente. “Eles despertam medo e insegurança, desestabilizando a ordem estabelecida, e é aí que adquirem visibilidade social, seja nos jornais, nas queixas dos profissionais de educação e de saúde, ou ainda nos sistemas sociopenais.” (Chimin Junior, 2011, p. 110).

Estes fatores também exprimem o que é vivenciado pelas pessoas que transformam as ruas em casa. Ademais, através do diálogo e do encontro com essa população por meio do trabalho de campo realizado para a presente pesquisa, foi possível identificar adolescentes que praticam (ou praticavam) atos infracionais vivendo nas ruas. Além

disso, as pessoas com as características da pesquisa de Chimim Junior (2011) são também vulneráveis a transformação das ruas em casa. Afinal, a criminalidade e o uso de entorpecentes não são comportamentos bem-aceitos nos ambientes familiares, podendo, assim, instigar conflitos e desavenças familiares. Ademais, ao vivenciarem as ruas com tanta intensidade e frequência é possível se acostumar a essa vida, como afirmado por Jaci: “Cara... é que você vive uma vida desregrada, né, e teu corpo acostuma, né. Tudo acostuma, né.” (Entrevista realizada com Jaci dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver).

Utilizando também o levantamento de dados da pesquisa anterior, juntamente ao trabalho de campo nas quatro vilas citadas acima que tem a maior concentração de adolescentes que praticam atos infracionais e com doze entrevistas em profundidade, Rossi (2010) evidencia que a vivência desses adolescentes se dá principalmente nas ruas em correrias²⁸, roubos e furtos, nas rodas de uso de *crack*. Vivência muito próxima das pessoas que transformam as ruas em casa e são usuárias de droga. Fatores relatados em algumas entrevistas:

[Onde você costumava dormir?] É. Ficava na correria. As vezes... quando ficava pra rua nem dormia. Virava a noite, os quatro ou cinco dia sem dormir. Na correria da droga. (Entrevista realizada com Nhará dia 11/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

[Você tem passagem pela polícia?] Tenho. Tenho 5 passagem. Uma é por roubo e o resto é tráfico de drogas. Não. Nunca fiquei detido. Tudo de menor, aham. (Entrevista realizada com Mutin dia 11/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

Rocha (2013) desenvolve a imaginação do ‘espaço espiado’²⁹ de adolescentes do sexo masculino usuários de *crack* na cidade de Ponta Grossa, Paraná. A pesquisa realizada com entrevista de seis meninos evidencia que os espaços vivenciados por esses adolescentes são a Vila (31,3%), Casa (19,3%), Comunidade Terapêutica³⁰ (12,7%), Corpo (11,6%), Rua (9,7%), Cidade (6,2%), Espaço Escolar (3,9%), entre outros. A Vila e a Rua somam 40% das evocações demonstrando que para os adolescentes usuários de *crack* (e outras drogas) a espacialidade da rua é frequente. Por estar associada à vivência cotidiana dessas pessoas a Vila se torna uma espacialidade que

²⁸ Correria, corres ou correria nada mais são do que o ato de deslocar-se em busca de drogas ilícitas como *crack*, cocaína, maconha entre outras.

²⁹ Espiado é uma gíria para o comportamento que muitos usuários de *crack* têm sob os efeitos da substância. O espaço espiado tem os sentidos em alerta, apavorado, cabreiro. É como se alguém estivesse perseguindo a pessoa sob o efeito da droga, a todo momento algo está para acontecer, o medo e a vigilância são constantes.

³⁰ Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro é uma entidade que acolhe adolescentes dependentes químicos do sexo masculino na cidade de Ponta Grossa. É administrada pelo Ministério Melhor Viver. Esse espaço é onde o pesquisador realizou seu trabalho de campo, teve contato com esses adolescentes e os entrevistou

mescla a rua e a casa. As evocações dos entrevistados quando se referiam à espacialidade da Vila estão relacionadas ao tráfico de drogas (32,1%), morte (17,3%), relações de poder (14,8%), uso de drogas (13,6%), roubo (12,3%), recaída (4,9%), amizades (2,5%), discurso religioso (1,2%) e prostituição (1,2%). A Vila é o ambiente em que muitas pessoas conhecem 'a rua' e tem suas trajetórias de vidas modificadas influenciadas pelo contato com pessoas que usam drogas, traficam drogas e praticam a criminalidade, como podemos também evidenciar nas falas dos homens entrevistados para esta dissertação:

[Como você começou a usar drogas?] Ah, o começo vai mais influente pelos amigos, né, via os amigo usando, também queria usar, queria fazer a mesma coisa, igual. Aí comecei. (Entrevista realizada com Mutin dia 11/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

[Como você começou a morar nas ruas?] Cara, eu fiquei na rua umas três semana só. Que eu já tinha feito um tratamento de um ano e fiquei mais um ano e pouco de pé. Sem usar nada, passei o final de ano tudo tranquilo. Daí em fevereiro que eu dei uma descaída e daí fiquei umas três semanas na rua. Daí, sabe, não é vida, você ficar na rua assim... (Entrevista realizada com Catú dia 05/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

Trabalhando na mesma comunidade terapêutica que a pesquisa acima, no entanto, abordando a relação entra a morte por homicídio e as espacialidades dos jovens do sexo masculino em Ponta Grossa-PR, Gomes (2013) evidencia que as 'cenar embaçadas' (violência, briga, morte, conflitos marcantes) que os meninos vivem estão relacionados com as espacialidades da Rua (22,4%) e da Vila (17,7%). Além dessas, figuram a Casa (16%), instituição de tratamento (14,8% - onde o pesquisador realizou o trabalho de campo e entrevistou os adolescentes), Rua-instituição de tratamento (7,2% - quando os adolescentes ressignificavam a rua através da visão da instituição religiosa), Mocó (6,7%), Tráfico (6,7), Centro (3,2%), Escola (2,5%) e Outros (2,8%).

A Rua é a espacialidade mais vivenciada pelos jovens vulneráveis a morte. E, segundo as entrevistas realizadas por Gomes (2013) com seis adolescentes em tratamento por dependência química na comunidade terapêutica, a Rua está relacionada ao uso de droga (31,2%), a morte (15,5%), a violência (10%), ao acesso a droga (10%), roubo (9%), masculinidade (5,6%), moradia (4,4%), tráfico de droga (3,3%), polícia (3,3%) entre outros elementos. A Rua é assim uma espacialidade relacionada principalmente a espacialidades das drogas e a violência. Dois dos entrevistados da pesquisa usaram a rua enquanto moradia durante algum tempo.

Nas pesquisas citadas acima é possível perceber como a rua constitui-se enquanto um elemento central na vivência desses grupos. No geral, a espacialidade da rua está relacionada com a morte, tráfico e uso de drogas, criminalidade, conflitos e reprodução de suas existências, seja através do trabalho ou das relações sociais que na rua se estabelecem. Ademais, esses grupos, assim como as pessoas que transformam a rua em casa, vivem cotidianamente a escala corpo, ou seja, o corpo é através da qual estas pessoas conseguem acessar outros espaços e se reproduzir socialmente.

Através do corpo é que são possíveis as transformações da rua em casa. É através do corpo que a rua se torna casa. Para Bachelard (1978), a casa é “nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo” (BACHELARD, 1978, p. 200). É através do imaginário da casa que conhecemos o mundo a nossa volta, através dele as relações são construídas e muito da imagem que temos e construímos em nossas vivências são reflexos da espacialidade da casa. Além, segundo o autor, a casa é um ambiente de integração dos pensamentos, das lembranças e dos sonhos. No entanto, essas lembranças, para essa população são, na verdade, lembranças negativas, sonhos perdidos e pensamentos ruins:

É. Não tivemos um... igual você falou, afetividade mesmo, assim, dizer, olha, o pessoal querer tá junto comigo, né, igual cê falou assim, se afastaram... porque o que era a minha família era minha vó e meu vô. Então, eles faleceram, ali eu acho que... acabou a família.

Igual parte de parente, assim, aquele vínculo, assim, distante. Tipo, lá um dia a gente, vamos supor, vai, aparece na casa lá, passa por frente, a pessoa convida pra entrar. Entendeu? Toma um cafézinho, ali, entendeu? E acabou. Tipo, sem ter nenhuma, nenhuma... como é que eu posso te dizer... igual você falou você não tem aquele vínculo... [Afetivo?] Isso! Afetivo. É. Entendeu? Da pessoa se preocupar, ó, onde você vai ficar? Onde você vai morar? Não. Só, ó, como que você tá? Você tá bem? Não tá? Mas chegou certa hora ali, ó, tô indo embora, né. Cada um com seus problemas. (Entrevista com Jaci no dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

O ambiente familiar, sobretudo, é um ambiente de constantes conflitos para essas pessoas, fator que evidentemente contribui para a manutenção de suas estadias nas ruas, dificulta muito o reatar dos laços afetivos familiares e, ainda, influencia as adicções.

Bachelard (1978) afirma que a casa é uma imagem que dá aos seres humanos razões ou ilusões de estabilidade. O autor cria diversas imagens da casa como sendo um refúgio para os pensamentos, sentimento e, sobretudo, para a memória. No entanto, essas imagens não condizem com a realidade encontrada pela população que transforma a rua em casa. Para eles as imagens que constroem e têm sobre a casa não são de

refúgio, mas sim de fuga, uma fuga que chegou a consumarem-se quando passaram a viver e habitar as ruas, transformando essas em suas casas. Ou seja, proteção, refúgio ou estabilidade são sentimentos que muito poucas vezes puderam ser vivenciados no ambiente da casa familiar. Para superar isso, muitos buscaram outras imagens de uma casa, através da construção de uma nova família ao encontrar uma companheira e terem filhos. Mesmo que ainda essa imagem esteja difusa e embaçada:

Daí você falou assim de uma história. A história é que, vamos supor, cara, eu tinha, você veja, eu sou... quando eu tinha a minha menina, a minha menina ela fez 14 cirurgia, entendeu? Ela nasceu com um probleminha, assim. E daí eu acho que isso deu querer... ela nasceu com má formação, por dentro, né, assim, na parte intestinal, assim. Daí os médicos reconstruíram ela. E daí ela nasceu com uma série de probleminha, probleminha do coração, probleminha no olho, probleminha no ouvido, né, bastante coisinha. E daí eu acho que naquela, eu me sentia tão mal, né, eu me sentia tão mal, que eu não conseguia, ao invés de ajudar eu acabava atrapalhando minha esposa com ela. Que daí eu tava me sentindo ruim assim que, né, que eu queria que ela fosse normalzinha. E daí pela parte financeira nossa, né, que, né, a gente é pobre, né cara, que daí fica difícil para fazer as coisa, entendeu? Daí foi sofrido. E daí nós ficamos muito tempo longe, assim, né. Muito tempo longe assim, e daí eu acho que aquilo afeta o sentimental da pessoa, né. E daí que eu fui me drogando cada vez mais, né. (Entrevista com Jaci no dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

Em *A casa e a Rua*, DaMatta (1997) afirma que a sociedade brasileira transita entre três espaços, a saber, a Casa, a Rua e o Outro Mundo. O autor argumenta que cada um desses espaços demarca “fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros da sociedade” (DAMATTA, 1997, p. 48). Essas diferenciações são, segundo o autor complementares. Desse modo, segundo o autor, qualquer evento pode ser interpretado através:

do código da casa e da família (que é avesso à mudança e à história, à economia, ao individualismo e ao progresso), pelo código da rua (que está aberto ao legalismo jurídico, ao mercado, à história linear e ao progresso individualista) e por um código do outro mundo (que focaliza a idéia de renúncia do mundo com suas dores e ilusões e, assim fazendo, tenta sintetizar os outros dois). (DAMATTA, 1997, p. 48)

A casa é muito mais do que apenas o local físico, a construção onde a pessoa vive (ou viveu), mas é melhor representada pela relação existente entre os diversos acúmulos de relacionamentos interpessoais e história que se constroem nessa espacialidade. A população que contribuiu para essa pesquisa busca, através de suas vivências, construir referências da casa em suas caminhadas pelas ruas, por isso, por exemplo, que em várias vezes ouvimos a palavra ‘irmãozinho’ quando as pessoas se referiam a companheiros de rua. É como se fosse necessária a imaginação de uma família na rua

para suprir a família que já não os acolhe mais. Entretanto, essa afetividade é muito superficial e rarefeita, pois por simples situações ocorrem brigas e desavenças, podendo, muitas vezes, acabar com agressões e até mortes:

Cara, morte tem, bastante, igual eu falei pra você, as vez por causa de nada assim, um mata o outro. As vez até por causa até de cachaça já tão se pegando, né. Igual essas três, essas três semana que eu fiquei na rua aí, eu vi duas morte. Na verdade, três morte. Uma que tava um casal junto, parou um carro e atirou neles. E outro da facada que eu falei pra você. (Entrevista com Catú no dia 05/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

Para, além disso, esses três espaços que DaMatta (1997) afirma que a sociedade brasileira está fundamentada estão muito fluidos na vivência da população que transforma a rua em casa. Isso se dá por transformarem as ruas em casa, ou melhor, os espaços públicos em espaços privados por determinados períodos. O imaginário da rua, da casa e, principalmente, do outro mundo é muito inconstante em suas vivências.

Herod (2011) ainda afirma que o corpo é também uma escala de análise geográfica. Através de pensadoras feministas, negras e *queers*, o autor apresenta as primeiras abordagens do corpo pela geografia, mostrando que a diferenciação social que as mulheres, negros (e outras pessoas não-brancas) e transgêneros, travestis e outros gêneros não hegemônicos vivem e sofrem através de seus corpos.

O corpo é uma escala socialmente construída, bem como é o local primário da identidade pessoal, “O lugar do corpo marca a fronteira entre o eu e o outro em um sentido tanto físico quanto social, e envolve a construção de um “espaço pessoal”, além de um espaço fisiológico literalmente definido.” (SMITH, 2000, p. 154).

E é por meio de seu corpo que as pessoas que contribuíram para a presente pesquisa têm a possibilidade de acessar o espaço público da rua e metamorfoseá-lo em suas casas, mesmo que por um momento. E, além, em muitos momentos o corpo é o único espaço que lhes resta habitar. Mesmo estando vivendo nas ruas é o corpo que é a sua morada. É pelo corpo que eles sentem a sua realidade.

O corpo tem necessidades, vontades, desejos e medos específicos e que também são construídos socialmente, como observa Smith (2000). O cuidado, o acesso físico ao corpo e pelo corpo, assim como o controle sobre o corpo são os principais focos de disputa nessa escala. Essas disputas são dominadas, principalmente, pelo gênero, mas não somente. Categorias como raça, idade, posição social, classe de renda, geração, entre outros, também dão campo para que os conflitos dessa escala ocorram. Assim,

evidencia-se que, para as pessoas que transformam as ruas em casa, é necessário proteger e defender o seu corpo, a única ‘posse’ que ainda lhes resta.

A Geografia, segundo Silva e Ornat (2016) vem pensando o corpo em relação ao espaço, ou seja, o corpo no espaço. As contribuições geográficas acerca das corporalidades no Brasil ainda são muito recentes, e, segundo os autores, elas estão abordando o corpo a partir de duas tendências, uma que o corpo é entendido enquanto ‘uma parte’ de um grupo social ou de um conjunto de pessoas. A segunda tendência é a ideia de que as pessoas ‘possuem um corpo’ que está em constante relação com a exterioridade, marcando uma dicotomia entre o corpo e o espaço. Assim, a geografia brasileira ao pensar as corporalidades foca-se na ideia do ‘corpo no espaço’.

As pensadoras feministas foram as principais pioneiras na discussão da relação entre corpo e espaço nas ciências sociais. “O corpo como importante elemento da análise das relações de gênero tem as feministas negras, notadamente as pós-colonialistas e as feministas pós-estruturalistas como protagonistas.” (SILVA e ORNAT, 2016, p. 61). Essas pensadoras contestaram a ideia de que o corpo é uma natureza imutável, evidenciando que os corpos são ativos e espaços políticos por excelência, lugares de resistência. Assim, “os corpos não são algo natural, dado e universal, mas formas materiais que adquirem sentido no tempo e no espaço” (SILVA e ORNAT, 2016, p.62).

Os autores instigam para a ideia do corpo como um espaço:

Se sujeitos vivem espacialmente por meio de corpos velhos, jovens, brancos, negros, femininos, masculinos e assim por diante, cada corpo/espaço (ou unidade que separa o eu e o outro) está em constante negociação com outros espaços, cujas significações construídas sobre a idade, gênero, raça são socialmente compartilhadas. Assim, os corpos não estão passivos às significações socialmente construídas. Podem incorporá-las e também resistir à elas, como argumenta Pile (1996) (SILVA e ORNAT, 2016, p. 63-4)

A geógrafa Rose (1999) escolhe focar-se no corpo, pois os outros elementos fundamentais do espaço performático (fantasia e discurso) já estão de alguma maneira inseridos na Geografia. Para muitas geógrafas feministas, considerar o corpo no discurso geográfico é essencial para subverter o universalismo da maioria das tradições geográficas. A autora afirma que ao corporificar o sujeito pesquisador enquanto branco, homem, heterossexual, sem deficiência, etc, é possível quebrar com a universalidade do conhecimento e posicionar o conhecimento produzido por essa pesquisa. Para Rose (1999) o corpo é uma performance que nunca está certo em reproduzir a mesma coisa.

Butler (1993) propõe que existem corpos que são inteligíveis pelos sistemas de códigos e significados sociais e corpos que são ininteligíveis, corpos que são substanciados a ponto de se tornarem matéria e corpos que não são, corpos objetos e corpos abjetos. Esses últimos habitam as zonas inabitáveis da vida social.

Para Rose (1999) esses corpos abjetos são articulados com espaços específicos também. Como ocorre com as pessoas que transformam a rua em casa, que ao viver pelas ruas, habitam zonas inabitáveis da vida social, espacialidades esquecidas e abandonadas.

Assim, essas pessoas que de alguma maneira transformam as ruas em suas casas vivem intensamente a escala do corpo. Seus corpos, sua escala da vivência cotidiana, onde sofrem as intempéries da natureza e da sociedade. Essas marcas ditam onde podem ou não ir, marcas que fazem com que essas pessoas sejam aprovadas, toleradas ou rejeitadas dos espaços (LOURO, 2004). As pessoas que utilizam da rua para realizar sua 'vida privada' carregam em si muitas marcas que ditam a elas onde são ou não bem-vistas, além de privá-las de acessar diversos espaços que deveriam ser democráticos e com fácil acesso para todas e todos.

Louro (2004) afirma ainda que “é no corpo e através do corpo que os processos de afirmação ou transgressão das normas regulatórias se realizam e se expressam. Assim, os corpos são marcados social, simbólica e materialmente – pelo próprio sujeito e pelos outros.” (LOURO, 2004, p. 83) As marcas têm efeitos simbólicos, expressão social e material. Assim, as marcas determinam se os sujeitos serão aprovados, tolerados ou rejeitados.

Louro (2004) trabalha com a ideia de Butler (PRINS e MEIJER, 2002) quando esta coloca que os corpos são habitados por discursos e que os discursos fazem parte do próprio sangue dos corpos. Na entrevista realizada pelas pesquisadoras holandesas Prins e Meijer (2002), Butler coloca que seu trabalho busca expandir as possibilidades de aceitação da vida corpórea:

Pensar os corpos diferentemente me parece parte da luta conceitual e filosófica que o feminismo abraça, o que pode estar relacionado também a questões de sobrevivência. A abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver como um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia (PRINS e MEIJER, 2002, p. 157).

Dessa maneira, o corpo adquire diferentes significados de acordo com a constituição discursiva a qual é submetido. Dessa maneira, existem corpos que Butler (2005) coloca enquanto 'abjetos'. Nos seres abjetos vêem-se mais claramente essas circunscrições que o discurso e o poder descrevem enquanto “humano”, pois, nos abjetos, a humanidade é questionada: “Não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos 'humano', o inumano, o humanamente impensável.” (BUTLER, 2005, p. 26). Destarte:

Corpos que não importam são corpos 'abjetos'. Tais corpos não são inteligíveis (um argumento epistemológico) e não têm uma existência legítima (um argumento político ou normativo). Daí, não conseguem se materializar. (PRINS e MEIJER, 2002, p. 160. aspas do original).

Para Butler, a abjeção “relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendido como 'não importante’” (PRINS e MEIJER, 2002, p. 161). Assim, os corpos da população de rua também podem ser entendidos enquanto corpos abjetos, uma vez que se não existissem, não fariam diferença. São ‘inúteis para o mundo’ ou ‘mortos sociais’ como aponta Castel (1998). Butler mostra que a formação dos sujeitos ocorre simultaneamente aos abjetos:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas 'inóspitas' e inabitáveis' da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeitos, mas cujo habitar sob o signo do 'inabitável' é necessário para que circunscrever a esfera dos sujeitos. (BUTLER, 2005, p. 19-20).³¹

Todavia, o sujeito é constituído a partir das forças de exclusão e abjeção. Essa delimitação “marca uma fronteira que inclui e exclui, que decide, por assim dizer, o que será e o que não será o conteúdo do objeto ao qual nós então nos referimos” (BUTLER, 2005, p. 32). Este ato é violento, pois ao demarcar ele apaga, e sempre é uma imposição seletiva.

Desse modo, o corpo é sim central na vivência de diversos grupos urbanos, inclusive das pessoas que transformam a rua em casa. No entanto, a abordagem geográfica no Brasil acerca do corpo está, ainda, restrita a pensar o corpo ‘no’ espaço, como afirmam Silva e Ornat (2016). Os autores afirmam que através da perspectiva escalar é possível reconstruir uma conceituação que considere o corpo enquanto um espaço, um lugar. Por

³¹ “Lo abyecto designa aquí precisamente aquellas zonas “invivibles”, “inhabitables” de la vida social que, sin embargo, están densamente pobladas por quienes no gozan de la jerarquía de los sujetos, pero cuya condición de vivir bajo el signo de lo “invivible” es necesaria para circunscribir la esfera de los sujetos” (BUTLER, 2005, tradução nossa)

meio da poetiza Rich (1984) os autores evidenciam que os corpos são geopoliticamente localizados e marcados, mas também são lugares constituídos de uma política de conexão e desconexão de direitos sobre o corpo, espaços que demarcam luta social. Assim pensar os corpos como espaços deve ser feito:

(...) por meio da escala, é possível na medida em que se adota a postura de que as escalas não existem em um sentido ontológico, mas são construídas socialmente, configurando-se assim em um elemento epistemológico. Mesmo considerando a escala como construção social, a escala é adotada pelos autores como uma fronteira geográfica que rodeia determinados espaços particularizados, implicando assim diferenças. Embora socialmente construídas as escalas instituem materialidades na realidade socioespacial e no comportamento humano. As escalas são móveis e mutáveis no tempo e espaço e também articuladas entre si por meio de relações de poder. (SILVA e ORNAT, 2016, p. 71)

É por meio das escalas socialmente construídas que as pessoas as quais encontram na rua seu último espaço para manutenção e reprodução da própria vida conseguem transformar espacialidades urbanas em espacialidades que representam a casa que já não têm mais. E, através de seus corpos marcados e abjetificados que essas transmutações são possíveis. Espaços que para a maior parte da população domiciliada são locais de passagem e aos poucos são incorporados na vivência da população que está nas ruas, criando laços e organização nesses espaços, tornando-se, de alguma maneira, suas casas.

As vivências da população que transforma a rua em casa são marcadamente espaciais. No entanto, a Geografia brasileira pouco pensou acerca dessas pessoas que estão nos grandes centros urbanos há décadas. Apenas a partir dos anos 2000 é que algumas pesquisas geográficas passa pensar e discutir a situação dessa população que começou a surgir em maiores proporções. Ainda hoje são poucas as pesquisas que trabalham com essas pessoas. O capítulo seguinte apresenta as pesquisas da Geografia acerca dessa população e procuramos propor alguns caminhos para discussão da vivência dessa população.

CAPÍTULO II

ESPAÇO E SOBREVIVÊNCIA DAS PESSOAS QUE TRANSFORMAM A RUA EM CASA

Este segundo capítulo tem como objetivo compreender como as pessoas que transformam a rua em casa estabelecem suas dinâmicas de sobrevivência espacial na cidade de Ponta Grossa-PR. Para tanto, analisamos o que vem sendo pensado na produção científica geográfica no Brasil acerca dessa população para então traçar o nosso panorama da sobrevivência espacial para essas pessoas.

As pessoas que (sobre)vivem nas ruas necessitam criar estratégias de negociações espaciais, articulando escalas. Evidentemente, esses processos se dão, em sua maioria, em 'espaços públicos'. As Ciências Sociais e as Humanidades começaram a pensar mais o espaço a partir do final do século XX, a chamada “virada espacial”, como argumenta MASSEY, ALLEN e SARRE (1999). A Geografia nesse âmbito toma lugar de destaque, uma vez que é uma ciência que já pensava o espaço e a espacialidade humana.

A Geografia 'estrangeira' já começava a se preocupar com as questões das escalas (e espaços) de vivência das populações de rua (SMITH, 2000 [1992]) no final do século XX. No entanto, a Geografia brasileira demorou pelo menos mais 10 anos para começar a discutir as geograficidades dessas pessoas.

A primeira seção desse capítulo aborda esta produção buscando traçar paralelos e perpendiculares com o nosso trabalho de dissertação. A produção científica geográfica acerca da população de rua ainda é incipiente, mas com potencial para desenvolver-se e contribuir mais para entender o espaço e a espacialidade dessas pessoas, além das territorialidades, dos lugares, das escalas, das redes, das paisagens.

Optamos por utilizar a terminologia que os textos analisados utilizaram para referir-se a população que nessa dissertação optamos por chamar de ‘pessoas que transformam a rua em casa’, pois em alguns contextos a terminologia torna mais inteligível o fenômeno.

Na segunda seção tratamos sobre uma possibilidade de compreender a vivência espacial da população que transforma a rua em casa relacionando os conceitos de abjeção (BUTLER, 2005) e necropolítica (MBEMBE, 2016) com as espacialidades (MASSEY, 2008; ROSE, 1993, 1999) cotidianas dessas pessoas evidenciando as multidimensionalidades das trajetórias espaciais, como também as precariedades da vida nas ruas onde estão 'deixados para morrer'.

2.1 Uma Compreensão Geográfica do Fenômeno

A população que transforma a rua em casa, como já citado acima, não tem muita atenção da comunidade geográfica em pesquisas e projetos. Apesar de existir em grande maioria das cidades com grande contingente populacional (IPEA, 2017), são poucos e recentes as pesquisas de dissertação e tese no âmbito da ciência geográfica que tem foco na 'população de rua', 'população em situação de rua' ou no que se refere aos 'os moradores de rua'.

Esses termos, entre outros como apenas 'rua', '*homeless*' e 'sem-teto' foram utilizados para procurar trabalhos geográficos acerca desse universo populacional. As buscas realizadas utilizando estes termos foram realizadas no Banco de Teses e Dissertações (BT&D) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e no Observatório da Produção Geográfica Brasileira, coordenado pelo GETE. As respostas destas buscas foram utilizadas para analisar como as pesquisas na área da Geografia abordam e produzem o conhecimento geográfico acerca dessa população.

Foi possível encontrar quatro dissertações através dos Bancos de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT, em ordem do mais antigo para o mais recente, a saber: 'Modernidade, Vulnerabilidade e População de Rua em Presidente Prudente (SP)', de Luciano Antonio Furini (2003, Universidade Estadual Paulista – Campus Presidente Prudente); 'Espaços públicos de Salvador: uso e apropriação pelos moradores de rua – uma análise do espaço concebido, vivido e percebido', de Nadja Conceição de Jesus Miranda (2006, Universidade Federal da Bahia); 'Pobreza extrema no espaço urbano: o caso dos moradores de rua de Fortaleza, CE, Brasil', de Maria Odete de Araújo Monteiro (2011, Universidade Estadual do Ceará); 'Dos Subespaços ao Território Descontínuo Paradoxal: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS – Brasil' de Leonardo Lahm Palombini (2015, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Referente às teses de Doutorado, foram identificadas três teses por meio do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT. Em ordem cronológica, são: 'A caminho da rua: o encontro com as

redes de assistência e a formação de laços sociais entre moradores de rua em Belo Horizonte' de Maria de Fátima Almeida Martins (2002, Universidade de São Paulo); 'Exculhidos': ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST', de Marcelo Gomes Justo (2005, Universidade de São Paulo); 'Entre Mobilidades e Permanências – Uma Análise das Espacialidades Cotidianas da População em Situação de Rua na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro', de Igor Martins Medeiros Robaina (2015, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Ao total foram encontrados nove artigos através do Observatório da Produção Geográfica Brasileira. Também em ordem cronológica, são eles: 'As populações de rua nas grandes metrópoles: reflexões sobre tensões, conflitos e territorialidades nos espaços públicos', de Igor Martins Medeiros Robaina (2010); 'Populações “daninhas”? Contenção territorial e estratégias de sobrevivência das populações de rua nos espaços públicos das grandes metrópoles', de Igor Martins Medeiros Robaina (2011); 'Fortaleza/CE, Capital do Semiárido Brasileiro: dos retirantes da seca aos moradores de rua (re)produzindo o centro metropolitano', de Felipe Silveira de Moraes Pereira e Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (2011); 'Barra do Garças – MT no Contexto Socioeconômico da Região Centro Oeste e o Surgimento dos Moradores de Rua', de Valéria Márcia Queiroz (2012); 'O sentido de lugar para os catadores-carrinheiros: habitar entre a casa e a rua na cidade de Londrina', de Deyvid Fernando dos Reis, Eduardo Marandola Jr. e Lucia Helena Batista Gratão (2012); 'Os Homeless e/ou População de Rua: A Moldura da Miséria em Natal-RN.', de João Manoel de Vasconcelos Filho e Gerson Gomes do Nascimento (2013); 'Território de Exclusão: A Distribuição Espacial da População de Rua do Centro de Patos/PB', de Wagner Leite Lucena (2013); 'Moradores de Rua e Suas Relações com o Espaço Urbano', de Leonardo Lahm Palombini (2013); e "Nas margens do centro": As populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles', de Igor Martins Medeiros Robaina (2013).

Com esses dados já é possível evidenciar que há uma disparidade entre a produção nas Pós-Graduações em Geografia e a produção de artigos. Apenas 4 artigos (ROBAINA, 2010, 2011, 2013 e PALOMBINI, 2013) são referentes as suas produções nas Pós-Graduações em Geografia (ROBAINA, 2015 e PALOMBINI, 2015). Ao mesmo passo que existem teses (MARTINS, 2001 e JUSTO, 2005;) e dissertações (FURINI, 2003; MIRANDA, 2006 e MONTEIRO, 2011) que não foram publicadas em formato de artigo.

Ademais é possível evidenciar que a produção de teses de doutorado que abordam a temática no Brasil está concentrada em universidades centrais (USP e UFRJ) enquanto que as dissertações de mestrado estão em universidades mais periféricas (UNESP – Presidente Prudente, UFBA, UECE e UFRGS). Além disso, a produção nas Pós-Graduações em Geografia e a produção de artigos nos periódicos de Geografia sobre a temática é recente, sendo o trabalho mais antigo a tese de Martins (2001). O artigo mais antigo só aparece nove anos depois com Robaina (2010).

A primeira dissertação publicada sobre a população de rua na Pós-Graduação em Geografia foi de Furini (2003) sob o título de Modernidade, Vulnerabilidade e População de Rua em Presidente Prudente (SP), Defendida na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Presidente Prudente³², que relaciona a vulnerabilidade socioespacial da população de rua e as entidades assistenciais que prestam serviços para essa população na cidade de Presidente Prudente-SP. O material empírico desta dissertação esteve relacionado ao resultado obtido da realizada de 25 entrevistas com o que o autor denominou população de rua e mais 46 questionários aplicados nas entidades assistenciais da cidade. Furini (2003) discute como a internacionalização da economia, as revoluções logísticas, a ideologia da modernização e a involução logística podem ser excludentes e propiciarem a existência de pessoas morando nas ruas. Utiliza-se da teoria das representações sociais e da história oral para compreender o fenômeno na cidade de Presidente Prudente. Para tanto, além das entrevistas realizadas com a população e os questionários nas entidades assistenciais, o autor pesquisou em seis meses de publicação de um jornal local notícias relacionadas às pessoas que vivem nas ruas, encontrando apenas uma notícia indireta.

Realizando uma discussão através da categoria da 'exclusão social', Furini (2003) afirma que esta exclusão só pode ser compreendida relacionalmente frente a outros grupos. Além disso, o fator escalar apresenta-se enquanto essencial para compreender tanto a população de rua quanto a exclusão social. Furini (2003) evidencia que a produção de uma escala é também a produção de lugares que, para a população de rua, são essenciais para a sua sobrevivência no ambiente urbano segregacionista. Em nossa pesquisa, também evidenciamos a escala enquanto um fator que contribui para a sobrevivência dessas pessoas no espaço urbano.

³² Orientado pela professora Doutora Eda Maria Góes

Furini (2003) afirma, ainda, que apesar de importantes e de grande ajuda, as entidades assistenciais (sejam públicas ou privadas) não tomam para si a função de resolver o problema dessa população. Furini (2003) evidencia que existem aproximadamente 60 pessoas transformando a rua em casa na cidade de Presidente Prudente na época de sua pesquisa. Essa população está distribuída em diversos pontos de pernoite no espaço urbano da cidade, tendo uma média de 42 pessoas por noite de campo. Assim, o autor propõe três caminhos para resolver a situação da população de rua na cidade pesquisa: através do espaço geográfico sendo 'humanizado'; através das representações sociais sobre essa população que necessitam se mais próximas do real; e através da ideologia, entendida pelo autor como um instrumento de dominação, uma vez que a população de rua necessita ser vista como semelhante e não como inferior.

Três anos depois é publicada a segunda dissertação encontrada sobre a população de rua na Geografia, produzida por Miranda (2006)³³, defendida na Universidade Federal da Bahia (UFBA) com o título 'Espaços públicos de Salvador: uso e apropriação pelos moradores de rua – uma análise do espaço concebido, vivido e percebido'. Nesse trabalho, Miranda (2006) analisa a relação entre a população de rua e os espaços públicos de Salvador-BA sob o olhar da fenomenologia, entendendo está como o estudo e filosofia que pode ir além do que descrever a essência de um fenômeno, compreendendo-o em sua existência, e da dialética, através da convivência dos contrários (DEMO, 1987), pois “compreender o fenômeno dos moradores de rua no espaço de Salvador-BA, não é só conhecer a essência do seu estilo de vida, é também entender as relações de inserção e exclusão nesse mundo urbano, exigindo, assim, um olhar dialético sobre a questão.” (MIRANDA, 2006).

A autora articula esses dois eixos epistemológicos para compreender o espaço público, do que argumenta ser 'moradores de rua', através da concepção lefebvriana de espaço concebido, percebido e vivido. Também, faz uma relação desses usos e apropriações da população de rua com as políticas públicas e políticas governamentais voltadas para essa população.

O trabalho de campo de Miranda (2006) foi realizado com um levantamento das políticas públicas e documentos oficiais que abordam a população de rua, entrevistas com funcionários da prefeitura da cidade e setenta entrevistas com pessoas que moravam na rua. Contudo, segundo indicado pela autora, apenas 45 foram utilizadas no trabalho de

³³ Orientada pela professora Doutora Maria Auxiliadora da Silva

dissertação. Para Miranda (2006), o espaço para a população de rua ocorre na dimensão do vivido. No entanto, isso contesta grupos que atuam no espaço enquanto concebido, para a reprodução do capital. A autora evidencia isso através do debate das políticas públicas e das representações da literatura e da imprensa na cidade de Salvador-BA acerca da mendicância, vadiagem, vagabundagem e dos moradores de rua. Em nossa pesquisa de dissertação não compreendemos o fenômeno (pessoas que transformam a rua em casa) e o espaço com o mesmo olhar que Miranda (2006), nossa argumentação é que o espaço é multidimensional, multiescalar, em que inter-relações o transforma constantemente, como afirma Massey (2005). Além de entendermos que o espaço para a população que transforma a rua em casa é em muitos momentos performático (ROSE, 1999).

Miranda (2006) apresenta ainda dados relativos ao seu trabalho de campo e às pesquisas recentes na cidade, evidenciando que os moradores de rua estão distribuídos em praticamente todas as áreas da cidade, mas que tem maior concentração nas Regiões Administrativas do Centro, de Itapagipe e da Barra, onde existem mais atrativos para a manutenção da sobrevivência dessa população. Além do mais, evidencia que existiam aproximadamente 3.800 pessoas vivendo nas ruas na época de sua pesquisa. A maioria (77%) eram homens, com faixa etária predominante entre 20 e 39 anos, com profissões e ocupações relacionadas ao setor de serviços, pararam seus estudos no ensino fundamental (53%) e tem os principais motivos para saída para as ruas como os conflitos familiares/de relacionamento e dificuldades financeiras. Miranda (2006) conclui que não é possível traçar um perfil dessa população por sua heterogeneidade e que é necessária, também, uma aproximação mais real entre as políticas públicas e as populações de rua de cada cidade. Apesar de diferentes teoricamente, os dados obtidos através do trabalho do campo de Miranda (2006) assemelham-se aos resultados que tivemos para a presente pesquisa.

No ano de 2011 é defendida na Universidade Estadual do Ceará (UECE) a terceira dissertação encontrada no campo da Pós-Graduação em Geografia com o título 'Pobreza Extrema no Espaço Urbano: o caso dos moradores de rua de Fortaleza-CE, Brasil'. Monteiro (2011)³⁴ objetiva compreender a dinâmica dos moradores de rua em Fortaleza no Ceará, considerando desde o modo como vivem nas ruas até alcançarem a condição do abrigo institucional. A pesquisa foi realizada em seis instituições da cidade, que

³⁴ Orientada pelo professor Doutor Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro

são organizações onde a população de rua pode comer e/ou dormir por um determinado período de tempo. Foram realizadas entrevistas com 13 pessoas as quais a autora chamou de moradoras de rua nessas instituições.

A autora apresenta um panorama acerca da pobreza extrema no Brasil, no Ceará e, principalmente, em Fortaleza, cidade de sua pesquisa. Ela evidencia que a ordenação e organização histórica da cidade contribuiu para o aparecimento e aumento dos moradores de rua. Os espaços mais escolhidos para as pessoas que participaram da pesquisa de Monteiro (2011) permanecerem e se reproduzirem socialmente são as áreas mais dinâmicas da cidade, onde há maior fluxo de pessoas e de bens. Desse modo, as paisagens que eles compõem são contrastantes em questões sociais, econômicas, de saúde, etc.

A territorialidade é central na pesquisa de Monteiro (2011) para compreender as relações entre o espaço público e os dos moradores de rua, se dá temporalmente, ou seja, uma territorialidade diurna frente a outra territorialidade noturna. Assim, a autora evidencia que existem territorialidades diferenciadas as quais assumem diferentes funcionalidades, “ora como abrigo, ora como fonte de recursos que lhes asseguram a sobrevivência ou como espaços de lazer” (MONTEIRO, 2011, p. 56), muito próximo das diferentes espacialidades que são vivenciadas pelas pessoas que transformam a rua em casa em Ponta Grossa-PR. Durante o dia, Monteiro (2011) afirma que os moradores de rua costumam perambular, usar drogas, trabalhar e procurar alimentação, constituindo certas territorialidades e, durante a noite, costumam pernoitar em locais específicos que não são os mesmos que ficam durante o dia e, que de alguma maneira constroem um vínculo que chegam a ser denominados pelo local de pernoite, como Seu Zé da Praia Mansa.

Monteiro (2011) apresenta os modos de vida dos moradores de rua de três maneiras, através do ambiente familiar, que é muito instável e não tem caráter de proteção e segurança, mas sim de conflitos, brigas, uso e/ou tráfico de drogas, descaso, abandono. Outro através da rua, que é onde muitos procuram a segurança que não tinham em casa e fugir dos problemas que tinham na casa, no ambiente da rua é onde trabalham, perambulam, usam drogas, pernoitam e realizam a manutenção da sobrevivência. O terceiro modo de vida que Monteiro (2011) evidencia é a instituição de acolhimento que é onde os moradores de rua têm uma residência temporária. A autora conclui que o

ambiente familiar frágil e o ambiente da comunidade ou da vila influenciam e empurram as pessoas para a rua, dependendo da complexidade e da tensão das relações. Do mesmo modo, o uso de álcool e drogas apresenta-se enquanto extremamente presente na vida das pessoas nas ruas.

A última dissertação encontrada foi elaborada por Palombini (2015)³⁵, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que propõem conceitos provenientes das complexas relações existentes entre a vida prática da população de rua e o espaço urbano de Porto Alegre-RS. Seu material empírico esteve relacionado aos resultados obtidos em um trabalho de campo no Jornal Boca de Rua, organizado por moradores de rua que compõem a Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice) na cidade de Porto Alegre-RS e nas ruas do bairro Cidade Baixa. Além disso, foram realizados 40 questionários e 15 entrevistas com pessoas que o autor chama de moradores de rua. O autor (PALOMBINI, 2015) evidencia que as pessoas ao romperem os laços de habitação, trabalho, família e consumo estabelecem novas relações com o espaço e a sociedade, que estão baseadas na mobilidade permanente, uso temporalizado do espaço urbano e na formação de núcleos familiares alternativos. Muito próximo das histórias e vivências das pessoas que encontrei durante o trabalho de campo para a presente dissertação.

Para o autor, as relações que os moradores de rua estabelecem ao viverem nas ruas proporcionam a existência de subespaços que seriam os espaços que não têm uma função social estabelecida durante certa temporalidade, “à noite, subespaço; de dia, espaço (embora o primeiro ainda esteja presente no segundo, apesar de marginalizado)” (PALOMBINI, 2015, p. 150). Além do mais, esses subespaços podem variar de acordo com a função que o espaço recebe durante a semana, final de semana ou um período de tempo específico. O autor ainda apresenta o conceito de paisagem mutante para demonstrar que os moradores de rua contribuem para uma diferenciação na paisagem urbana quando transformam determinados espaços públicos em moradia, acampamento, abrigo ou casa.

Palombini (2015) trabalha com três conceitos entrelaçados e complementando-se, o território, o espaço e a paisagem. O primeiro é central para a compreensão do fenômeno através de sua capacidade de apreender a dimensão política e das relações de poder do espaço (HAESBAERT, 2007). Ademais, o território para Palombini (2015) é evidenciado

³⁵ Orientado pela professora Doutora Cláudia Luísa Zeferino Pires

através da diferenciação entre um *insider* e um *outsider* (SOUZA, 2012). Considera ainda que essas posições dentro e fora, centro e margem, são ocupadas simultaneamente e que esse território se dá de maneira descontínua no espaço urbano, configurando um território descontínuo paradoxal (ORNAT, 2009). O espaço é abordado por Palombini através de Santos (1994) entendendo o “espaço como a realidade em que se desenvolvem todos os acontecimentos, sejam abstratos ou concretos, em sua intersubjetividade relacional.” (PALOMBINI, 2015, p. 34). E, a paisagem é compreendida como o acúmulo de tempos desiguais que coexistem no presente momento (SANTOS, 1997). Ademais, Palombini (2015) argumenta que em sua vivência os moradores de rua moldam a paisagem urbana em diferentes temporalidades o que o autor chama de paisagem mutante.

O autor afirma que o território para os moradores de rua não se dá por uma imposição objetiva, mas sim por uma imposição social objetiva que baseia-se na crença que:

primeiro, moradores de rua devem ficar restritos a certos locais onde fiquem segregados, por sua forma *desviante* de comportamento, e segundo, que lugares onde há acampamentos de moradores de rua não são lugares de passagem ou trânsito de pessoas que se comportem segundo as *normas*, pois representariam um determinado *perigo* aos cidadãos socialmente estabelecidos. (PALOMBINI, 2015, p. 163)

Palombini (2015) propõe, então, que a população de rua constituiu um território descontínuo por ocupar diversos espaços simultaneamente. Mas, esses espaços são territorializados por quem está fora e reconhece enquanto território de outrem. Assim, as posições de centro e margem se alternam espacial e temporalmente. Configurando, segundo Palombini (2015) um território descontínuo paradoxal da população de rua.

As quatro dissertações abordando as populações que transformam a rua em casa encontradas nas Pós-Graduações em Geografia se assemelham em alguns aspectos e se distanciam em outros. Todas as pesquisas abordaram as relações que a população de rua tem com o espaço público. Monteiro (2011) e Palombini (2015) trabalham com o conceito de território/territorialidade em relação aos conceitos de espaço, espaço urbano, espaço público, paisagem. Ambos os autores evidenciam que existem diferentes territorialidades para os 'moradores de rua' dependendo do momento, territorialidades diurnas *versus* territorialidades noturnas. Essas são diferentes entre si devido às diversas pessoas e grupos sociais que participam das relações através desse espaço.

Furini (2003) trabalha com a exclusão social no espaço público e apresenta a 'população de rua' como um dos resultados dos processos de modernização e internacionalização da economia mundial. Miranda (2006) evidencia o espaço lefebvriano que está na tríade do espaço concebido, percebido e vivido. Ela argumenta que o espaço para a população de rua acontece na dimensão do vivido.

Apesar de todas as dissertações trabalharem em algum momento com o espaço público, apenas Palombini (2015) tem uma abordagem aproximada da que propomos na presente pesquisa. Entretanto, os dados resultados do trabalho de campo de todas as dissertações são bem semelhantes. Os motivos para as pessoas passarem a habitar as ruas são sempre os mesmos. As relações com o trabalho, a drogadição/alcoolismo, com os familiares e as instituições assistenciais são próximos, salvando algumas particularidades regionais.

Acreditamos que de 2015 até agora outras dissertações na área da Geografia podem estar se desenvolvendo ou até finalizadas, mas não as encontramos em nossas pesquisas.

No âmbito das pesquisas de doutorado, foram encontradas três pesquisas. Entretanto só conseguimos encontrar duas delas em repositórios online. A tese que não tivemos acesso é a primeira, em ordem cronológica, de Martins (2002), defendida na Universidade de São Paulo (USP) sob o título de: "A caminho da rua: o encontro com as redes de assistência e a formação de laços sociais entre moradores de rua em Belo Horizonte". A segunda tese defendida em um Programa de Pós-Graduação em Geografia com a temática da população (em situação) de rua e/ou moradores de rua é de Justo (2005)³⁶, defendida na Universidade de São Paulo (USP) sob o título de "Ex-culhidos: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST.", que mostra a experiência de ex-moradores de rua da cidade de São Paulo-SP como camponeses num assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na cidade de Irene, interior do estado de São Paulo.

Justo (2005) afirma que dentro do MST da Grande São Paulo, Campinas e Vale do Paraíba existem vários assentamentos que contam com ex-moradores de rua que tornaram-se camponeses, evidenciando que esta proposta é viável e já está sendo implementada. O objetivo da pesquisa de Justo (2005) é compreender os conflitos que

³⁶ Orientada pelo professor Doutor Ariovaldo Umbelido de Oliveira

surgem da vida em comunidade no assentamento. Para tanto, o autor utiliza-se de uma etnografia do conflito. Essa metodologia na pesquisa é composta pela

presença regular na comunidade, da relação social com os moradores, da observação local das atividades de trabalho e de lazer, da participação nas reuniões e demais atividades coletivas e, principalmente, do estudo de como o grupo produz os espaços públicos e privado através dos conflitos e também das relações de produção de bens (JUSTO, 2005, p. 13).

Além disso, o autor utilizou-se de nove entrevistas semi-orientadas com a população de rua da cidade de São Paulo-SP que foram para o assentamento do MST. No início, haviam 14 pessoas que foram das ruas para o assentamento. Logo uma dessas pessoas faleceu, um foi internado em manicômio e saiu do assentamento e outro foi para um asilo e faleceu. Teve uma das pessoas que não quis ser entrevistado.

O autor discute os conceitos de território, lugar, justiça social e direito, além do movimento da cidade para o campo e relaciona com as possibilidades de gerir conflitos no âmbito comunitário do assentamento Clarice Lispector. Justo (2005) faz uma análise de alguns pensadores que discutem o capitalismo, campesinato, mendicância e suas transformações dos séculos XV e XVI até os dias de hoje (Ratzel, 1990; Marx, 1978, 1985; Reclus, 1985; Foucault, 1983, 1988, 1993; Castel, 1978, 2005; e Bresciani, 1986), explicitando que de algumas maneiras os moradores de rua e os camponeses se assemelham pela pobreza e aspectos de exclusão social. Além disso, existiram e existem mecanismos sociais, políticos e científicos para a manutenção dessas populações enquanto excluídas dos processos de produção e reprodução do capital.

Para Justo (2005) a situação dos moradores de rua no mundo, e também na cidade de São Paulo-SP, tem relação com uma das faces do neoliberalismo, o desemprego estrutural. Através de pesquisas com moradores de rua em Chicago, Los Angeles e outros autores que debatem a temática da 'exclusão social' e da precarização do trabalho assalariado, Justo (2005) afirma que uma das alternativas para essas pessoas que são colocadas enquanto não empregáveis é a via da economia solidária, uma maneira de 'auto-emprego' associado ao cooperativismo e companheirismo entre profissionais autônomos para se fortalecer frente ao mercado estabelecido. O autor continua evidenciando alguns encontros e ações estatais que tiveram foco na população de rua, mas que, mesmo buscando alternativas, não passam de assistencialismo e de tutela. Ou seja, não tem foco na raiz dos problemas das pessoas atendidas. Justo (2005) ainda afirma:

Posto que a situação da população de rua é de tutela e que há uma disputa por (re)definir qual tutela, a “alternativa” para essa população só pode ser pensada como emancipação da condição de tutelado, como possibilidade de ela encontrar formas autogeridas de meios de vida e de geração de renda. (JUSTO, 2005, p. 70)

Para o autor, as alternativas para a situação são através dos coletivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e as cooperativas autogeridas de catadores de materiais recicláveis. Como a pesquisa de Justo (2005) trabalhou com ex-moradores de rua em um assentamento do MST, ele focou-se nessa ‘alternativa’ para a vida nas ruas. O autor afirma que para gerir os conflitos internos no assentamento e, conseqüentemente, fazer com que as pessoas ‘criem raízes’ no espaço que estão construindo, faz-se necessário que se consolide a economia solidária, além da luta para a existência de uma gestão pública no assentamento. Essas são algumas questões que devem ser relevadas constantemente para a manutenção sadia dos novos assentados, sobretudo aqueles que vieram das ruas. Além do mais, Justo (2005) afirma que não é necessário ser agricultor ou de família de agricultores para construir um *ethos* campesino, ou seja, é totalmente viável a caminhada da rua para o campo, como uma alternativa a viver nas ruas. Entretanto, Justo (2005) evidencia que é muito complicada a relação que os ex-moradores de rua (e também os homens sozinhos) têm com os outros assentados. Para esses últimos as pessoas que viviam nas ruas eram ‘vagabundos’ e ‘pouco afeitas ao trabalho’. Por esses, entre outros fatores, a maioria dos ex-moradores de rua (e homens sozinhos) acabaram saindo do assentamento.

Apesar de interessante a proposta do movimento cidade → campo apresentada por Justo (2005), ela não tem relação direta com a população que transforma a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná. No entanto, é possível evidenciar correlações com a exclusão que essa população sofre independente da espacialidade em que esteja, como quando taxados como vagabundos no assentamento. Ou seja, seus corpos são lidos enquanto menos aptos ao trabalho apenas por não enquadrarem-se anteriormente aos padrões laborais e habitacionais.

No ano de 2015 é defendida a tese mais recente sobre a população (em situação) de rua na Geografia brasileira, de autoria de Robaina (2015). Esta tese estabelece uma análise geográfica acerca das espacialidades do fenômeno da população “em situação” de rua. O autor discute sobre as terminologias acerca desse segmento populacional evidenciando que até o final do século XX essas pessoas eram colocadas enquanto

mendigos, pedintes, vagabundos, vadios, entre outras categorias, o que produziu políticas de afastamentos e criminalização. No Brasil essa maneira de 'olhar' a população "em situação" de rua só começou a mudar a partir das décadas de 1980 e 1990 quando os discursos tomaram contornos diversificados e inúmeras terminologias surgiram para o fenômeno. Robaina (2015) optou por colocar aspas na "situação" dessa população, afirmando que a expressão conota que a vida, ou melhor, a estadia na rua é passageira, quando na realidade, como evidencia Robaina (2015), existem segundas e terceiras gerações nascendo nas ruas. Ou seja, a "situação" não é tão passageira quanto parece. Como estava acontecendo logo que começamos a realizar nosso trabalho de campo, quando na edificação do Banco do Brasil havia um homem que já transformava a rua em casa com sua filha, quando esta tinha 15 anos de idade e, começava a dar os primeiros passos nas ruas.

Para compreender o fenômeno da população "em situação" de rua na cidade do Rio de Janeiro-RJ, Robaina (2015) utilizou-se de uma metodologia própria que foi sendo desenvolvida durante o processo da pesquisa. Primeiramente, o pesquisador realizou algumas excursões aos espaços públicos a fim de observar e tentar algum contato com a população, não tendo muito êxito, visto que a presença de uma 'pessoa estranha' causa certa resistência por parte das pessoas que vivem nas ruas pelos inúmeros problemas, agressões e dificuldades que enfrentam diariamente.

Após essas tentativas de aproximação, Robaina (2015) conseguiu contato com uma unidade do Centro POP da cidade que atende a população da área central do Rio de Janeiro-RJ, onde ele constatou através de levantamentos realizados anteriormente e, também, pela própria experiência, com sendo um espaço onde existe a maior concentração dessa população na cidade. Através do Centro pop o autor conseguiu aos pontos criar laços e conquistar a confiança da população "em situação" de rua. Robaina (2015) afirma que a verdadeira aproximação aconteceu depois de começar a jogar bola semanalmente com um grupo de pessoas "em situação" de rua. Após 7 meses de campo exploratório e de construção de um relacionamento com a população, o autor conseguiu realizar 132 entrevistas utilizando-se de 108 dessas por estarem completas e serem possíveis de análise sistemática.

Robaina (2015) evidencia a espacialidade e o espaço enquanto centrais para as bases teóricas da pesquisa, sobre tudo a espacialidade enquanto um processo de

produção e representação social, considerando as diferentes escalas, poderes e segmentos sociais, bem como de seus inúmeros conflitos, contradições e lutas, orientando-se através do pensamento de Edward Soja, em “*The Spaciality of Social Life: towards a transformative retheorisation*” (1985). Entretanto, as principais conceituações de espacialidade que dão embasamento para o trabalho advém de Paulo César da Costa Gomes em “Espaço Público: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço” (2012) e, também, do livro “Pelo espaço: uma nova política da espacialidade” (2008) de Doreen Massey.

O autor ainda utiliza-se dos conceitos de permanência, mobilidade e de ritmos espaço-temporais baseado em Hagerstrand (1985; 1991). A permanência é um dos fundamentos da organização espacial da vida cotidiana e isso se manifesta através dos lugares de permanência. Esses lugares são de 'referência' com várias formas e múltiplos significados para a população “em situação” de rua. Ademais, o autor evidencia que os lugares de permanência têm diferenças internas nas concepções, representações e vivências para essa população. Esses lugares são, ainda, hierarquizados subjetivamente pelos indivíduos em relação as suas necessidades e interesses com esses lugares:

Cabe ressaltar ainda que estes *lugares de permanência* se diferenciam também em função do modo como são produzidos e organizados internamente, seja em relação às regras de acesso, seja em relação às práticas e aos comportamentos permitidos para neles permanecer. Os *lugares de permanência* são construídos pelos próprios sujeitos nos espaços públicos – nas ruas, calçadas, praças e parques – nos espaços assistenciais (do Estado, de organizações religiosas e filantrópicas) ou nos espaços privados. (ROBAINA, 2015, p. 100)

Com relação às mobilidades, o autor enfatiza que, do mesmo modo como ocorre com a permanência, nossa vida cotidiana tem como um elemento fundamental a mobilidade. Robaina (2015) afirma que a população “em situação” de rua altera significativamente a ideia de residência-base proposta por Hagerstrand (1991), que seria o local onde é possível descansar, guardar objetos pessoais e ser localizado por outras pessoas, elementos que não fazem sentido na lógica de vivência espacial dessa população.

Para Robaina (2015) os movimentos assumem a forma de 'trajetórias de mobilidade', onde o tempo, a distância, o risco, o curso e a acessibilidade influenciam e são influenciados pelas necessidades e desejos para a efetivação dessas trajetórias. Para o autor, as necessidades/desejos têm maior influência nas trajetórias de mobilidade que os outros elementos, ou seja, se o tempo ou o risco forem de importância inferior à

necessidade/desejo, então a mobilidade será realizada independente das consequências que isso pode acarretar.

Robaina (2015) evidenciou quatro tipos de trajetórias nas pessoas “em situação” de rua na cidade do Rio de Janeiro-RJ. São elas: a) trajetória direta-objetiva, é o movimento com um fim específico para um espaço de referência, um lugar de permanência, movido essencialmente por uma necessidade/desejo; b) trajetória de esquiva, está relacionado com um movimento de fuga ou de saída imediata de um lugar de permanência, elas ocorrem por conflitos diretos ou através de ações de outrem que inviabilizam a estadia no espaço de referência; c) trajetória de percurso, são as trajetórias entre os espaços de referência, também com fins específicos, como trabalho, assistência social ou socialização com outras pessoas. As pessoas que realizam esse tipo de trajetória já possuem “algum conhecimento prévio sobre a organização e os ritmos dos lugares de permanência e, portanto, possuem um percurso/circuito próprio a ser realizado.” (ROBAINA, 2015, p. 104); e, d) trajetória de possibilidade, são trajetórias baseadas em um “imprevisibilidade controlada” (p. 104) em que através das vivências e experiências anteriores há alguma possibilidade ou esperança de sucesso na caminhada realizada.

Outro conceito que Robaina (2015) utiliza para compreender o fenômeno são os ritmos espaço-temporais. Segundo o autor, a organização da vida cotidiana é marcada por diversos ritmos e frequências que só conseguimos perceber quando alguma coisa sai do andamento esperado. O espaço urbano pela abordagem de Robaina (2015), sobretudo as áreas centrais da cidade, apresenta significativamente esses ritmos. Durante o ‘horário comercial’ há muita movimentação e grande densidade de pessoas no centro. No entanto, quando a jornada de trabalho chega ao fim, progressivamente vão diminuindo as movimentações e o que começa a imperar é a permanência/descanso ou o lazer/diversão noturno num modelo centrado no mundo do trabalho.

Essa lógica que centra as atividades cotidianas como a alimentação, a higiene e o dormir na espacialidade da ‘casa’ se altera na vivência espacial da população “em situação” de rua e são substituídas por outras práticas, estratégias e lugares cotidianos que segue outros ritmos espaço-temporais. Além disso, o calendário para essa população baseia-se também em outros ritmos, pois em finais de semana, dias festivos ou feriados, os ritmos da cidade se modificam, afetando diretamente essas pessoas. As espacialidades e ritmos que Robaina (2015) evidenciou em sua pesquisa, aproximam-se

das espacialidades e vivências espaciais das pessoas que transformam a rua em casa na cidade de Ponta Grossa-PR. Os diferentes ritmos durante o dia e a noite, os dias de semana e os finais de semana, além dos lugares de permanência (como o parque Ambiental e algumas praças da cidade) e as trajetórias de mobilidade (como a caminhada matinal diária até o Ministério Melhor Viver para tomar café da manhã e realizar a higiene pessoal).

Robaina (2015) ainda enfatiza que os 'lugares de permanência', as 'trajetórias de mobilidade' e os 'ritmos espaço-temporais' se tornam ativos através das diferentes 'estratégias' e 'práticas espaciais'. Entendendo as estratégias como uma forma de enfrentar o mundo e as práticas espaciais "são as ações concretas, tributárias de um conjunto de estratégias, que se vinculam ao espaço social" (ROBAINA, 2015, p. 107).

As duas teses encontradas nas Pós-Graduações em Geografia têm uma diferença de 10 anos. Justo (2005) encaixa-se em uma linha militante, mais voltado para o marxismo e o campesinato. Trabalha com as territorialidades e conflitos que surgem quando algumas pessoas que moravam nas ruas da cidade de São Paulo-SP passam a morar em um assentamento do Movimento Sem Terra (MST). Robaina (2015) trabalha com as espacialidades da 'população "em situação" de rua' na cidade do Rio de Janeiro-RJ, compreendendo diversas espacialidades cotidianas que fazem parte da vida dessas pessoas.

A discussão que pensa as moradoras e os moradores de rua na Geografia ainda é muito incipiente. Trabalhos pontuais foram produzidos. Ainda que, aparentemente, a população de rua começa a ser mais olhada pelas e pelos geógrafas e geógrafos brasileiros. Uma maneira de tentar entender a produção científica de um subcampo específico do conhecimento científico é olhando para a produção de artigos em revistas científicas nessa área. O Grupo de Estudos Territoriais (GETE), sediado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), há alguns anos vem desenvolvendo esforços na gestão de um banco de dados com a catalogação de todas as revistas de Geografia do Brasil. Até o momento o banco de dados, denominado Observatório da Produção Geográfica Brasileira, já conta com mais de 17.636 artigos de todas as publicações nos 90 periódicos da Geografia brasileira. Em pesquisa no Observatório da Produção Geográfica Brasileira com diversas palavras chaves relacionadas a população (em situação) de rua foram encontrados nove artigos.

O primeiro artigo publicado em uma revista de Geografia brasileira sobre a população de rua é fruto da pesquisa da última pesquisa de doutorado defendida sobre o tema. Robaina (2010), na Revista Tamoios, evidencia que o espaço público enquanto de grande significado nas grandes metrópoles e que diversos grupos sociais usufruem desse espaço. Afirmar, então, que o conceito de território funciona como um instrumento para entender a população de rua. Assim, Robaina (2010) aponta para a população de rua quando estas 'escolhem' um local para transformar temporariamente em seu espaço de moradia enquanto uma forma, ainda que precária, de territorialização ou territorialidade. Coloca ainda que os processos territoriais das populações de rua são marcados pelo nível da consciência. Continua evidenciando que os territórios para essa população se configuram a partir das possibilidades, ou seja, uma marquise, um banco de praça, uma construção ou prédio abandonado ganham importância temporariamente para a manutenção de suas vidas. Ainda que, esses espaços estejam em permanente disputa por diversos grupos urbanos e/ou Estado. Desse modo, há sempre uma desterritorialização das populações de rua.

O segundo trabalho publicado em uma revista geográfica brasileira que aborda a geografia da população de rua é do mesmo autor, um ano depois (ROBAINA, 2011). Nesse segundo trabalho, Robaina (2011), busca compreender como as políticas governamentais destinadas ao espaço público são aplicadas e, sobretudo, vividas pelas populações de rua através de seus movimentos em busca da sobrevivência. Assim, caminha para repensar o espaço público incluindo a população de rua que tem outra representação da realidade complexa das cidades.

Segue o mesmo trajeto do artigo anterior ao abordar o espaço público, quando coloca que esse não deve ser concebido enquanto oposto ou em detrimento do espaço privado, como também afirmamos quando argumentamos que essas pessoas vivem 'cambaleando' na tênue linha que separa essas dois espaços. Para além disso, subvertem essa oposição ao transformarem a rua em casa. Robaina (2011) afirma que a territorialidade para as populações de rua é extremamente importante para a manutenção da sua vida, sobretudo na relação com outros grupos sociais. Muito dessa relação conflituosa com outros grupos e com o Estado está no estigma que essa população carrega quando é colocada enquanto vagabunda e única culpada por sua situação de miséria. Finaliza, então, com a ideia de uma política de contenção territorial em que o

Estado, principalmente através da figura do poder municipal, junto a outros grupos sociais interessados, mitigam ações para desterritorializar constantemente a população de rua, seja diretamente, como através de operações policiais e de 'limpeza urbana', ou indiretamente, quando são aplicados projetos de 'arquitetura anti-mendigo'.

O próximo artigo é de Pereira e Holanda (2011), e tem como objetivo principal apresentar como a paisagem urbana da cidade de Fortaleza-CE transformou-se historicamente e (re)produziu a normatização do espaço urbano reafirmando a inacessibilidade da população de baixa renda para morar no Centro, sobretudo as populações de rua. As autoras apresentam a formação da organização espacial da capital cearense historicamente, demonstrando que a cidade começa a crescer demograficamente a partir de migrantes do interior do Estado fugindo da seca. Desse modo, a segregação urbana sempre esteve presente na cidade, demonstrando também a desigualdade social da mesma. As autoras apresentam ainda como essas segregações espaciais foram desenvolvendo-se ao longo dos séculos na paisagem urbana de Fortaleza-CE e contribuíram para que a paisagem dos retirantes do final do século XIX ainda esteja presentes como a população de rua nos dias de hoje.

Apesar de não termos as mesmas características das pessoas pesquisadas por Pereira e Holanda (2011) assemelham-se as populações de baixa renda da cidade Ponta Grossa-PR que estão cada vez mais sendo 'empurradas' para longe do centro da cidade, tornando este inabitável para pessoas pobres. No entanto, o crescimento demográfico acelerado da cidade princesina contribuiu para a segregação urbana, a desigualdade social e o aumento de pessoas que transformam a rua em casa.

No ano de 2012 foram encontrados duas publicações, primeiro com Reis, Marandola Jr. e Gratão (2012). Esse trabalho aborda o sentido de lugar construído por catadores-carrinheiros na cidade de Londrina-PR. As autoras aproximam-se do grupo, para uma pesquisa geográfica com base na fenomenologia e escolhem, dentre uma diversa população de rua, as pessoas catadoras de material reciclável autônomas que empurram seus carrinhos pela cidade, por possuírem uma dinâmica mais sistemática, facilitando a pesquisa. Conheceram então uma família (mãe, pai e filha) e um homem que trabalham como catadores-carrinheiros e que aceitaram participar da pesquisa. Através das histórias de vida, das entrevistas e da vivência junto a essas pessoas, as autoras evidenciaram como é extremamente fluída a percepção entre rua (espaço público) e casa (espaço

privado) para essa população que vive tão (ou mais) intensamente a rua do que a casa. Além disso, foi possível demonstrar como a reprodução da vida diária dessas pessoas está muito relacionada aos lugares que constroem e frequentam, onde sentem-se seguras ou inseguras. Demonstrem assim como a rua e a casa confundem-se para essa população.

As histórias de vida que encontramos durante nosso trabalho de campo dialogam com as da pesquisa de Reis, Marandola Jr. e Gratão (2012) pela percepção e vivência entre rua e casa muito fluída, onde a rua vai aos poucos tornando-se parte da casa e, quando em espaços públicos, carregam consigo a transformação dos mesmo em suas casas, mesmo que temporariamente.

Outra publicação do ano de 2012 foi de Queiroz (2012) que apresenta a formação socioeconômica do Centro-Oeste como uma possibilidade do surgimento da população de rua na cidade de Barra do Garças-MT. Partindo de um contexto geral da região Centro-Oeste e da sua formação territorial, política, econômica e social, a autora aprofunda-se na compreensão do estado do Mato Grosso e, então, na cidade de sua pesquisa para explicar como se deram os processos de ocupação e territorialização política e econômica da região, principalmente através da extração de madeira, extração de minérios e da expansão da agropecuária.

Assim, nas décadas finais do século XX a região foi atrativa para a migração de populações, sobretudo do sul do país. No entanto, essa migração causou a concentração da terra nas mãos de poucas pessoas, possibilitando o desenvolvimento de desigualdades sociais no campo e, após, nas cidades. Além desses fatores, a autora aponta para a posição geográfica da cidade de Barra do Garças para o Estado do Mato Grosso, pois essa cidade é de passagem obrigatória para quem vai ao interior do Estado. Assim, torna-se uma cidade de passagem, configurando mais um motivo para a presença das populações de rua. Ponta Grossa-PR tem características parecidas com Barra do Garças-MT. A cidade princesina tem um entroncamento rodoferroviário que a torna uma cidade de passagem. Ainda há a presença de um grande parque industrial e importante trajeto para escoamento da produção agropecuária do interior do estado do Paraná.

Vasconcelos Filho e Nascimento (2013) através de questionários aplicados em diversos bairros de Natal-RN desenharam uma moldura da miséria na cidade. Os autores trabalham com um perfil dessa população, alicerçados na teoria populacional de Thomas

Malthus em *Primer Ensayo sobre la Población* (1984), quando este coloca que os problemas sociais são gerados pelo grande contingente populacional. Vasconcelos Filho e Nascimento (2013) apontam para uma migração do rural para o urbano como um dos principais motivos da existência da população de rua em Natal-RN. Os dados dos questionários foram tratados qualitativa e quantitativamente, resultando em um perfil da população de rua. A grande maioria da população acessada (86%) é natural do interior do estado e trabalhava na agricultura (40%), a maioria é negra (64%) e encontraram nas ruas o seu único meio de sobrevivência (47,2%). Mais da metade (56%) considera sua situação como ruim ou péssima e, mais da metade também (55%) recebia ajuda da sociedade civil para sobreviver, sem nenhuma ajuda de instituições públicas do Estado.

Outro trabalho publicado em 2013 é de Lucena (2013) que caracteriza a distribuição espacial da população de rua na cidade de Patos-PB. O trabalho parte de pesquisa bibliográfica, pesquisa nos documentos dos órgãos públicos e bancos de dados e o trabalho de campo junto com quatro questionários aplicados a população de rua. O autor mostra a pobreza como o principal problema das cidades atualmente, fazendo um apanhado das transformações econômico-sociais brasileiras que agravaram a pobreza nos espaços urbanos ao longo das últimas décadas. Neste contexto, a população de rua aparece como uma das faces dessa pobreza. Na cidade de Patos-PB foram identificados 10 pontos que a população de rua utiliza para realizar diversas atividades. Os espaços de maior fluxo de pessoas são mais propícios à mendicância e para conseguir 'bicos', do total de espaços identificados, oito foram ressaltados nas falas dos entrevistados como bons para o 'trabalho' ou 'mangueio'³⁷. Com relação aos espaços de pernoite, são considerados algumas características como o pouco trânsito de pessoas à noite, a segurança pública ou privada e a existência de estruturas físicas que protejam contra o frio ou chuva. Dos 10 espaços identificados, seis foram apontados pelos entrevistados como pontos de pernoite. O autor finaliza o trabalho apontando para a ineficácia do Estado em oferecer assistência social para essa população, mesmo havendo legislação pertinente a mesma.

O quadro apresentado por Lucena (2013) em Patos-PB é bem semelhante aos resultados encontrados em nossos trabalhos de campo. A escolha dos lugares para pernoitar ou conseguir pedir dinheiro, cuidar de carro ou encontrar algum bico são

³⁷ Manguear: gíria para pedir dinheiro para civis. Manguear consiste em conversar com a pessoa para que ela se solidarize com a situação.

importantes estratégias de sobrevivência em meio ao espaço urbano. Saber os dias de maior fluxo de pessoas em determinadas espacialidades da cidade para conseguir recolher mais material reciclável ou mais 'trocados' cuidando de carro também tem relação com a distribuição desses lugares no espaço urbano.

Palombini (2013) aborda a complexidade de relações permeadas entre a vida prática dos indivíduos em situação de rua e o espaço urbano da cidade de Porto Alegre-RS. O texto desse artigo é basicamente a pesquisa de dissertação de Palombini (2015) que foi analisada algumas páginas acima.

O artigo de Robaina (2013) objetiva uma análise geográfica sobre as populações de rua focando a posição deste segmento marginalizado no quadro sócioespacial da cidade, assim como seus enfrentamentos cotidianos em busca da sobrevivência no espaço urbano das grandes metrópoles. O autor apresenta dados evidenciando que a população de rua é uma realidade em diversas metrópoles ao redor do mundo. Diversos também são os fatores que levam as pessoas a viverem nas ruas, desemprego, alcoolismo e uso de outras drogas, conflitos familiares, pessoas com problemas psiquiátricos, ex-detentos, migrações, violência doméstica, abuso sexual e falta de apoio familiar por assumir a própria sexualidade são alguns deles. O autor afirma ainda que a escolha dos centros urbanos para a permanência dessa população está relacionada com uma maior possibilidade de manutenção da própria existência. Ainda que as autoridades estatais e outros grupos sociais não aceitem a ocupação do centro pela população de rua, resultando em políticas e práticas de contenção territorial sob o título de práticas de 'ordem' e/ou 'limpeza' urbana.

A temática acerca da população "(em situação)" de rua, população de rua ou moradores de rua vem despertando interesse no campo da Geografia brasileira. Ainda que incipiente, os trabalhos e pesquisas acima apresentados mostram diversificadas facetas do fenômeno em um país quase que continental como o Brasil. Da totalidade de quinze trabalhos encontrados, entre artigos, dissertações e teses, seis (FURINI, 2003; JUSTO, 2005; PEREIRA e HOLANDA, 2011; QUEIROZ, 2012; VASCONCELOS FILHO E NASCIMENTO, 2013; e LUCENA, 2013) realizam discussões sobre capitalismo, exclusão social, espaço urbano, relação urbano-rural e pobreza, evidenciando que a população que transforma a rua em casa é apenas um produto de questões econômicas e sociais que são estruturais. Quatro trabalhos (MONTEIRO, 2011; PALOMBINI, 2013, 2015; ROBAINA,

2010) discutem sobre o espaço urbano, as territorialidades e as vivências dessa população. Dois artigos de Robaina (2011, 2013) evidenciam as relações dessa população com o Estado. A dissertação de Miranda (2006) entende que através do uso e apropriação do espaço a população de rua contesta a reprodução do capital. O artigo de Reis, Maradola Jr. e Gratão (2012) trabalham com catadores-carrinheiros e os lugares que constituem na fluidez entre a rua e a casa. E, a tese de Robaina (2015) que evidencia as espacialidades da população que transforma a rua em casa através de suas mobilidades, permanências e ritmos espaço-temporais.

A grande maioria desses trabalhos e dos documentos acerca da população, que aqui chamamos de pessoas que transformam a rua em casa, apresentam em algum momento essa população enquanto complexa, diversificada e heterogênea. Assim também são os trabalhos e pesquisas realizadas sobre essa população, mostrando que os questionamentos geográficos acerca desse universo que vem se tornando cada vez mais evidente nos centros urbanos são diversos e importantes para entender as espacialidades, territorialidades, paisagens, lugares, espaços, redes, escalas e tantas outras dinâmicas espaciais que essa população pode constituir.

2.2 Espaço, Abjeção e Política da Morte

A produção geográfica sobre a população que transforma a rua em casa, como afirmado acima, é heterogênea, abordando diversas geografidades da vivência dessa população. Como afirmado por Doreen Massey, John Allen e Phillip Sarre (1999), o espaço tem sido um conceito central na organização da produção do conhecimento geográfico. Segundo eles, o espaço é importante tanto para a elaboração de nossos discursos geográficos, como na organização dos quadros através dos quais compreendemos o mundo, e como nos orientamos através dele, e isto também vale para as pessoas vivem através das ruas. Além disso, os autores apontam que as Ciências Sociais e as Humanidades têm testemunhado aquilo que pode ser caracterizado enquanto a “virada espacial”, ou seja, o reconhecimento da importância do espaço na compreensão da humanidade. Segundo eles, a agenda política tem sido realizada entorno de questões espaciais ou aparentemente espaciais, dando grande atenção a questões de identidade, diferença e localização. E a população de rua se enquadra nesse aspecto, as

políticas públicas para essa população são relativamente recentes no Brasil, assim como a discussão acadêmica acerca dessa população.

Aqui entendemos o espaço e as espacialidades através da conexão entre três aspectos, como argumenta Massey (2008), espaço sendo um produto de inter-relações, uma esfera da possibilidade da multiplicidade e o espaço e as espacialidades sendo constantemente construídos e nunca acabados. Evidentemente, esses elementos fazem parte das espacialidades vivenciadas pela população que transforma a rua em casa na cidade de Ponta Grossa-PR. Afinal, nas ruas, instituições de assistência, casa de familiares ou espacialidades das drogas, essa população tensiona, de alguma forma, o espaço através de sua presença, atitude ou palavras. Além disso, as espacialidades são também paradoxos na vivência espacial dessa população. Como argumenta Rose (1993, p. 151): “É essa tensão que pode articular um sentido de um outro lado além dos territórios do sujeito principal”³⁸, ou seja, ao ocupar certos espaços essas pessoas tensionam as espacialidades estabelecidas, transformando-as, de alguma forma, em outras.

Outra imaginação espacial que contribui para o entendimento da população que participou da presente pesquisa também vem da geógrafa britânica Rose (1999) quando ela considera as articulações entre discurso, fantasia e corporalidade. A autora argumenta que a imbricação e relações que se estabelecem entre esses três elementos são ‘performadas’ pelas pessoas, constituindo, assim, espaços performáticos. Ademais, Rose (1999) argumenta que os espaços performáticos estão em uma constante construção através da articulação de performances relacionais. Nas ruas as performances são evidentes e necessárias, como diria Anhum:

[Você falou que você é diferente dos outros moradores de rua. Porque você se considera diferente?]

Sei lá. Porque não uso droga, não tenho confusão com ninguém. Ando de cara limpa pra lá e pra cá. Sei lá. Acho que é isso. Não bebo. Ando sempre limpo. Agora até que tô meio, meio passado, né, mas sempre barba feita, cabelo cortado. Sempre arrumado. Agora que tô meio desleixadão, mas... (Entrevista realizada com Anhum, dia 10/03/2017 na Praça Barão do Rio Branco – Ponto Azul)

Além dessa citação, Anhum afirmou em várias outras conversas que tivemos durante o campo que tem muita gente que ele conhece e nem imaginam que ele mora na rua e também que a imagem que ele cria sobre si contribui para ser aceito em espaços e

³⁸ “It is this tension which can articulate a sense of an elsewhere beyond the territories of the master subject” (ROSE, 1993, tradução nossa)

construir relacionamentos com outras pessoas. Essas performances espaciais são táticas de sobrevivência que as pessoas que transformam a rua em casa desenvolvem para articular espacialidades a seu favor. Estratégias que se assemelham as da pesquisa de Przybysz (2011) onde as mulheres chefes de família após a dissolução conjugal articulam os espaços públicos e privados, tensionando o espaço masculinista. No caso dessa população, a articulação entre o espaço privado e o espaço público se dá através de espacialidades diversas que acessam ou constituem dia a dia para conseguirem realizar a higiene, alimentação, dormir, fazer sexo entre outros afazeres cotidianos que são reservados aos espaços privados.

Ademais, existe uma outra relação entre a casa (espaço privado) e a rua (espaço público) que apareceu em muitas histórias e algumas entrevistas durante o trabalho de campo. Como os principais motivos que são citados para que as pessoas passem a usar o espaço das ruas como moradia são o desemprego, conflitos familiares e alcoolismo/drogadição. Esse movimento casa → rua não ocorre enquanto uma ruptura brusca, mas sim através de um processo que muitas vezes é demorado. Assim, ocorrem movimentos pendulares entre a casa e a rua até que a pessoa fique meses ou até anos sem voltar para casa:

(...) e daí depois eles começavam a fala as coisas em casa, assim, dá entrada assim, daí eu via que era pra mim e eu já não gostava daí pegava e saía de volta, aí pegava e saía de volta, vinha pra rua de novo. Mas até muitas vezes vinha até meio doente ainda. (Entrevista realizada com Ruda, dia 16/02/2017 na Praça Barão do Rio Branco – Ponto Azul)

Rudá ainda conseguiu uma casa popular da prefeitura (através da PROLAR³⁹), mas acabou vendendo a casa e voltando para a rua por diversos fatores contextuais e pessoais. Além desse caso, Ruda, antes de conseguir essa casa, morou com a falecida esposa, mãe de sua filha, e teve outra habitação enquanto trabalhava na Fundação do Idoso (também vinculada a PMPG). E, sempre voltando para a rua por questões de relacionamento interpessoal familiar ou de drogadição.

Acerca da população “em situação” de rua na cidade do Rio de Janeiro-RJ, Robaina (2015) apresentou algumas espacialidades que essa população desenvolve e participa, analisando-as através dos ‘lugares de permanência’, das ‘trajetórias de mobilidade’ e dos ‘ritmos espaço-temporais’. Ele abordou as espacialidades e práticas laborais,

³⁹ Companhia de Habitação de Ponta Grossa, vinculada a PMPG e promove a construção de casas populares e loteamentos numa tentativa de solucionar os problemas habitacionais da cidade.

relacionadas ao ‘garimpo’ de materiais recicláveis, ao ‘mangueio’ que é a prática de pedir dinheiro e com relação à imprevisibilidade dos bicos e pequenos serviços realizados pela população “em situação” de rua, como ‘cuidador de carro’, construção civil, limpeza e estivador/carregador.

A segunda espacialidade evidenciada por Robaina (2015) é a da obtenção de água e alimentação que estão relacionadas às ações assistenciais estatais e de entidades filantrópicas e, também, dos restaurantes populares. Outra espacialidade é a da higiene e cuidados pessoais, que é realizada, sobretudo, nos próprios espaços públicos. Com relação a pernoite, as pessoas que contribuíram pra pesquisa afirmam ter um sentimento topofóbico à noite, necessitando estarem ‘sempre alerta’ contra violência que pode ter várias fontes, como as próprias pessoas que habitam as ruas, as forças de segurança do Estado e cobranças por drogas ou conflitos anteriores e não resolvidos. Ademais, cerca de 60% dos entrevistados dorme somente em espaços públicos. A última espacialidade evidenciada na pesquisa de Robaina (2015) é do lazer e diversão, onde apareceram ‘as noites da Lapa’ enquanto principal maneira de distração para essa população. Além dessa, as praias, o Aterro do Flamengo e as favelas e cracolândias foram as principais citações entre os entrevistados.

As espacialidades que a população que transforma a rua em casa constituiu através de suas relações cotidianas são marcadas pela busca da manutenção de sua vida diária. No entanto, ao mesmo tempo e espaço que usam de todos os artifícios para conseguir uma vida digna, os discursos e o imaginário da população domiciliada estabelecida acerca do que é ou quem são as pessoas que vivem nas ruas contribuem para o processo de abjetificação que incide sobre os corpos nas ruas. Cabral, Silva e Ornat (2013) trabalhando com as relações existentes entre o espaço e a morte nas representações sociais acerca da população travesti, evidenciaram que, como na população que contribuiu para a presente dissertação, as espacialidades relacionadas ao espaço público, espaço urbano ou rua são marcadas pela violência. Ademais, o uso de álcool e drogas, principalmente o *crack*, entre as travestis contribuem para uma maior vulnerabilidade dessa população frente à violência e a morte. Ou seja, as espacialidades vivenciadas nas ruas pelas travestis, são muito próximas das vivenciadas pela população que transforma a rua em casa.

O corpo, então, pode ser entendido enquanto uma escala que é socialmente construída (SMITH, 2000; HEROD, 2011). Além disso, é a partir, através e nesse corpo que o espaço e as espacialidades estão sendo constituídas (SILVA e ORNAT, 2016). A filósofa estadunidense Judith Butler (1993) argumenta que os corpos são lidos por sistemas de códigos e significados sociais, substanciados a ponto de se tornarem matéria, inteligíveis e corpos que não se enquadram em nenhum desses elementos, corpos que não são matéria, que não são objeto, são abjetos. Nesses corpos abjetos se vê mais claramente o que o discurso e o poder descrevem enquanto 'humano', afinal, nos corpos abjetos a humanidade é questionada (BUTLER, 2005).

Butler (PRINS e MEIJER, 2002) afirma que os corpos são habitados por discursos, sendo esses últimos parte do próprio sangue dos corpos. Através desse argumento, Louro (2004) evidencia que os corpos têm marcas que determinam se os sujeitos são aprovados, tolerados ou rejeitados nos espaços que acessam e constroem. As pessoas que transformam a rua em casa carregam em seus corpos marcas que evidenciam a sua condição de miséria e contribuem para a reiteração dos discursos que abjetificam seus corpos e, conseqüentemente, suas vidas. E, como afirma Butler (PRINS e MEIJER, 2002) em entrevista realizada com as pesquisadoras holandesas Prins e Meijer: “A abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver como um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia.” (p. 157).

O corpo torna-se central nessa discussão acerca da abjeção e na produção de sujeitos que são considerados enquanto 'não-humanos'. Para Butler (2005), os corpos se materializam através dos discursos e da reiteração das normas regulatórias. Assim, estamos sempre demarcando, significando e delimitando o que nos referimos. E, essa delimitação “marca uma fronteira que inclui e exclui, que decide, por assim dizer, o que será e o que não será o conteúdo do objeto ao qual nós então nos referimos”⁴⁰ (BUTLER, 2005, p. 32). Este ato é violento, pois ao demarcar ele apaga, e sendo sempre uma imposição seletiva. “O que será e o que não será incluído no interior das fronteiras do

⁴⁰ “(...) marca una frontera que incluye y excluye, que decide, por así decirlo, cuál será y cuál no será la materia del objeto al cual nos referimos luego” (BUTLER, 2005, p. 32, tradução nossa)

'sexo' será estabelecido por uma operação mais ou menos tácita de exclusão"⁴¹ (BUTLER, 2005, p. 33).

Evidenciamos o sentimento de estar nessa zona de 'menos-humanidade' através da fala de Tupã quando questionado se já se sentiu excluído vivendo nas ruas:

Ah cara, se sente cara, você se sente excluído, se você não tem um emprego, não tá estudando, nada. Você se sente excluído mesmo. Não tem o que fazer, você fica o dia inteiro comendo, andando pra lá e pra cá, disfarçando que tá feliz, mas não tá. Tá acabado mesmo. (Entrevista realizada com Tupã, dia 05/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

Estar vivendo nas ruas, ou melhor sobrevivendo nas ruas é uma caminhada solitária, como afirmado diversas vezes nas entrevistas e diálogos durante o trabalho de campo. Ao 'irem' as ruas para, de alguma maneira, transformá-las em casa, as pessoas passam a habitar zonas inabitáveis da vida social, onde a morte e a violência rondam o tempo todo. A morte, em si, também foi uma temática frequente nas entrevistas e diálogos estabelecidos com as pessoas que participaram da pesquisa. De fato, essas pessoas fazem parte da população em que está em exceção, ou seja, as políticas de estado e, principalmente, as políticas governamentais simplesmente ignoram a situação ou, pior, praticam ações de 'limpeza urbana' ou de 'contenção territorial' como argumenta Robaina (2013).

As pessoas que transformam a rua em casa são reiteradas enquanto abjetos através dos discursos dominantes. No entanto, os discursos estatais durante muito tempo usam de mecanismos para manter essa população enquanto 'fora' da sociedade, considerando-as enquanto 'mortas sociais'. Entendendo o trabalho como o suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, Castel (1998) busca evidenciar que existe uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho, as redes de sociabilidade que a pessoa participa e constrói e os sistemas de proteção social do Estado que "cobrem" um indivíduo diante dos acasos da existência" (CASTEL, 1998, p. 24).

Assim, criam-se 'zonas' de coesão social, onde o trabalho é estável para todas as pessoas, zonas intermediárias, que são de vulnerabilidade social, onde o trabalho é precário e, os sistemas de proteção social são quase ausentes. No entanto, há, também, a ausência de participação no trabalho, o que causam efeitos negativos produzindo a exclusão, ou melhor, como coloca o autor, a desfiliação. Nesse contexto, a zona de

⁴¹ "Lo que habrá de incluirse y lo que no habrá de incluirse dentro de las fronteras del "sexo" estará determinado por una operación más o menos tácita de exclusión." (BUTLER, 2005, p. 33, tradução nossa)

vulnerabilidade social ocupa uma posição estratégica, pois ela alimenta as incertezas e fragilidades das pessoas. Marca a condição popular do infortúnio.

Castel (1998) escolhe trabalhar com a desfiliação para entender esse processo. Para ele, a exclusão é estanque e representa estados de privação. Entretanto, a desfiliação não está num sentido de ruptura, mas de reconstruir um percurso. A desfiliação está mais próxima de dissociação, desqualificação ou invalidação social.

As ideias de Castel (1998) contribuíram para a construção de políticas públicas e pesquisas acadêmicas acerca da 'população "em situação" de rua'. Em sua argumentação, Castel (1998), foca-se no mundo do trabalho e nas maneiras que os Estados-nações europeus tentaram 'solucionar' o problema da questão social. Ou seja, as instituições estatais deveriam produzir formas de reinserir e ressocializar as pessoas que, segundo Castel (1998) são desfilados, inúteis para o mundo, mortos sociais.

Entretanto, em países que foram colonizados, como é o caso do Brasil, o Estado de bem-estar social, que deveria contribuir para reduzir a pobreza e os problemas sociais, nunca existiu plenamente. O filósofo e cientista social camaronês Achille Mbembe (2016) sugere que nos países africanos que estão vivendo processo de descolonização os Estados utilizam-se de políticas de morte ou necropolíticas, já que a questão social já não é mais solucionável através das instituições sociais capitalistas. Em paralelo a isso, a violência e a militarização não institucional (como milícias, facções, grupos criminosos organizados, entre outros) fecham a necropolítica para "a destruição material dos corpos e populações humanas julgadas como descartáveis ou supérfluos"⁴² (MBEMBE, 2012, p. 135).

Outro filósofo que pensa a política e a vida é Agamben (2007). Ele reflete sobre o estado de exceção e a biopolítica que o fundamenta. Para Agamben (2007) "a exceção é uma espécie da exclusão" (p. 25). O estado de exceção apresenta-se enquanto um reflexo da soberania e do poder soberano aliado ao poder disciplinar que produz biopolíticas. Ademais, a exclusão que o estado de exceção expõe só se materializa através de uma inclusão, ou seja, só existe exclusão quando a pessoa está incluída nas relações. O autor chama este fato de ralação de exceção. Agamben (2007) argumenta ainda que o estado de exceção caracteriza uma indistinção entre o interno e o externo, entre a ordem e o caos em que vivem as sociedades contemporâneas.

⁴² "la destrucción material de los cuerpos y poblaciones humanos juzgados como desechables o superfluos" (MBEMBE, 2012, p. 135, tradução nossa).

Agamben (2007) argumenta sobre o conceito de *homo sacer* que pode ser entendido como um ser humano sacro, que é a vida capturada na esfera da soberania, onde pode-se matar sem cometer homicídio ou sacrifício. Para o autor, a constituição de um *homo sacer* tem relação direta com os discursos e com o poder soberano. O termo *sacer* está relacionado com a sacralidade onde existe uma ambiguidade no sentido de que o sacro é ao mesmo tempo sagrado e impuro:

Assim como, na exceção soberana, a lei se aplica de fato ao caso excepcional desaplicando-se, retirando-se deste, do mesmo modo o *homo sacer* pertence ao Deus na forma da insacrificabilidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade. *A vida insacrificável e, todavia, matável, é a vida sacra.* (AGAMBEN, 2007, p. 90).

Assim, Agamben (2007) apresenta também o conceito de *bando* que é a ‘demarcação’ de quando a lei não se aplica e nem é indiferente ao corpo, mas, sim abandonado pela lei, fazendo com que exclusão e inclusão se confundam. “A relação originária da lei com a vida não é a aplicação, mas o Abandono” (AGAMBEN, 2007, p. 36). Desse modo, a vida no *bando* soberano é, segundo o autor, a vida do *homo sacer*, a vida que não pode ser sacrificada, no entanto é passível de morte.

Estar sobrevivendo nas ruas, nesses termos, é estar também vulnerável a violência e a morte (GOMES, 2013; CABRAL, SILVA e ORNAT, 2013), ao álcool e outras drogas (ROCHA, 2013), a criminalidade (CHIMIN JUNIOR, 2009; ROSSI, 2010). Estar ‘sobrevivendo’ já é em si estar vulnerável a morte constantemente. A população que transforma a rua em casa vive em processo de abjeção que as coloca em uma posição em que sua existência ou não existência é indiferente. Ou seja, esta deixada lá, ou melhor, por aí para morrer.

Através do diálogo entre os conceitos de soberania, biopoder através de Foucault, estado de exceção através de Agamben (2007) e estado de sítio, Mbembe (2016) desenvolve o conceito de necropolítica que é a expressão máxima da soberania. A necropolítica é a política que detém o poder e tem a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. O autor argumenta que no pensamento de Foucault, o biopoder funciona através de contribuir para ‘fazer’ viver ou de simplesmente ‘deixar’ morrer. Assim, mediante esse controle organiza-se a espécie humana em grupos e subgrupos. Colocando pessoas em posições de censura, discriminação e racismo.

No entanto, o necropoder ou a necropolítica funcionam através da dinâmica da fragmentação territorial a fim de impossibilitar cada vez mais o movimento e criar espaços

de segregação. Mbembe (2016) afirma sobre essa política de fragmentação onde criaram-se limites provisórios que estão em constante vigilância e controle: “a ocupação colonial contemporânea é uma concatenação de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico.” (MBEMBE, 2016, p. 137).

O autor evidencia como as guerras da época da globalização tinham como objetivo a submissão dos inimigos, independente das consequências. Dialogando com as guerras africanas recentes, Mbembe (2016) evidencia que muitos Estados africanos não conseguem manter o monopólio sobre a violência, sobre os limites territoriais e sobre os meios de coerção do seu território. Isso faz com que as:

Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado proclamam, todos, o direito de exercer violência ou matar. Estados vizinhos ou movimentos rebeldes arrendam exércitos a Estados pobres. Fornecedores de violência não governamental disponibilizam dois recursos coercitivos críticos: trabalho e minerais. Cada vez mais, a maioria dos exércitos é composta de soldados-cidadãos, crianças-soldados, mercenários e corsários. (MBEMBE, 2016, 139-140).

A realidade brasileira não está muito longe disso e, aparentemente, caminha para tornaram-se também mais violenta. Essas ‘máquinas de guerra’ descritas acima estão, como argumenta Mbembe (2016), cada vez surgindo com tecnologias de destruição e mecanismos de coerção da população cada vez mais sofisticados. Nessa lógica, o terror e a morte estão rondando e assombrando populações inteiras que vivem a beira de morrerem ou ver a vida de alguma pessoa próxima ceifada:

Mas tem momentos ruim assim também. As vezes já vi muitos, muitos amigos já, entende? Que já se foram. Já se foram, assim, por causa de droga, entende? E daí as vezes eu ficava sabendo, ah, fulano lá morreu, ah morreu? Por causa do que? Pois é, por causa do que será? Por causa de droga, né. Morreu de doente? Morreu de doente? Então a droga, a droga ela aflige ali na, tipo assim, tanto nosso corpo, mas também, assim, também na nossa vida também, que você começa a se infiltrar demais com o que não é bom pra gente. E daí acaba dando tudo errado, né. (Entrevista realizada com Anhangá, dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver).

Mbembe (2012) em uma conferência em que traçou alguns panoramas para a necropolítica, afirma que diferentemente do argumento de Hannah Arendt quando diz que para a política ser política não há mais como domesticar a guerra. Mbembe (2012) evidencia que após o 11 de setembro de 2001:

o que vemos é uma fusão dos dois [guerra e política], e a volta ao medo e as esperanças como a fundação primária, não só da organização política, mas ainda mais da civilização humana como tal. Daí o retorno à ideia de que o poder soberano da vida e da morte é alcançado mediante um tipo de negociação segundo a qual uma vida doméstica relativamente segura está garantida em troca da limitação de toda uma gama de liberdades e direitos, que de outra forma os

cidadãos poderiam reivindicar; que para ter segurança – você me dá algumas de tuas liberdades, e eu te dou ordem e seguridade – e daí a identificação da liberdade política com a segurança. (MBEMBE, 2012, p. 133-4)⁴³

Através dessa junção da guerra com a política, aliada aos discursos midiáticos estabelecidos, criam inimigos que necessitam ser combatidos, causando medo e insegurança a população, pois “o propósito do político é identificar o inimigo, e assassinar o inimigo torna-se o objetivo absoluto do político.” (MBEMBE, 2012, p. 134)⁴⁴. Assim, corpos que vivem processos de abjeção podem ser criados enquanto inimigos nos discursos hegemônicos de poder, legitimando, assim, práticas de subjugação e eliminação física dos seus corpos, como ocorre com os processos de limpeza urbana em algumas cidades brasileiras.⁴⁵

Mbembe (2012) afirma que cunhou o termo necropolítica e seguiu em frente, não o utilizou ou deu mais explicações sobre em outros textos (somente no seminário citado). Nesse texto, ele afirma que usou o termo para se referir a três coisas: quando num estado de exceção, a exceção se torna normal, ou comum; para referir-se às figuras da soberania que têm como projeto central a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos e populações considerados como descartáveis ou supérfluos; e, também, ao referir-se a figuras de soberania as quais o poder ou o governo estão constantemente reforçando a ideia de emergência criando uma imagem fictícia de um inimigo. “A presença da morte é precisamente o que define esse mundo de violência, um mundo de violência em que o soberano é aquele que é como se não fosse a morte” (MBEMBE, 2012, p. 136)⁴⁶.

⁴³ Ahora, lo que vemos es una fusión de los dos, y la vuelta al miedo y las esperanzas como la fundación primal, no sólo de la organización política, sino más aún de la civilización humana como tal. De ahí la vuelta a la idea de que el poder soberano de la vida y la muerte se logra mediante un tipo de negociación según la cual una vida doméstica relativamente segura está garantizada a cambio de la limitación de toda una gama de libertades y derechos, que de otra manera los ciudadanos podrían reclamar; que para tener seguridad – tú me das algunas de tus libertades, y yo te doy orden y seguridade – y de ahí la identificación de la libertad política con la seguridad. (MBEMBE, 2012, p. 133-4, tradução nossa)

⁴⁴ “el propósito de lo político es identificar al enemigo, y asesinar al enemigo se vuelve el objetivo absoluto de lo político. (MBEMBE, 2012, p. 134, tradução nossa)

⁴⁵ Ver Robaina (2011) e notícias sobre ações nas cracolândias: <<https://www.theguardian.com/cities/2017/nov/28/cracolandia-sao-paulo-feira-crack-dentro>> Acessado em: 26/06/2018 ; <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/23/politica/1487884008_989115.html> Acessado em: 26/06/2018 ; <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/24/politica/1495579264_276005.html> Acessado em: 26/06/2018 ; <<https://oglobo.globo.com/brasil/um-ano-apos-acao-polemica-da-prefeitura-de-sp-cracolandia-sofre-com-nova-crise-22658891>> Acessado em: 26/06/2018.

⁴⁶ “La presencia de la muerte es precisamente lo que define esse mundo de violencia, un mundo de violencia em que el soberano es aquel que es como si no fuera la muerte” (MBEMBE, 2012, p. 136, tradução nossa)

Para o autor, esse processo de ‘envioentamento’ tem relação direta com a mobilidade, ou seja, a progressiva fragmentação territorial e vigilância das fronteiras, além da imensa desigualdade dos recursos para a mobilidade, reafirmam uma vez mais que apenas alguns grupos da humanidade tem o privilégio de realizar movimentações planetárias, criando “uma sensação de que certa gente não deve se mover” (MBEMBE, 2012, p. 138)⁴⁷.

A população que transforma a rua em casa sofre também com esses processos descritos acima, pois estão vivendo ‘na ponta mais fraca’ da nossa sociedade. São incluídos pela exclusão. São corpos abjetificados, vivendo em zonas inóspitas da sociedade domiciliada estabelecida. São corpos abandonados pelas leis ou as exceções tornam-se regra. Estes corpos são também o foco das necropolíticas.

A compreensão geográfica acerca do universo da população que transforma a rua em casa pode ter frutos ao abordar essa população através dos temas/conceitos como abjeção dos corpos (BUTLER, 2005), estado de exceção (AGAMBEN, 2007) e necropolítica (MBEMBE, 2016). Essa população é marcada (LOURO, 2004) através dos discursos que incidem sobre seus corpos e tornam-se parte do seu sangue (PRINS e MEIJER, 2002) fazendo com que essas pessoas sejam colocadas enquanto menos-humanas e que a humanidade de seus corpos seja questionada. Ademais, através da abjetificação essas vidas passam a ser suscetíveis a morte. No entanto, a morte para essa população “é como se não fosse um crime” (MBEMBE, 2016, p. 138).

O último capítulo da presente dissertação tratará sobre o trabalho de campo desenvolvido junto à população que transforma a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Os dados coletados após meses de contato com essa população foram organizados e renderam 11 espacialidades discursivas que representam a vivência espacial das oito pessoas entrevistadas.

⁴⁷ “una sensación de que cierta gente no se debe mover” (MBEMBE, 2012, p. 138, tradução nossa).

CAPÍTULO III

AS DINÂMICAS ESPACIAIS DE SOBREVIVÊNCIA DE HOMENS QUE TRANSFORMAM A RUA EM CASA NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ

O capítulo final dessa dissertação tem como objetivo compreender como se estabelecem as práticas cotidianas de sobrevivência na vivência espacial da população que transforma a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Nesse capítulo apresentamos os dados de campo e das oito entrevistas realizadas com homens que transformam a rua em casa na cidade.

Na primeira seção delineamos o trabalho de campo e a construção da pesquisa como um todo, os percalços, mudanças, transformações e avanços. O trabalho de campo foi realizado em duas etapas, uma primeira com abordagens nas ruas da cidade à noite e uma segunda em uma instituição religiosa cristã que acolhe as pessoas em situação de vulnerabilidade social, com foco principal na população que transforma a rua em casa.

Na segunda seção abordamos os dados resultados das entrevistas que foram sistematizadas e analisadas através da metodologia de análise do conteúdo do discurso de Bardin (1977). Para otimizar o processo criamos um banco de dados no *software* livre *LibreOffice Base* em que alimentamos com todo o conteúdo das entrevistas. Foi possível identificar 11 espacialidades na vivência da população que transforma a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

3.1 A Caminhada Metodológica da Pesquisa

Pensar a população que transforma as ruas em casas, como evidenciado no capítulo anterior, é muito recente na ciência geográfica brasileira e na minha experiência pessoal. Durante o período em que estava na graduação quase não me questionava acerca dessa população. Quando tive oportunidade de conhecer outras cidades maiores e entrar em contato com algumas reflexões sociais passei a observar mais essas pessoas que vivem na selva urbana da maneira mais nua possível.

Como descrito na introdução dessa dissertação, meu interesse pessoal em entender a vivência espacial urbana da população que transforma as ruas em casas vem desde a elaboração da monografia para a Licenciatura em Geografia. Quando desse trabalho para conclusão do curso buscamos compreender o universo das vidas nas ruas, tendo como norte a questão de entender de como a população em situação de rua, a partir de seus

deslocamentos espaciais, lê e vê a cidade, entendendo a cidade enquanto textos que podem ser lidos (JACKSON, 1989).

A pesquisa da monografia (CARNEIRO, 2015) evidenciou três visões sobre a vida nas ruas e sobre a cidade para as pessoas entrevistadas, a saber: pessoas que vão às ruas e/ou outras cidades em busca de melhores oportunidades de vida; pessoas que estão ‘no trecho’, escolheram viver viajando de cidade em cidade como maneira de sobrevivência; e, pessoas que estão nas ruas devido à drogadição e/ou alcoolismo.

Tentamos enquadrar suas vivências e trajetórias nessas ‘categorias’, mas elas, ainda assim, não representam totalmente como essas pessoas vivem e experienciam as cidades. Afinal, as histórias e as pessoas que encontrei durante a minha pesquisa de monografia eram muito únicas, não tinham como serem agrupadas em pares. Cada história é bem específica de como chegou na rua, como vive na rua, como enxerga a si mesma na rua, como enxerga a rua e a cidade. Cada pessoa vive a rua de maneira diferente.

Os primeiros campos e entrevistas realizados para a presente dissertação foram com os Titulares de Obrigação e de Responsabilidade que oferecem serviços para a população que transforma a rua na cidade de Ponta Grossa-PR. Vou começar escrevendo sobre o principal, e único, Titular de Obrigação da cidade que acessei para presente pesquisa. Em Ponta Grossa-PR existe o serviço do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CREAS pop), que está na Secretaria de Assistência Social (SMAS) da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PMPG). Em entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2016 com Angra, descobri que a média de pessoas que vivem nas ruas na cidade fica entre 120 e 140 pessoas. Entretanto, esse é um número incerto segundo ela, pois existem muitas pessoas em Ponta Grossa-PR que estão na rua, mas são ‘trecheiros’, como eles se denominam, ou itinerantes, como ela chama. Pessoas que vivem caminhando de cidade em cidade, que vivem ‘no trecho’.

Angra comentou sobre as características dessas pessoas na cidade de Ponta Grossa-PR, explicando que a grande maioria das pessoas que vivem nas ruas são usuárias de álcool e/ou outras drogas e esse é o principal motivo que leva a saída para as ruas. O grupo tem uma média de idade entre 18 e 55 anos, sendo em sua grande maioria masculina, sendo que do total, apenas 5% são de mulheres em situação de rua. Nas palavras da coordenadora, “a maioria tem casa, elas tem casa mas elas gostam de ficar

na rua, né, com os amigos, com o parceiro, mas, elas tem casa. Elas são diferente dos homens, elas têm casa, tem a família, tem filhos, mas ficam na rua... também em detrimento da droga.” (grifo para enfatizar a entonação da fala). Nesta entrevista também fora afirmado que aproximadamente 10% da população de rua tem doenças ou transtornos mentais.

O trabalho do CREAS pop auxilia essa população com algumas demandas básicas, como alimentação (café da manhã, almoço, café da tarde), higiene pessoal (banho, corte de cabelo e barba, máquinas para lavar roupa) e vestimenta. Há também no CREAS os serviços de encaminhamentos para unidades de saúde, exames e tratamentos de saúde e para instituições que fazem documentos pessoais. Também realizam alguns encaminhamentos para entrevistas de trabalho. Além disso, o CREAS pop tem o serviço de abordagem na rua, que acontece diariamente no período administrativo (8 h as 18 h) e três vezes na semana durante a noite. Esse trabalho consiste em conversar com a população de rua, verificar se eles querem ir para algum abrigo, verificar quais as principais demandas dessas pessoas. Como a PMPG não tem um abrigo ou albergue público, o CREAS trabalha em parceria com outras instituições como a Casa da Acolhida, o Ministério Melhor Viver e a Comunidade Deus Pai.

Consegui contato com duas dessas instituições de assistência da cidade, a Casa da Acolhida e o Ministério Melhor Viver. Ambas as casas são instituições com caráter religioso cristão. A Casa da Acolhida vinculada ao Conselho Nacional das Igrejas Cristãs é idealizada através da Sociedade São Vicente de Paula. O Ministério Melhor Viver é vinculado a Igreja Tehillah, idealizados pelo pastor João Montes.

A Casa da Acolhida foi fundada em 22 de fevereiro de 2001, após a campanha da fraternidade de 2000. Funciona através de um tripé de parceiros, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), a PMPG e a Sociedade São Vicente de Paula. Essa última, mantenedora principal e proprietária do terreno, onde se encontra a Casa da Acolhida. A coordenadora da Casa da Acolhida, Caupe, relatou em entrevista, realizada no dia 10 de novembro de 2016, que o trabalho da Casa consiste em oferecer pernoite com quatro refeições (café da manhã, almoço, café da tarde e janta), produtos de higiene pessoais, roupas e acompanhamento através de duas assistentes sociais e uma psicóloga que conversam e encaminham as pessoas assistidas para os serviços da rede

socioassistencial da cidade. O tempo médio de permanência na Casa fica entre três dias e três meses e varia dependendo do caso e do grau de vulnerabilidade da pessoa.

A casa possui um total de 50 vagas, sendo 40 para homens e 10 para mulheres. Caupe afirmou nesta entrevista que essas 50 vagas estão sempre preenchidas e que, normalmente, deixam duas ou três vagas livres para eventuais casos de emergência. A população chega até a Casa da Acolhida através de encaminhamentos realizados pelo CREAS pop ou através do que ela chamou de CREAS Acolher, que é uma unidade da Guarda Municipal (GM) que fica no Terminal Rodoviário da cidade. As pessoas vão conversar com os Guardas ou os próprios Guardas abordam a pessoa e, dependendo da necessidade, encaminham para a Casa da Acolhida. Com o CREAS Acolher, a pessoa assistida pode ficar inicialmente três dias para tentar se estabilizar e após uma conversa com as assistentes sociais e com a psicóloga, a equipe determina quanto tempo a pessoa pode ficar na Casa. Para entrar na Casa é necessário ter documentação, como falou a coordenadora: “É uma proteção nossa e uma proteção para a pessoa”.

As principais características das pessoas atendidas pela Casa da Acolhida são homens de idade entre 18 e 60 anos, mas com ênfase na faixa dos 25 aos 45 anos. As pessoas são de diversas cidades. Entretanto, é ainda um público específico, uma vez que a Casa dispõe de normas e regulamentos para as pessoas atendidas. Muitas pessoas não se enquadram nessas normas e preferem não usufruir dos benefícios da Casa.⁴⁸

O Ministério Melhor Viver é outra instituição que tem abrigo institucional para a população de rua na cidade de Ponta Grossa-PR. Consegui, no dia 10 de novembro de 2016, conversar com a assistente social, Andurá, que trabalha no Ministério desde o início de suas atividades, há aproximadamente 15 anos. Entretanto, o Ministério só passou a funcionar legalmente e oficialmente em 2004. Trabalha como uma Organização Não Governamental (ONG) está vinculada e funciona no mesmo prédio da Igreja Tehilla. O público mais atendido é composto por homens entre 18 e 60, com ênfase na faixa dos 25 aos 35 anos. A maioria dessas pessoas atendidas é natural de Ponta Grossa-PR, por conta de convênio com a prefeitura.

O Ministério funciona através de uma parceria com a fundação PROAMOR da PMPG, sendo que o dinheiro recebido é destinado primordialmente para a folha de pagamento

⁴⁸ Esse descontentamento com a Casa da Acolhida foi relatado por diversas pessoas que encontrei, nas falas sempre eram ressaltados o fato de que elas são muito rígidas com relação ao tempo de permanência e com o horário de entrada e de saída da Casa

dos funcionários. A outra parceira do Ministério, a Igreja Tehilla, ajuda pagando aluguel dos espaços que utiliza no prédio do Ministério. Para manter a verba que recebem da prefeitura, o Ministério trabalha com quatro projetos diferentes, a 'Abordagem Social', o 'Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos', o 'Serviço de Acolhimento Institucional' e a 'República de Apoio'. Cada um desses projetos tem objetivos específicos com relação ao atendimento prestado para a população de rua. Há também uma certa "ordem" para o funcionamento e participação nestes projetos.⁴⁹

A Abordagem Social é um serviço composto por uma assistente social, um motorista e um agente abordador voluntário. Eles saem todas as manhãs com uma Kombi levando lanche (pão e chá) e percorrem os bairros da cidade, o centro, viadutos, praças e locais que eles já sabem onde tem concentração de pessoas em situação de risco. A assistente social leva um questionário para entender a situação da pessoa, se eles têm documentos civis, se trabalham, se possuem vínculos familiares, como é a situação de moradia da pessoa, quais os serviços públicos acessados, e para quantificar seu trabalho. Feito isso a assistente social oferece o serviço do Ministério e da rede socioassistencial da cidade. Se a pessoa tiver interesse ela, transportada pela Kombi para o Ministério.

Chegando ao Ministério a pessoa acessa outro projeto, o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que funciona das 7 de manhã até as 3 da tarde. Esse projeto oferece refeições (café da manhã, almoço e café da tarde), higiene pessoal (banho, corte de cabelo e barba, banheiros). Dentro desse projeto funciona um subprojeto, de uma plataforma cedida pelo Instituto MM (MercadoMóveis) com 200 cursos *online*. O Ministério tem 10 computadores e uma voluntária trabalha como facilitadora desses cursos. Ainda dentro do Centro de Convivência, são ministradas 'palestras' socioassistenciais através de trechos da bíblia pelas manhãs, abordando temas como princípios, projetos de vida, etc.

Na continuação desses projetos vem o Acolhimento Institucional em que são ofertadas 28 vagas no prédio do Ministério e mais 20 vagas em uma chácara. Esse projeto visa tirar a pessoa da rua em tempo integral, ou seja, a pessoa passa a morar lá no Ministério ou na chácara, tendo regras específicas para poder sair da Casa⁵⁰ ou da chácara. Com isso, a pessoa que acessa o Acolhimento Institucional começa a refazer

⁴⁹ Escolhi descrever brevemente cada um deles aqui, pois é a lógica de funcionamento do Ministério. E, como realizei trabalho de campo nessa instituição, também acho interessante apresentar alguns aspectos dessa instituição

⁵⁰ Optei por chamar o projeto do Acolhimento Institucional de 'Casa' porque é assim que os usuários do Ministério chamam o projeto.

uma rotina doméstica, cuidando do próprio quarto, preparando refeições, lavando a louça ou com as atividades rurais, no caso da chácara. Com o tempo dentro da Casa, que vai de 6 a 18 meses, o Ministério encaminha a pessoa acolhida para tratamentos de saúde, para recuperar documentação civil, encaminha para entrevistas de emprego, indica pessoas para trabalhar com algumas empresas que procuram o Ministério, contrata algumas pessoas para serem funcionárias no próprio Ministério, etc. Segundo a coordenadora Andurá, uma forma mais efetiva de reinserção social da população de rua. Entretanto, a Casa funciona quase na forma de um internato, onde os moradores têm seus horários e saídas controlados por um regimento interno.

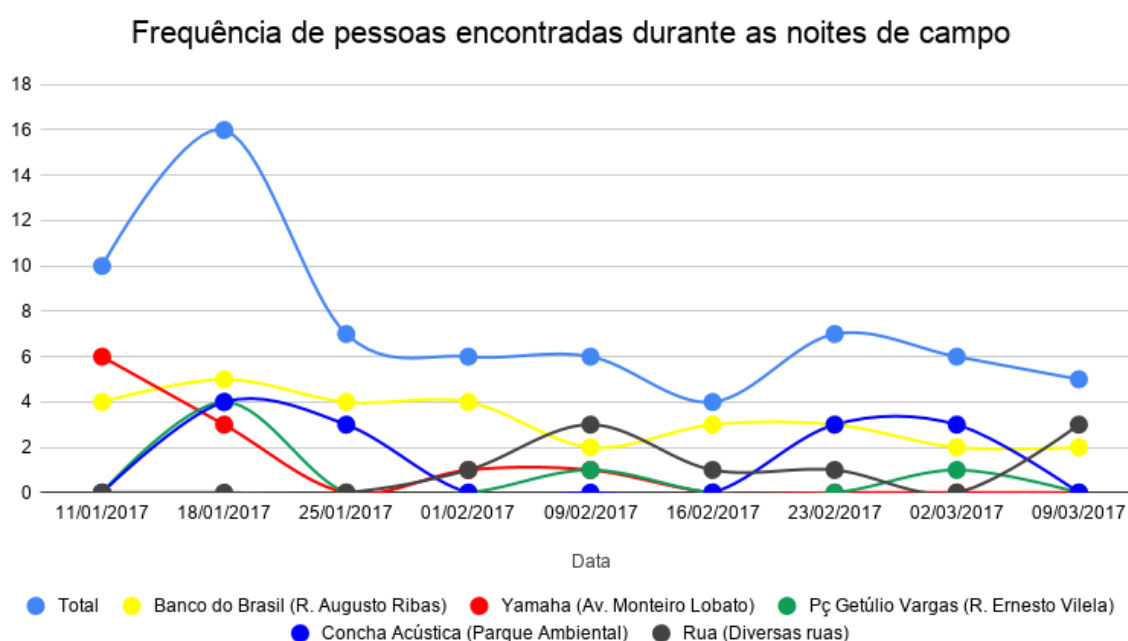
Após o período que a pessoa já se estabilizou e cumpriu o programa de Acolhimento Institucional, ela passa para o último projeto do Ministério, a República de Apoio, que é o mesmo serviço de acolhimento institucional mas em regime de residência. Funciona em uma casa com 10 moradores em regime de cogestão, onde todos os moradores, assistidos pela coordenação do projeto, tomam as decisões da casa, como horário de chegada durante a semana e no final de semana, se outras pessoas podem dormir ali, como serão as visitas, decidem como serão dívidas as despesas da casa (luz, água, gás, alimentação). O Ministério cobra um valor simbólico de aluguel de 50 reais, como uma forma de ir organizando a vida financeira para quando encontrarem seu espaço para morar. Esse valor do aluguel é colocado em uma poupança de cada morador. Quando eles saem da República, recebem essa poupança para conseguirem mobiliar a casa, comprar eletrodomésticos, etc. O tempo máximo de permanência na República é de dois anos.

Após esse primeiro contato com as instituições, houve a necessidade de uma reelaboração das questões norteadoras da pesquisa onde a questão central passou a ser 'Como o espaço constitui as práticas de sobrevivência cotidiana das pessoas que transformam a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná.' Esta desdobra-se em três subquestões: 'Como é o processo de tornar-se pessoa que transforma a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná'; 'Como as pessoas que transformam a rua em casa estabelecem suas dinâmicas de sobrevivência espacial na cidade de Ponta Grossa, Paraná'; e 'Como se estabelecem as práticas cotidianas de sobrevivência na vivência espacial'.

Surgiu também a necessidade de conversar diretamente com os Titulares de Obrigação para compreender melhor as suas vivências e espacialidades. Para tanto, começamos a realizar doações de alimentos, vestimentas e cobertores nas ruas do centro da cidade à noite. Foram nove noites (de 11 de janeiro à 09 de março de 2017) em que levamos essas doações e nos encontramos com a população que transforma a rua em casa. Essas noites renderam informações sobre as maneiras de desenvolver a sobrevivência cotidiana dessas pessoas, ademais, evidenciamos aspectos da sobrevivência e do cotidiano dessa população que casam com aspectos citados nos documentos estatais acerca da população “em situação” de rua (BRASIL, 2008A, 2008B; IPEA, 2017). Foi possível também evidenciar um pouco da dinâmica que essa população estabelece durante o dia e a noite e no decorrer de algumas semanas. Após cada noite de campo gravei um diário de campo que depois foi transcrito para guardar mais informações acerca dessas vivências.

Nessas noites foi possível conhecer 35 pessoas diferentes, ainda que a quantidade total de pessoas que encontramos foi aproximadamente 70, ou seja, tiveram pessoas que conseguimos encontrar diversas vezes durante as nove noites do trabalho de campo, resultando numa média de 8 pessoas por noite de campo.

GRÁFICO 1 – Frequência de pessoas encontradas durante as noites de campo



Fonte: o autor.

A primeira noite de campo, que aconteceu no dia 11 de janeiro de 2017, preparei aproximadamente 100 sanduíches e saímos às 21:00 para encontrar as pessoas que estavam transformando a rua em casa naquela noite de verão. Estava um clima agradável, fazia um verão chuvoso, por isso, além dos pães e do refrigerante levamos algumas roupas para doação. Essa primeira noite fui com o meu orientador, Dr. Márcio José Ornat para o campo. Começamos indo ao Mercado Municipal da cidade. Uma construção abandonada, que durante o período dos trabalhos de campo estava totalmente aberta e deteriorada. Ainda que atualmente a PMPG esteja começando uma revitalização desta edificação.

O prédio que abrigava o Mercado Municipal é antigo e fica no centro da cidade. Foi durante muito tempo usado para o consumo de *crack* e algumas vezes vimos pessoas dormindo naquele local. Mas não foi o caso do dia 11 de janeiro de 2017. Chegamos a entrar no prédio mas já estava muito escuro e não conseguimos ver e nem ouvir a presença de ninguém.

Após esse momento fomos ao Banco do Brasil (BB) que fica na Avenida Augusto Ribas, esquina com a Rua Mal. Deodoro da Fonseca, próximo a Catedral da cidade. É também um lugar bem central e com bastante fluxo de pessoas, ainda que a noite esse número diminua consideravelmente.

Há alguns meses, antes de iniciar o trabalho de campo, eu já tinha avistado algumas pessoas dormindo numa garagem do Banco que fica na rua Mal. Deodoro da Fonseca. Chegando ao Banco do Brasil encontramos quatro pessoas, três homens e uma menina. Dois homens e a menina se identificaram como sendo naturais de Ponta Grossa-PR e o outro homem relatou que era de Ipiranga, uma cidade próxima. Conversamos um pouco, deixamos alguns sanduíches e uma garrafa de refrigerante e continuamos o trabalho de campo.

Saindo do Banco do Brasil fomos procurar uma comunidade que acolhe essa população, a Comunidade Deus Pai, mas infelizmente já estava bem tarde e não conseguimos entrar e nem conversar com ninguém desta instituição. Após isso passamos pela rodoviária e também não encontramos ninguém. Aparentemente a noite é mais difícil encontrar pessoas neste local.

Depois de passar na rodoviária fomos em direção à Praça Getúlio Vargas (conhecida popularmente como Praça dos Bichos) que fica no bairro da Nova Rússia, onde eu já

havia avistado pessoas pernoitando do ano final de 2016. Andamos na praça e não encontramos ninguém, apenas alguns papelões, roupas e cobertores molhados pelas chuvas que caíam nos dias antecedentes. Conversamos com um Guarda Municipal que cuida do ginásio que tem na praça e ele nos informou que o homem que costuma dormir por ali havia saído há pouco tempo. Seguimos, então, algumas informações que as pessoas do Banco do Brasil nos passaram sobre outros lugares que poderiam ter pessoas dormindo ou em situação de rua em permanência temporária.

Um desses locais foi uma grande marquise de uma loja de motos que fica na Av. Monteiro Lobato, bairro do Jardim Carvalho. Denominamos esse local de Yamaha, como a população encontrada trabalhos nos campos também chama o local. Ao chegar lá encontramos cinco homens, alguns estavam sentados, outros deitados, conversando e pouco antes de sairmos chegou mais um homem. Eles ficaram bem felizes quando falamos que estávamos entregando doações e queríamos dialogar um pouco com eles. Todos eles estavam nas ruas por conflitos familiares e/ou uso de drogas e/ou álcool, como evidenciado em outras pesquisas (FERREIRA, 2006; MONTEIRO, 2011; PALOMBINI, 2013, 2015). Essa experiência de espacialidade foi muito interessante, pois pude observar que havia uma certa 'ordem' neste espaço. Eles não poderiam fazer uso de nenhuma substância tóxica ali, somente tabaco. Eles tinham uma vassoura, cinzeiro e uma torneira com água próxima. O espaço era bem limpo e organizado e, aparentemente, um dos homens tomava a liderança da espacialidade de pernoite, muito parecido com os acampamentos que Palombini (2015) pesquisou na cidade de Porto Alegre-RS.

Ficamos conversando bastante tempo com esses homens na Yamaha. Eles falaram bastante sobre as dificuldades de relacionamentos que tem com as respectivas familiares e os problemas acarretados pela dependência química e pelo alcoolismo. Comentaram também sobre os pequenos bicos e serviços que fazem para conseguir dinheiro. Apenas um deles estava trabalhando de maneira um pouco mais estável na construção civil. Era o único em que era possível ver uma chama de esperança para sair daquela situação.

Outro assunto que apareceu nas nossas conversas naquela noite foi sobre a solidariedade que existe entre as pessoas que vivem nas ruas. Eles se ajudam e partilham o pouco que tem. Mesmo que tenha ouvido muitas e muitas vezes das 'pilantragens' que ocorrem na caminhada da rua.

Um importante fator que ficou evidenciado para escolha desse local para o pernoite daqueles homens está relacionado com o Ministério Melhor Viver, pois a marquise da Yamaha, apesar de estar longe do centro da cidade, fica a poucas quadras de distância do Ministério, que é a principal espacialidade de auxílio para muitas pessoas que transformam as ruas em casa. O local de pernoite ou 'lugar de permanência' (ROBAINA, 2015) é 'selecionado' para facilitar o cotidiano das 'trajetórias de mobilidade' (ROBAINA, 2015).

Antes de finalizar a primeira noite de campo fomos à Concha Acústica do Parque Ambiental, que fica no centro da cidade. Lá, sempre há pessoas dormindo, mas não foi o caso dessa noite de campo. Ainda passamos em mais algumas praças e ruas comerciais do centro da cidade e bairros próximos mas sem sucesso em encontrar alguém.

A escolha das espacialidades de pernoite pode estar relacionada com as possibilidades de acessar escalas diferentes através de seus corpos no espaço urbano. Como a representação de Herod (2011) da toca de minhoca, as possibilidades de acessar outras escalas como a 'Casa' (Ministério Melhor Viver), como é o caso na Yamaha, ou a 'Cidade', como é o caso no BB faz com que algumas espacialidades tornem-se centrais na vivência dessas pessoas.

A segunda noite de campo aconteceu no dia 18 de janeiro de 2017. Saímos para as ruas às 20:00, um pouco mais cedo para tentar encontrar mais pessoas. Fomos primeiro em alguns locais que não tínhamos encontrado ninguém na semana anterior, no Mercado Municipal, na Rodoviária e na Praça Getúlio Vargas. Nos dois primeiros não encontramos ninguém novamente, mas na Praça sim. Encontramos outros quatro homens diferentes do que havíamos encontrado com os pertences molhados na semana anterior. Nenhum desses homens era natural de Ponta Grossa-PR. Eles eram de Rebouças-PR, Itajaí-SC, Ivaí-PR e do Rio Grande do Sul. O 'Gaúcho', como era o apelido de um destes, estava muito alcoolizado e não estava “nem conseguindo com ele direito, os outros estavam [alcoolizados] mas não tanto” (trecho retirado do Diário de Campo 2). Eles nos contaram um pouco sobre a história de vidas deles, disseram que ficavam a maior parte do dia bebendo e andando pelos bairros e a noite procuravam um terreno baldio, construção abandonada ou praça vazia para dormir. Deram-nos algumas informações sobre outras espacialidades que poderiam ser usadas para pernoite para essa população na cidade de

Ponta Grossa-PR, como a Concha Acústica, a Estação Saudade e a Estação Arte, os três localizando-se no Parque Ambiental, local central da cidade.

A espacialidade do Parque Ambiental como um todo é uma espacialidade do encontro de histórias-até-agora (MASSEY, 2008). É uma espacialidade que fica no centro da cidade e onde está localizado o terminal central de ônibus circulares do município. É uma área com muito comércio e muito trânsito de pessoas durante o dia e a noite também. Como afirma Monteiro (2011) os espaços que a população que transforma a rua em casa escolhe permanecer são as áreas mais dinâmicas da cidade. E, no complexo do Parque Ambiental não é diferente. Essa espacialidade foi citada em vários diálogos e trechos de entrevista como um lugar do encontro, do trabalho, do uso de álcool e/ou drogas e do pernoite também. Evidenciando a multiplicidade espacial dessa espacialidade apenas para essa população.

Saindo da 'Praça dos Bichos' fomos em direção à marquise da Yamaha. Essa noite havia apenas três homens dos seis que estavam na semana anterior. Eles comeram vários sanduíches e tomaram dois litros de refrigerante no tempo em que ficamos ali, indicando o quanto estavam famintos. O homem que achei em um primeiro momento que gerenciava a espacialidade ali naquela noite estava mais à vontade, falou bastante e contou um pouco sobre a sua vida. Nos deu informações também sobre um dos rapazes do BB e sobre a menina, que é na realidade a filha dele e menor de idade. O 'gerente' da Yamaha disse que 'puxou'⁵¹ cadeia junto com o pai da menina do BB, e que esse estava na condicional.

Os espaços são, segundo argumento de Rose (1999), performáticos, onde existe a inter-relação e articulação entre o discurso, fantasia e corporalidade. As espacialidades em que encontrávamos as pessoas que transformam a rua em casa, durante os trabalhos de no campo, no período noturno na cidade eram também espacialidades performadas através desses elementos. São espacialidades que estão em constante construção. O jogo de palavras, gestos e como se referiam a si próprio e a outras pessoas que também vivem através das ruas demonstravam apenas o que seria 'propício' para duas pessoas estranhas 'da universidade'. Por ser relacional e estar em processo de criação essas espacialidades aos poucos nos permitiram presenciar outras performances mais pessoais, principalmente das pessoas do Banco do Brasil.

⁵¹ Gíria para cumprir tempo de prisão

Os homens da Yamaha comentaram também sobre as dores e problemas nos dentes e que não conseguem atendimento de saúde para resolver esses problemas. Outra reclamação era com relação a dificuldade de conseguir mochilas e calçados provenientes de doação, itens essenciais para as pessoas que ficam deambulando pela cidade diuturnamente.

Após isso, fomos encontrar as pessoas no Banco do Brasil. Estavam as mesmas quatro pessoas da semana anterior. Enquanto conversávamos passou mais um senhor em cadeira de rodas que, segundo os homens que dormem no Banco, também vive nas ruas, tem casa mas fica nas ruas. Conversando sobre trabalho, um deles indicou que trabalhava vendendo cigarros contrabandeados do Paraguai e o rapaz mais novo trabalhava descarregando caminhões. O pai da menina e a menina não trabalhavam. Descobrimos também que a menina tinha 15 anos.

Saindo do BB fomos novamente para o Parque Ambiental buscando encontrar alguém em algum dos locais que haviam nos informado. Infelizmente encontramos apenas na Concha Acústica. Havia quatro homens, mas eles já estavam bem alterados de álcool e/ou outras drogas. Deixamos alguns pães que haviam sobrado e um litro de refrigerante, mas não conseguimos estabelecer um diálogo com eles. Isso começou a nos mostrar que aquela espacialidade de pernoite não é tão 'limpa' quanto as outras que havíamos encontrado.

A próxima noite de campo foi no dia 25 de janeiro de 2017. Tendo visto que havia chovido bastante durante o dia, levamos algumas calças e calçados para doação. Fomos primeiro no BB, mas não havia ninguém lá. Dirigimos-nos então para a 'Praça dos Bichos', também 'vazia'. Então, nos deslocamos para a Yamaha. Lá só encontramos um dos homens que conhecíamos, o mais jovem. Ele falou que estava à procura de emprego e que tinha duas crianças. Disse que visitava com alguma frequência seu filho e filha e a mãe delas, mas que preferia ir só quando tinha dinheiro, costumando ficar nas ruas. Em um outro momento do trabalho de campo reencontrei esse rapaz e percebi que o problema não é 'apenas' o financeiro, mas que ele é dependente químico.

Então, retornamos para o Banco do Brasil e ali estava apenas a menina, seu pai e mais um dos homens. Eles disseram que não sabiam onde estava o outro homem. Durante essa noite começamos a perceber melhor certos laços de companheirismo e amizade entre as pessoas que dormem no BB. Evidenciando que eles não escolhem o

local específico de pernoite, buscando apenas proteção e segurança, mas também por laços de amizade e companheirismo, como evidenciado na pesquisa de Palombini (2015).

Fomos então para o Parque Ambiental. Chegando lá, não encontramos ninguém na Estação Arte. Seguimos para a Concha Acústica. Quando descemos do carro para irmos à Concha Acústica, vimos dois homens apontando o dedo e falando algo com outros três homens que estavam dormindo na Concha. Achamos melhor não subir lá para conversar e apenas dar uma volta na Estação Saudade que fica ao lado. Nesse momento, os homens que estavam apontando para as pessoas que dormiam ali começaram a andar na nossa frente. No prédio da Estação Saudade havia duas barracas com 'malucos'⁵² e um deles cumprimentou um dos homens que caminhava a nossa frente. Consegui ver seu rosto e reconhecê-lo. Vou chamá-lo de Bigode. Ele é o dono de um bar localizado na proximidade da minha antiga moradia. Algumas noites a frente viria a reencontrá-lo em uma das noites de trabalho campo. Esse fato foi interessante, pois mostrou que existem diversas relações que essas pessoas estabelecem com diferentes grupos e personagens urbanos que podem contribuir para a manutenção da sua vivência ou não, evidenciando a multiplicidade e a interrelacionalidade das espacialidades constituídas por essa população na relação com outros grupos sociais (MASSEY, 2008).

A quarta noite de campo eu fui sem meu orientador. Convidei, então, um amigo de graduação para me acompanhar neste trabalho. Novamente fomos primeiro no BB, não encontrando ninguém lá. Ocorreu da mesma forma quando nos deslocamos para a 'Praça dos Bichos'. Chegando a Yamaha, só avistamos um homem. Descemos e fomos entregar os alimentos e conversar como de costume. Era um rapaz bem novo, com 22 anos, natural de Reserva e indígena. Disse que vive nas ruas desde os 15 anos e que tinha chegando a Ponta Grossa-PR naquela semana. Falou que ganha dinheiro vendendo artesanatos que produz e, que vive sempre viajando de cidade em cidade. Relatou que está nas ruas por conflitos familiares. Tem um relacionamento estável com a mãe, mas não consegue mais morar junto com ela. A história desse rapaz relaciona-se com as pesquisas de Monteiro (2011) e Vasconcelos Filho e Nascimento (2013) quando estas estabelecem relações com as populações que transformam as ruas em casas e as migrações campo → cidade ou cidade pequena → cidade média/grande. Dialoga também com Queiroz (2012) quando esta evidencia que a cidade pesquisada é uma cidade de

⁵² Pessoa que vende artesanato ou apresenta alguma arte circense nas ruas e vive 'no trecho', viajando, dormindo nas ruas.

passagem propiciando a constituição de 'lugares de permanência' (ROBAINA, 2015) para as pessoas que por aqui (ou lá) passam e acreditam encontrar boas oportunidades na cidade.

Fomos então para o Banco do Brasil e encontramos as quatro pessoas novamente. Conversamos sobre os trabalhos que fizeram durante a semana e sobre as relações familiares que os incomodam. Eles solicitaram para que eu comesse a ir nas quintas-feiras pois era um dia em que eles normalmente não conseguiam alimento. Saímos de lá e passamos em mais algumas praças e espaços que poderiam ter pessoas pernoitando, mas sem encontrar ninguém.

Um pouco antes de voltar para o carro na última parada que fizemos, um rapaz de 20 anos, natural de Curitiba, que estava no sinaleiro vendendo balas me chamou e disse: “Cê até aparece o cara que foi dá pão pra nós uma vez na Concha Acústica” (trecho retirado do Diário de Campo 4). Convidei-o para me acompanhar até no carro que eu ainda tinha pães e refrigerante. Esse rapaz vive nas ruas desde os 13 anos e essa era a primeira vez que ele veio para Ponta Grossa-PR. Disse que não estavam mais conseguindo dormir na Concha Acústica, pois a Guarda Municipal havia expulsado eles de lá, provavelmente pelo uso de *crack* ou álcool no local, e agora eles encontraram uma casa abandonada próxima ao Parque Ambiental e estavam dormindo em cinco pessoas lá. Essa noite foi a primeira em que encontrei jovens vivendo sozinhos nas ruas relacionando-se com as pesquisas de Chimin Junior (2009), Rossi (2010), Gomes (2013) e Rocha (2013), onde os jovens que cometeram atos infracionais apresentam uma grande vivência nas ruas e nas espacialidades das drogas.

A quinta noite de campo foi realizada no dia 09 de fevereiro de 2017, tendo a ajuda nesta noite de minha companheira. O primeiro lugar que passamos foi no BB, pois achei que com uma mulher junto a menina que dormia ali poderia ficar mais à vontade para contar o porquê de estar nas ruas. Felizmente a menina não estava mais nas ruas, pois voltou a morar com a avó. Também, só havia dois dos três homens que costumam dormir lá. O mais novo e o pai da menina. Eles comentaram que o outro homem não estava lá, pois eles haviam discutido com o homem mais novo. As espacialidades de pernoite das pessoas que transformam as ruas estão sujeitas a conflitos internos e externos. Durante o trabalho de campo encontramos mais problemas relacionados a conflitos internos desses locais, o que faz algumas pessoas deixarem de usar aquele local para pernoite.

Outro fato importante que ocorreu nessa noite é que o pai da menina disse que tinha arrancado a tornoeleira eletrônica de sua condicional e estava só esperando os 'home' levar ele para a prisão novamente. Segundo ele, ficou uma semana sem carregar a tornoeleira por brigar com a família e não ter onde carregar, decidindo por tirar a tornoeleira de vez. Conversamos um pouco sobre trabalho e família e continuamos o campo.

O segundo ponto de parada foi a marquise da Yamaha. Só encontramos um senhor com uma idade aproximada de 55 anos. Ele é natural de Ponta Grossa-PR e já estava a dois anos na rua. Foi para a rua através de uma separação com a ex-companheira, em decorrência do alcoolismo dele. Como não tinha mais onde ficar, ele foi para as ruas. Ele disse que tira seu sustento através da venda de material reciclável que encontra pelas ruas. Ele ficou bem agradecido dos pães e refrigerante.

Saindo de lá fomos para a 'Praça dos Bichos'. Não havia ninguém exatamente na praça, mas tinha um homem em uma rua próxima que nitidamente estava na rua, todo sujo, com só um pé de chinelo, roupa toda rasgada. Paramos e fomos dialogar com ele. Logo que comecei a me apresentar percebi que ele tinha alguma doença mental. Estava bem confuso e desorientado. Entregamos alguns pães e um refrigerante para ele, que ficou bem contente, e continuamos o nosso trabalho de campo. Evidenciando o que a coordenadora do CREAS Pop havia dito sobre existirem pessoas que tem algum tipo de doença mental e não tem família ou os familiares não acolhem e que vivem nas ruas. Como também afirma Ferreira (2006), quando classifica os motivos que levam as pessoas a transformarem as ruas em casa.

Passamos pela Avenida Vicente Machado, uma das principais ruas da cidade, e avistamos três pessoas dispersas nos dois lados da rua. Um homem, visivelmente bêbado vasculhando os lixos atrás de latinhas de alumínio (não conversamos com ele), um menino de 19 anos que cuidava de carro de um lado da rua e um homem com 45 anos cuidando de carro do outro lado da rua. Conversamos com os dois. O homem disse que já morou na rua, mas agora está numa pensão e conseguiu se livrar do vício em *crack*, sendo 'apenas' usuário de álcool. Falou que conhece bastante gente que mora ou já morou na rua.

Na verdade o menino eu já conhecia de quando fazia trabalho voluntário em uma comunidade terapêutica cristã que acolhe meninos que usam drogas e/ou cometeram

atos infracionais. Ele lembrou de mim. Comentou que foi expulso da comunidade porque xingou um educador social da instituição. Logo após isso completou 18 anos e ficou morando em terrenos baldios e na rua. Disse que vive 'pras ruas' desde os seus 15 anos. Já foi internado no Centro de Socioeducação (Cense) de Ponta Grossa-PR e depois que saiu foi para a comunidade terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, onde ficou seis meses antes de ser expulso.

Esse menino ainda comentou que tem muita dificuldade de conviver com a família (mãe, irmã e irmão), disse que não consegue conviver com o irmão que mora junto com a mãe e que morou um tempo com a irmã, mas que também não deu certo. Ele também afirmou ser usuário de *crack* há alguns anos, o que dificulta a convivência familiar. Eu o reencontrei muitas vezes depois que parei de realizar os trabalhos de campo à noite. Tive oportunidade de conversar bastante com ele outras vezes. Evidenciando, novamente, as relações entre os jovens que cometeram atos inflacionais (CHIMIN JUNIOR, 2009; ROSSI, 2010; GOMES, 2013) e que vivenciam espacialidades de drogadição (ROCHA, 2013) e a população que transforma a rua em casa.

O próximo dia, 16 de fevereiro de 2017, foi o dia que fiz minha primeira entrevista, que foi com o pai da menina do BB. Quem me acompanhou a noite no campo foi uma estudante da graduação em Licenciatura em Geografia que pensava em trabalhar com mulheres em situação de rua. O centro da cidade estava bem movimentado essa noite. Eu e esta graduanda nos encontramos próximo do BB e fomos entregar os alimentos e conversar com eles, encontrando os três homens lá. Conversamos sobre os mais diversos tipos de trabalhos e serviços que eles já fizeram, sobre alguns *hobbys* que eles tinham, sobre as moradias que eles já tiveram. O rapaz mais novo e o pai da menina falaram sobre as moradias que já tiveram e abriram mão por sentirem-se muito solitários, voltando para as ruas e para o mesmo convívio de pessoas que já tinham. O outro homem relatou que nunca havia tido uma moradia própria ou alugada, e que as vezes que havia saído da rua foi para ficar algum tempo na casa de familiares.

Após sairmos do BB nos dirigimos à Yamaha, mas não encontramos ninguém lá. A mesma situação ocorreu na 'Praça dos Bichos'. Quando saíamos da praça vimos um senhor sentado em frente a porta de ferro de uma loja. Paramos e entregamos alguns pães e refrigerante para ele que aparentava estar alcoolizado e desorientado, "confundido

a realidade, como a graduanda falou, confundindo a realidade com a loucura da cabeça dele” (trecho do Diário de Campo 6).

No dia 23 de fevereiro de 2017, um dia chuvoso, fui ao campo sozinho pela primeira vez, o que o tornou interessante e desafiador. Primeiro lugar que passei, como de costume foi o Banco do Brasil, onde só estavam o pai da menina e o homem mais novo. O outro homem e o rapaz tinham brigado novamente. Eles contaram que pouco antes de eu chegar ali, apareceram algumas pessoas querendo fumar *crack* e o rapaz ficou mais bravo ainda, pois ele não admitia que usassem algum um tipo de droga (além do tabaco) ali naquele espaço de pernoite. Ainda que o pai da menina seja usuário de *crack*, eles tinham uma boa relação, pois quando o pai de família usava (o que acontecia com pouca frequência) não o fazia ali e nem próximo para não 'queimar o filme' da espacialidade que nutrem enquanto casa, lar ou 'quarto de dormir'. A espacialidade de pernoite do Banco do Brasil tem como característica esse forte vínculo dos homens que ali estão e aquele espaço. A multiplicidade de situações e encontros de 'estórias-até-agora' (MASSEY, 2008) que ocorrem nas ruas faz com que este vínculo espacial se fortaleça.

Logo que começamos a conversar chegou outro homem, com idade próxima dos 30 anos. Disse que já fazia mais de um ano que estava vivendo nas ruas e que é era natural de Ponta Grossa-PR. Ele também é usuário de *crack* e teve vários desentendimentos familiares e 'achou melhor' ir morar nas ruas. Comentou que estava 'internado' num 'mocó' usando a droga e que estava dormindo essa semana ali no Bando do Brasil para 'dar um tempo' e tentar se reerguer um pouco.

O homem que havia conhecido naquela noite me explicou o porquê da espacialidade da Yamaha estar se esvaziando. O rapaz que encontramos na terceira noite de campo, que estava sozinho na Yamaha, também era usuário de *crack* e era próximo do homem que chegou no Banco do Brasil naquela noite. O rapaz da Yamaha tinha um comportamento difícil para relacionamentos, por ser usuário de drogas e/ou ficar abstinente delas. Esse aspecto afastou os outros 'moradores' da Yamaha, que preferiram escolher outros lugares para dormir, do que continuar convivendo com o rapaz usuário. O homem recém-chegado ao BB comentou ainda que algumas pessoas começaram a fumar *crack* na marquise da Yamaha, inviabilizando que os outros homens que estavam pernoitando lá continuassem a transformar aquela marquise em seus quartos. Articulando espaço público e espaço privado (PRZYBYSZ, 2011), mesclando-os ao buscarem pela

'limpeza' da espacialidade que utilizam para pernoite, como é realizado em espaços privados domiciliares.

Passei em frente à Yamaha e não havia ninguém lá, apenas algumas coisas amontoadas no canto, mas nenhuma pessoa. Segui para a Concha Acústica do Parque Ambiental e havia uma pessoa dormindo. Não consegui acordá-la. Continuei andando em algumas praças e ruas que eu normalmente encontrava pessoas, mas sem sucesso. Quando estava no caminho para a minha casa, vi uma senhora cheia de sacolas e um cobertor falando sozinha em frente ao terminal do ônibus no centro da cidade. Parei o carro e fui conversar com ela. Entreguei alguns pães que tinha no carro e um refrigerante e tentei iniciar alguma conversa, mas não conseguia entender nada do que ela falava. Talvez ela tivesse alguma doença mental. Ela cheirava álcool e estava fumando um cigarro. Tinha os dedos queimados e escurecidos e quase nenhum dente na boa, sinais que me fizeram pensar que ela fosse usuária de *crack*.

Como não consegui estabelecer um diálogo, perguntei se ela sabia onde haviam pessoas dormindo. Ela me apontou para a Estação Arte, do outro lado da rua. Consegui ver um corpo deitado bem ao centro da Estação e outro quase no final da plataforma:

Os dois cara estavam dormindo já. Daí passei pelo primeiro e olhei para trás, vi que ele abriu o olho para me olha, beleza. Fui para frente lá. O outro senhorzinho, vende balão e algodão doce, assim, de criança, tava dormindo profundo. Dava pra ouvi-lo roncar. Daí achei melhor não acordar. Mas, na volta eu vi que o cara que eu tinha passado me olhou de novo, eu cumprimentei ele com um bom noite (trecho retirado do Diário de Campo 7)

Esse homem, com a idade já próxima dos 40 anos, cheirava álcool e estava um pouco confuso pela embriaguez. Falou que era nascido em natural de Ponta Grossa-PR, disse que era de Mallet, mas morava em Ponta Grossa-PR há alguns meses. Veio para a cidade para trabalhar na construção civil e 'estava perdido' na cachaça. Disse que enquanto trabalhava na construção, dormia na própria obra e tomava 3 litros de pinga por dia. Então, o patrão achou melhor mandá-lo embora. Fazia uma semana que ele estava 'na rua'. Outro fator que observamos durante o trabalho de campo é que existem muitas pessoas que estão vivendo nas ruas e que vieram de outras cidades pequenas próximas para trabalhar em Ponta Grossa-PR e, infelizmente, não conseguiram progredir e se fixar em nenhum trabalho, vindo a sobreviver nas ruas. Fato parecido com o que evidenciaram Monteiro (2011) e Vasconcelos Filho e Nascimento em suas pesquisas com os moradores de rua na cidade de Fortaleza-CE e Natal-RN.

A noite do dia 02 de março de 2017 foi o campo mais curto de todos nessa noite fui sozinho novamente. Havia chovido muito naquele dia. Como de costume, fui primeiro ao Banco do Brasil e só estavam o rapaz e o homem que haviam brigado na semana anterior. O pai da menina não estava. Conversamos sobre as diversas vivências em trabalhos que eles já tiveram, sobre os diversos tipos de cargas que já descarregaram e sobre os lugares que já foram. O homem disse que estava entregando panfleto para ganhar dinheiro, mas que rendia muito pouco e que fora trocado por uma 'mocinha bonita', como ele disse, evidenciando a fragilidade das relações com o trabalho que essa população tem.

Saindo de lá passei na Yamaha e não havia mais absolutamente nada, nem os papelões e sacolas que 'demarcavam' o local de pernoite. Fui a 'Praça dos Bichos' e em uma das ruas próximas encontrei um homem que ou estava muito alterado pelas drogas ou tem alguma doença mental. Ele xigava e esmurrava o ar no meio do rua. Seus trajes estavam bem batidos e rasgados. Não tive coragem de abordá-lo sozinho. Na Concha Acústica do Parque Ambiental havia três pessoas dormindo, falei boa noite, mas ninguém se mexeu. Achei melhor não insistir.

A noite de 09 de março de 2017 foi o último trabalho de campo no espaço urbano de Ponta Grossa-PR. Nesta noite realizei a abordagem apenas no Banco do Brasil. Chegando lá só estavam os mesmos da última semana, o rapaz e o homem. O pai da menina havia voltado para o 'xis'⁵³ dois dias antes, por tirar a tornozeleira semanas antes de acabar a condicional. Conversei um pouco com os outros homens e partir para a Concha Acústica, com a intenção de encontrar alguém lá. Estava acontecendo um evento promovido pela prefeitura da cidade, a Concha Acústica estava sendo utilizada para guardar as armações das tendas que iam ser utilizadas no evento. Fui para a Rodoviária, 'Praça dos Bichos', Yamaha, em outras praças da cidade e não encontrei ninguém.

Já tinha decidido terminar o campo por ali, já estava cansado de procurar pessoas e não obter mais informações. Havia lembrado que quando entrevistei a assistente social do Ministério Melhor Viver ela afirmou que ficariam felizes em me acolher como voluntário para conhecer melhor o trabalho deles e as pessoas que eles atendem. Então, quando estava voltando para casa, lembrei-me que a graduanda de Geografia que havia me ajudado em um dos trabalhos de campo tinha me falado alguns dias antes que viu um acampamento com alguns homens e uma mulher com um carrinho de recolher material

⁵³ Gíria para prisão. Ir para o xis é ser preso

reciclável em um lava-car que fica próximo a minha antiga casa. Inclusive, esse lava-car fica atrás do bar do Bigode, que encontramos na terceira noite de campo.

Decidi passar lá. Ainda tinha alguns pães e um litro de refrigerante. Lá estavam três homens atrás de uma 'gaiota'. Fiquei um pouco apreensivo de parar ali, mas, dei a volta na quadra e parei. Desci, me apresentei e perguntei se eles estavam com fome e que eu tinha alguns pães e um refrigerante para oferecer. Eles aceitaram. Peguei os pães e fui conversar um pouco com eles. Eles estavam bebendo um litro de pinga. Um senhorzinho, com a barba e o cabelo todo branco que estava muito embriagado, mal conseguia falar. Um homem mais jovem, com aproximadamente 30 anos, natural de Cambé e que estava há uns seis meses na rua. E, o dono da 'gaiota', um homem de 52 anos, disse que morava nas ruas desde criança e que é de Assis no interior de São Paulo-SP.

O mais jovem deles estava muito faminto, comeu pelo menos quatro pães. O senhorzinho comeu um 'aos trancos e barrancos' logo que cheguei e o dono da 'gaiota' segurou um para ele antes de eu sair. O mais jovem queria comer todos os pães. Comecei a conversar com eles, saber um pouco sobre as suas vidas. Logo que começamos a conversar, o Bigode, dono do bar, chegou ali onde estávamos com um pedaço de bambu e disse o seguinte: “[Dono da 'gaiota'], o Paulão [um cliente do boteco] disse que dá pra quebrar na cabeça” (trecho retirado do Diário de Campo 9). Eu fiquei quieto e o dono da 'gaiota' também.

Um dos homens começou a falar sobre outro assunto. O Bigode ficou por ali, encontrou uma cadeira de bar que estava sem um das pernas e começou a olhar e testar a resistência dela. Nesse momento, eu me levantei e comecei a explicar o que eu estava fazendo ali e o porquê que eu queria conversar com eles. Eu estava bem nervoso, meu corpo tremia e minha voz falhava. “O [Bigode] 'armou' a cadeira nas costas, estufou o peito e falou: 'O que que você quer fazer aqui? O que que você quer conversar?'" (trecho retirado do Diário de Campo 9). Comecei a explicar tudo novamente. Ele me respondeu que essas pessoas não têm jeito, não têm nada de bom para me falar. Expliquei mais uma vez que só queria conversar um pouco com eles. O Bigode disse que tudo bem, mas que queria que eu fosse ao bar conversar com ele quando estivesse saindo. Concordei e voltei a dialogar com os homens.

Não consegui me concentrar mais na conversa. Fiquei mais uns 10 minutos dialogando e fui ao bar para encontrar com o Bigode. O bar estava vazio, aliás, a cidade

estava bem vazia naquela noite. Estavam apenas o Paulão, que nem estava mais bebendo de tão bêbado que já estava, e mais um homem que tomava uma lata de cerveja. Entrei no estabelecimento e fui conversar com o Bigode. Agradei por conseguir falar com os homens que estavam dormindo ali atrás e disse que gostaria de voltar conversar com eles outras vezes. Ele me respondeu que achava melhor eu não voltar. Questionei o porquê e ele desconversou. Contou uma história dizendo que o filho dele já foi internado várias vezes e no momento estava internado em uma clínica de reabilitação. Ouvi tudo o que ele queria falar e me despedi. Antes de conseguir sair do bar, o Bigode chamou o Paulão e falou que se eu queria conversar com essas pessoas que tinha que conversar com o Paulão. Tentei dialogar um pouco, mas a quantidade de álcool na corrente sanguínea dele não nos permitiu estabelecer um diálogo. O Bigode insistiu mais uma vez que essas pessoas são todas iguais e que não prestam pra nada. Aí ele falou uma frase que ficou gravada em minha mente: “É que nem criar canário no poleiro, você vai dando comida e sempre vai ter mais. Então, você dá o negócio [álcool ou droga] e eles vêm”.

Voltando para o carro, o homem mais jovem que estava dormindo ali se levantou e veio me abordar perguntando se eu não tinha algum trocado para a 'intera' dele. Eu, infelizmente, já tinha dado meus últimos trocados para um artista de semáforo que havia encontrado mais cedo. O homem jovem agradeceu dizendo não ter acreditado que alguém pudesse entregar comida para as pessoas que estão passando fome como ele estava. Mas, ficou insistindo para que eu desse algum dinheiro a ele, ou o levasse para fazer uma 'correria'. Respondi que não poderia, que tinha minha família em casa e que precisava voltar, pois já era tarde. Então ele teve abertura para começar a contar a sua relação com a família, esposa e filho, que deixou em Londrina-PR por conta dos seus vícios. Perguntei que droga que ele usava, ele disse que o que viesse ele mandava.

Depois de mais uns 15 minutos ouvindo o homem, consegui ir embora e finalizar meu campo. Fiquei muito apreensivo para continuar a realização dos campos nas ruas, sozinho como estava fazendo. E, infelizmente, não havia ninguém no momento que pudesse continuar me acompanhando. Por esses fatores decidi parar de fazer aquelas intervenções nas ruas durante a noite.

Relembrei-me que a assistente social do Ministério Melhor Viver havia falado que as portas do Ministério estavam abertas para mim se quisesse fazer trabalho voluntário lá.

Então, após conversar mais uma vez com a administração do Ministério comecei no dia 16 de março de 2017 a realizar um trabalho voluntário nessa especialidade de auxílio muito presente na vida da população que transforma as ruas em casa na cidade de Ponta Grossa-PR. Participava do café da manhã e ficava até após o almoço no Centro de Convivência do Ministério, onde há um grande fluxo de pessoas atendidas, muitas não estão nas ruas, mas, a maioria vive nas ruas.

Logo no primeiro dia encontrei algumas pessoas que eu tinha visto nas ruas, mas não consegui conversar com elas. A rotina do trabalho no Ministério era bem 'corrida'. Logo que chegava ouvia a 'Palavra'⁵⁴ e servia o café da manhã para uma média de 50 pessoas, sempre junto aos internos do Abrigo Institucional. Depois arrumava as mesas e já as deixava preparadas para o almoço. Então, ajudava a descascar alimentos para o almoço ou organizar notas fiscais que a instituição recolhia em estabelecimentos comerciais, para depois lançar estas notas no CNPJ da instituição, para que esta recebesse uma quantia do imposto dos produtos⁵⁵.

Quando chegava próximo do horário do meio dia, todos os internos da casa e eu nos organizávamos para servir o almoço para as pessoas que ali estavam. Eram aproximadamente 120 pessoas que almoçavam todos os dias no Centro de Convivência do Ministério, sem contar os homens que estão no Abrigo Institucional, na República de Apoio, os funcionários e colaboradores do Ministério. Algumas das pessoas que usavam o serviço não viviam nas ruas, mas eram pessoas pobres ou estavam trabalhando perto, e por conhecerem o trabalho do Ministério, optam por almoçar ali. No entanto, o foco ainda era a população que vive nas ruas.

No dia 21 de março de 2017 fiz um outro trabalho voluntário no Ministério com o projeto de Abordagem Social, junto a uma assistente social da instituição, um rapaz colaborador e o motorista. Esse projeto consistia em abordar as pessoas em situação de rua nas vias públicas, praças e outros espaços em que conseguimos identificá-las. Oferecíamos chá, pão e também os outros serviços do Ministério, como refazer

⁵⁴ A Palavra consiste em ler um trecho da bíblia cristã e comentar sobre algum princípio, ou valor cristão que muitas das vezes está perdido ou esquecido pela população que utiliza-se dos serviços do Ministério Melhor Viver.

⁵⁵ O Estado do Paraná lançou o programa Nota Paraná, com o objetivo de incentivar os consumidores a exigirem a entrega do documento fiscal nos estabelecimentos comerciais. O Estado devolverá 30% do ICMS efetivamente recolhido pelo estabelecimento aos consumidores. Ao colocar o CPF na nota fiscal a pessoa recebe direto em sua conta bancária o valor do imposto. No entanto, as pessoas podem escolher não colocar o CPF na nota e doar essa nota para instituições que oferecem algum trabalho social, como ocorre com o Ministério Melhor Viver. Para entender melhor como funciona o programa, acesse <<http://www.notaparana.pr.gov.br/>>.

documentação, alimentação na instituição, roupas, higiene pessoal e diálogos com assistentes sociais e psicólogas. Nessa manhã, abordamos 21 pessoas que estavam nas ruas, praças, becos e vielas da cidade.

No dia seguinte fui novamente para o Centro de Convivência e conheci outros internos do Abrigo Institucional. Quase todos que conheci enquanto fiz o trabalho voluntário lá eram usuários de álcool e/ou *crack*. No entanto, nesse dia pude dialogar e conhecer um rapaz que não usava essas drogas e estava lá pois ficou desempregado, não conseguindo mais sustentar o aluguel da casa. Viajou para outra cidade para tentar algum emprego mas sem sucesso voltou para Ponta Grossa-PR estando há dois meses no Ministério. Tive oportunidade de conhecer alguns dos internos mais antigos da Casa. Eles têm o discurso religioso cristão bem mais enraizado nas suas palavras dos que estão a menos tempo na casa.

Os outros dias de campo foram muito semelhantes. Eu estava sempre ajudando algum interno e dialogando sobre a vida nas ruas e nas drogas, suas relações com os trabalhos sendo adictos ou não e as relações conflitantes dentro dos espaços familiares. Os momentos em que ficava ajudando a descascar os alimentos ou organizando as notas fiscais eram os momentos em que consegui conhecer melhor as pessoas e elas me conhecerem. Nossos diálogos aconteciam em torno das mesmas temáticas que as conversas nas ruas: trabalho, relacionamentos familiares e amorosos, religião cristã, drogas e criminalidade.

Outra temática comum que aparecia depois de falar sobre suas experiências na rua e nas drogas era sobre o quanto deviam ser fortes e 'se agarrar' com deus para conseguir ficar longe das drogas e não recair depois (ou durante) o tempo dentro do Ministério. As relações com a religião e os espaços religiosos estavam muito relacionadas à abstinência e ao ficar longe da criminalidade e da antiga vida que tinham.

As Abordagens Sociais, em que saí com a equipe de abordagem do Ministério foram também sempre muito parecidas. Encontrávamos entre 20 e 30 pessoas nas abordagens. Sempre íamos a lugares específicos em que a assistente social já sabia que havia aglomeração de pessoas. Fomos em alguns bairros da cidade em que ficam grupos de alcoólatras reunidos consumindo sua droga. Já conhecia algumas dessas espacialidades de um estágio que realizei na PMPG. Mas, a relação que as pessoas têm com o

Ministério é outra. Mesmo que eles não queiram ser atendidos por algum dos projetos, sempre foram muito educados e cooperativos.

Esse contato quase que diário com os homens internos no Abrigo Institucional me permitiu desenvolver intimidades com os momentos das entrevistas e, também me permitiu conhecer mais suas histórias de vida e dificuldades. No total realizei oito entrevistas, duas com os homens do BB e outras seis com os homens do Ministério, que estavam abrigados naquele momento. Essas entrevistas renderam 4 horas e 55 minutos de áudio que foram transcritos e depois sistematizados por meio de banco de dados no software LibreOffice Base. Os dados das entrevistas foram analisados através da metodologia de análise do conteúdo do discurso de Bardin (1977) e serão discutidos na próxima seção desse capítulo.

3.2 Espacialidades Discursivas e Categorias Discursivas na Vivência Cotidiana de Homens que Transformam a Rua em Casa

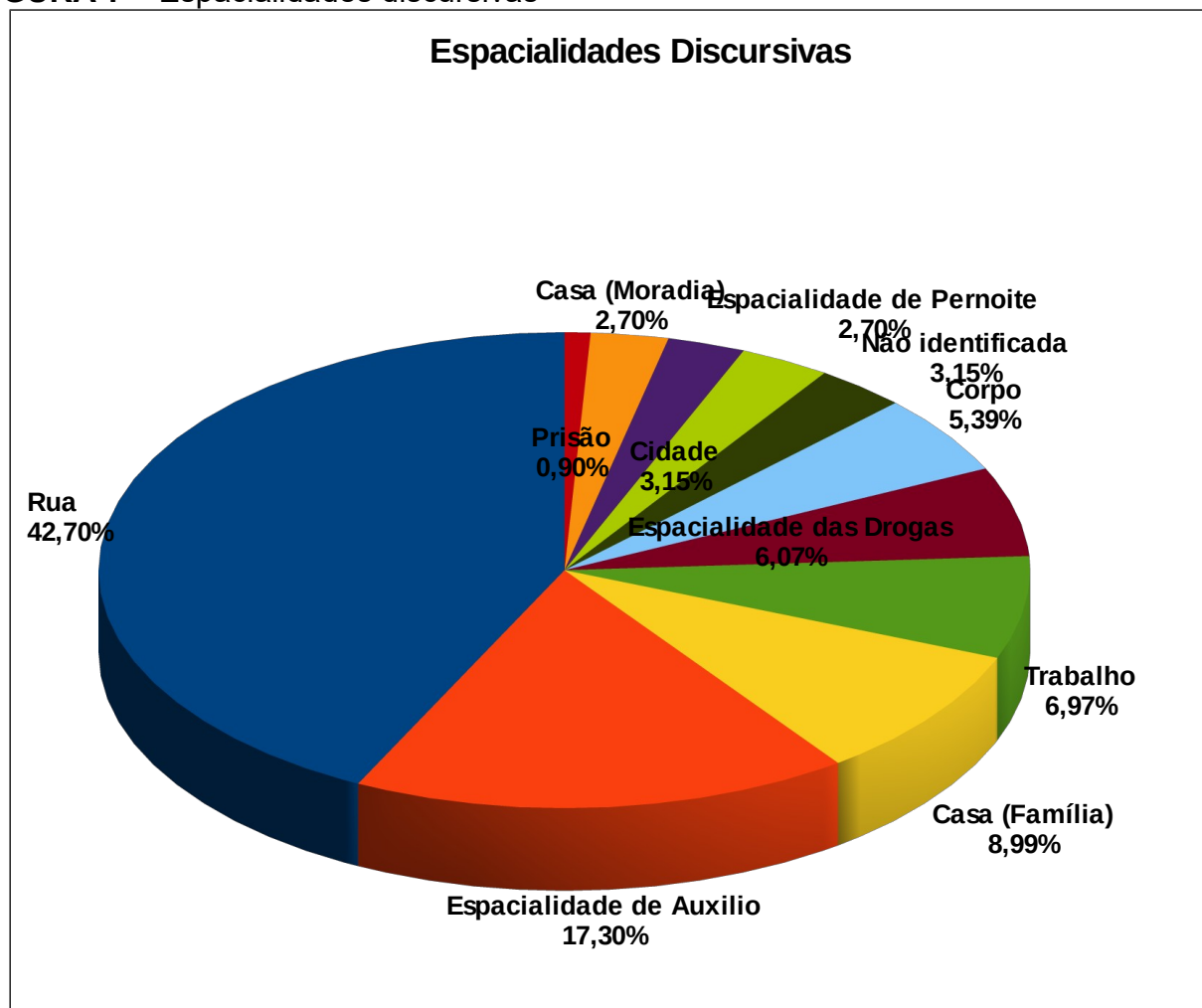
Nesse momento da dissertação apresentaremos os resultados das entrevistas sistematizadas e organizadas em agrupamentos para melhor disposição no texto. As entrevistas foram transcritas e sistematizadas através da proposta de análise do conteúdo do discurso de Bardin (1977). Após a transcrição organizamos um banco de dados no software LibreOffice Base (Apêndice II) que alimentamos com os dados das entrevistas.

O banco de dados teve como entrada de dados os seguintes elementos: Nome, Espacialidade Discursiva, Categoria Discursiva, Elemento (uma frase que resume a fala), De Quem o Entrevistado Fala, Fase da Vida (em que o entrevistado fala) e Evocação. Essa última é o trecho de fala do entrevistado com início e fim sobre um assunto, tema, história ou pensamento. Essas evocações foram recortadas das entrevistas. O volume total de entrevistas foi analisado e dividido em evocações com sentido e significado dentro do contexto. Tivemos um total de 446 evocações.

As espacialidades discursivas são basicamente a espacialidade a qual a evocação se refere ou se apresenta, o espaço em que a história ou fato narrado aconteceu. Foi possível obter 11 Espacialidades Discursivas (Figura Y), a saber: 'Rua' (42,7%), 'Espacialidades de Auxílio' (17,3%), 'Casa-Família' (9%), 'Trabalho' (7%), 'Espacialidades das Drogas' (6,1%), 'Corpo' (5,4%), 'Não identificadas' (3,1%), 'Cidade' (3,1%), 'Espacialidades de Pernoite' (2,7%), 'Casa-Moradia' (2,7%) e 'Prisão' (0,9%). As espacialidades 'Prisão' e 'Não identificadas' não foram analisadas. Duas dessas

especialidades, 'Especialidades de Auxílio' e 'Especialidades de Pernoite' tiveram subdivisões.

FIGURA Y – Especialidades discursivas



Fonte: o autor.

As Categorias Discursivas representam as temáticas ou assuntos que as Evocações se referem. Conseguimos identificar 47 categorias diferentes. As que tiveram maior frequência foram: 'Ajuda' (13,7%), 'Trabalho' (7%), 'Parar de usar droga' (5,2%), 'Relação Familiar' (5,2%), 'Usar Droga' (5,2%), 'Amizade' (4,5%), 'Alimentação' (4,3%), 'Cotidiano'

(4,3%), 'Religiosidade' (3,6%) e mais 38 outras categorias discursivas⁵⁶. Todas as categorias foram analisadas nas respectivas espacialidades que aparecem.

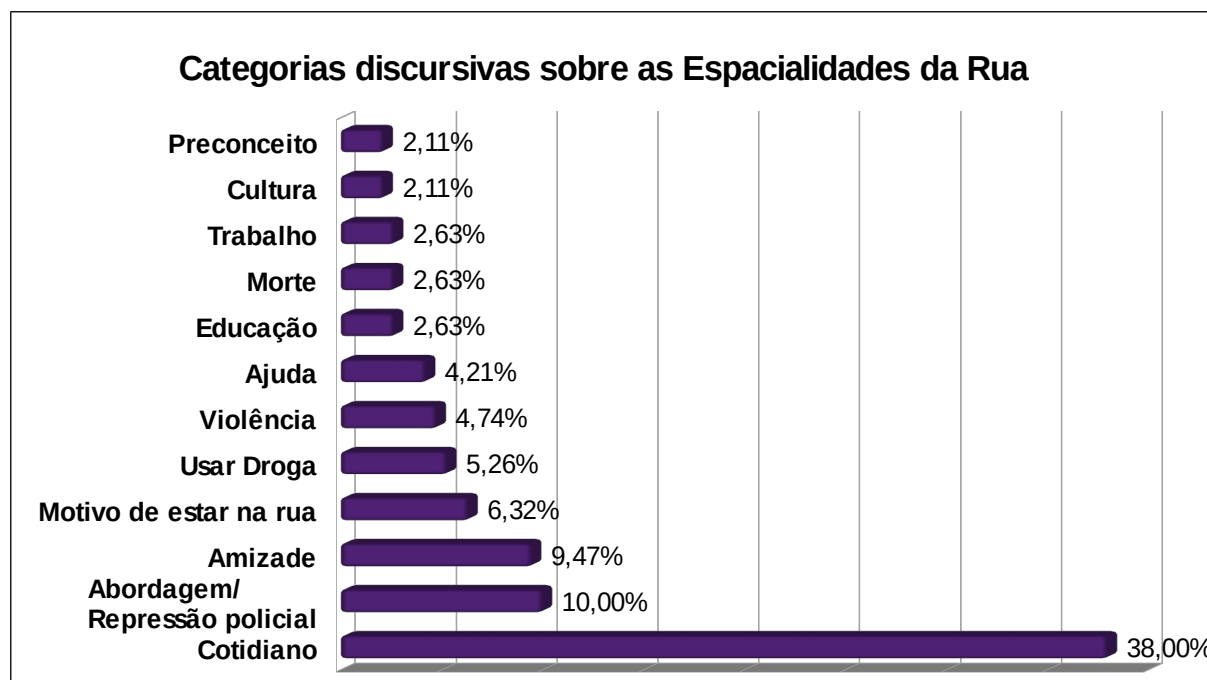
Nas subseções a seguir abordaremos mais especificamente os agrupamentos de espacialidades que a população que transforma as ruas em casa na cidade de Ponta Grossa-PR vivencia ao longo de suas trajetórias de vida pelas vilas, 'quebradas', 'vuelas', 'biqueiras', 'mocos', igrejas, construções, praças, jardins, entre tantas outras espacialidades que essa população participa durante as suas existências.

3.2.1 A Rua, a Casa e o Corpo

A Rua, a Casa e o Outro Mundo são, segundo DaMatta (1997), espacialidades fundamentais para entender a cultura e, principalmente, a sociedade brasileira. A Rua é o espaço da liberdade, do público, espaço masculino, político. Essa espacialidade é a que mais apareceu nas falas dos entrevistados com 42,7% do total de espacialidades, contabilizando 190 evocações.

Nessas evocações evidenciamos 29 categorias discursivas nas 'Espacialidades da Rua' (Figura W). Optamos por dar visibilidade apenas as que apareceram mais do que 2% do total de evocações, sendo elas: 'Cotidiano' (38,5%), 'Abordagem/Repressão policial' (11,8%), 'Amizade' (11,2%), 'Motivo de estar na rua' (7,5%), 'Usar Droga' (6,2%), 'Violência' (5,6%), 'Ajuda' (5%), 'Educação' (3,1%), 'Morte' (3,1%), 'Trabalho' (3,1%), 'Cultura' (2,5%), 'Preconceito' (2,5%).

⁵⁶ 'Motivo de estar na rua', 'Vida na rua', 'Violência', 'Abordagem policial', 'Conflito familiar', 'Dormir', 'Educação', 'Repressão Policial', 'Morte', 'Crítica', 'Exclusão', 'Preconceito', 'Criminalidade', 'Facilidade da rua', 'Negociação', 'Vulnerabilidade', 'Conforto', 'Comprar', 'Distanciamento familiar', 'Relação sociedade', 'Viajar', 'Cultura', 'Sofrimento', 'Beber', 'Reinserção social', 'Solidão', 'Tráfico de drogas', 'Abstinência', 'Aprendizagem', 'Consequência', 'Estudo', 'Indiferença', 'Recaída', 'Segurança', 'Acolhimento', 'Conflito com a mãe', 'Informação' e 'Reconhecimento de inocências'.

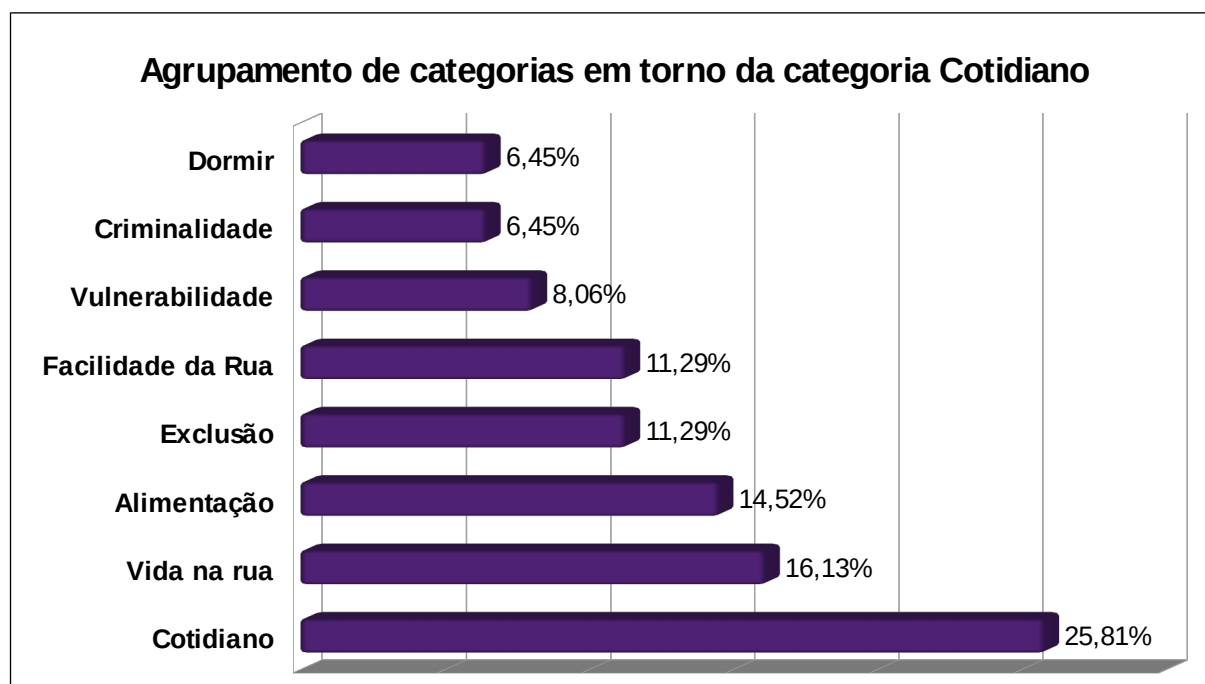
FIGURA W – CATEGORIAS DISCURSIVAS SOBRE AS ESPACIALIDADES DA RUA

Fonte: o autor.

Tendo em vista que as 'Espaciadlidades da Rua' tiveram 36 categorias optamos por agrupar a categoria 'Cotidiano' (Figura Z) para facilitar a visualização e por entendermos que houveram outras categorias que representavam evocações relacionadas ao cotidiano da vivencia dessas pessoas. Além das falas em que o assunto era o próprio 'Cotidiano' (25,8% do total de evocações do agrupamento), houveram falas enfatizando a 'Vida na Rua' (16,1%), 'Alimentação' (14,5%), 'Exclusão' (11,3%), 'Facilidades da Rua' (11,3%), 'Vulnerabilidade' (8,1%), 'Criminalidade' (6,5%) e 'Dormir' (6,5%).

Quando questionado acerca de como se dá a organização da vida diária, Aruanã respondeu:

Cara não tem organização, cara. O negócio é você levanta, você levanta e já vai atrás de um alimento. De repente você já tá com uma cachaça na mão. De repente você já vai e já almoça, quando almoça ainda, porque que nem eu falei, você tá bebendo você esquece de comer, esquece de tudo. Então, não tem organização cara. Tipo, não tem horário pra comer, não tem horário pra dormir, não tem horário pra tomar banho. Então não tem organização. (Entrevista realizada com Aruanã no Ministério Melhor Viver dia 05/04/2017)

FIGURA Z – Agrupamento de categorias em torno da categoria Cotidiano

Fonte: o autor.

Esta ausência de uma rotina, organização ou planejamento das atividades diárias culmina no ócio e no potencial para o uso de substâncias entorpecentes. Esse fator relaciona-se a outras categorias que apareceram com certa frequência nas 'Espacialidades da Rua', como a 'Abordagem/Repressão Policial', 'Violência', 'Morte', 'Usar Droga'. Assim, a vida cotidiana que esses homens levam contribui para que eles estejam vulneráveis a violência e a morte, como ocorre com os adolescentes da pesquisa de Gomes (2013).

A relação com as autoridades de segurança da cidade, seja a Guarda Municipal ou a Polícia Militar é uma temática frequente entre as pessoas que transformam a rua em casa. Por terem seus corpos marcados (LOURO, 2004) através da vestimenta maltrapilha, dos corpos sujos e da alteração propícia pelo uso de substâncias psicoativas, essas pessoas tornam-se mais vulneráveis a abordagens e repressão policial, como exemplificou Jaci:

a polícia passa uma vez, passa a segunda vez te vê de novo, passa uma terceira vez daí ela aborda você, vão dizer, ô, que que você tá fazendo aí? As vezes pensam que você tá traficando ou que você está sondando alguma coisa, entendeu? Daí você tem essa impressão. Daí o cara manda você sair dali. Mas daí, as vezes o cara não tem pra onde ir. O cara só muda de lugar, vai num outro lugar lá. Lá a polícia passa de novo, ô cara, que que você tá fazendo aí? Lá, de novo. Entendeu? Daí, infelizmente, eu sei que eles tão fazendo o serviço deles,

né. Mas o pobre coitado muitas vezes não tem pra onde ir, entendeu? E daí o cara tem que as vezes lá se esconder, se não ir lá num lugar bem longe lá, pra não ficar levando uma blitz. Claro, que daí tem, claro que tem muitos casos, né, que daí o cara tá sondando alguma coisa. As vezes o cara tá, né, traficando, tá escondendo alguma droga. (Entrevista realizada com Jaci, dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

Devido a constantes desentendimentos familiares e a crescente relação com a rua e as pessoas que nela reproduzem sua vivência cotidiana, Rudá afirma:

Acabei ficando aí na rua aí e até hoje eu acho que, mais ou menos, não é bem assim, né. Porque tem, tem várias coisas na rua aí que você passa aí as vez você olha assim e diz não, essa vida não é pra mim. Que nem tipo, cê apanha de polícia, dependendo das circunstancia, tem lugar que você não pode dormir, que os Guarda Municipal vão encher o saco, batem, daí querem se achar os maior, né, só porque tão dentro da farda, daí querem se aproveitar, né. (Entrevista realizada com Rudá, dia 16/02/2017 na Praça Barao do Rio Branco)

A vida nas ruas é marcada pela violência, tanto física quanto simbólica. A violência que as autoridades de segurança praticam é mais simbólica pois demarcam a hierarquização de pessoas, colocando as pessoas que transformam a rua em casa e/ou os usuários de drogas enquanto menos-humanos do que outras pessoas. No entanto, há também muita violência física entre civis, como evidenciado na fala de Aruanã:

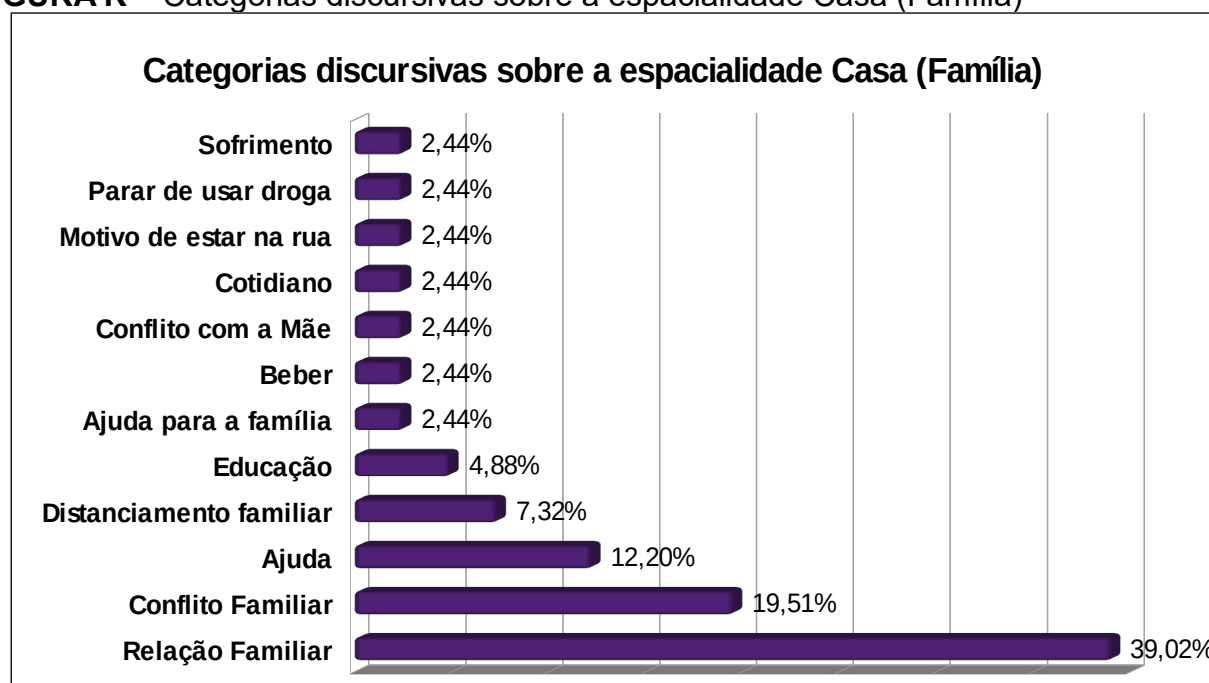
Violência é demais, cara, todo dia eu via violência. Isso aí é bastante mesmo, frequente. Com morador de rua contra morador de rua mesmo. Que nem eu falei, eles são bem unidos assim, só que depois da cachaça já não existe união, entendeu? Sempre um já brigava com o outro. Já vi um esfaquear o outro por causa de cuidar de carro. Aham. Ali perto do terminal ali, um cara esfaqueou o outro por causa de cuidar de carro. Tinha um outro, também que foi esfaqueado ali no Palladium por causa de carro, entendeu, por causa de território. Coisa de moedinha, as vezes de 50 centavo, de 1 real, de 10 centavo o cara perde a vida, né, bem complicado. (Entrevista realizada com Aruanã, dia 05/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

Fazendo um paralelo com a violência, existem também pessoas da sociedade domiciliada que se compadecem e se solidarizam com a situação das pessoas que estão transformando a rua em casa. Demonstrando que essa população é vista enquanto humana por uma parcela da sociedade que deseja, mesmo que minimamente, diminuir o seu sofrimento diário, como relata Aruanã:

Igual tem bastante pessoas de bom coração que passam e ajudam. Igual eu mesmo quando eu cuidava de carro, tinha cara que trazia um lanche, já conhecia a gente e trazia um lanche. Trazia refrigerante. Roupa mesmo. Que daí a gente vai pegando conhecimento com o pessoal ali, né. Pessoal vê que a gente não é maldoso, né, eles vão de uma forma ou outra tentando ajudar a gente, né. (Entrevista realizada com Aruanã, dia 05/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

A casa representando o espaço familiar, privado, espaço feminino (DAMATTA, 1997), aparece nas falas dos entrevistados como um espaço de conflito. Falta de acolhimento e, muitas vezes, como um dos fatores que levaram a pessoa para a rua. Entendemos que nos diálogos estabelecidos com a população que transforma a rua em casa e também nos momentos de entrevista existem dois tipos diferentes de referências de Casa. Uma primeira relacionada ao ambiente familiar (Figura K) de pais, mães, avós e avôs ou outros responsáveis pela tutela das pessoas a época em que eram mais jovens. E a outra representação da casa esta vinculada às outras casas que tornaram-se moradia para essas pessoas durante um certo período de suas vidas, sozinhos ou não.

FIGURA K – Categorias discursivas sobre a espacialidade Casa (Família)



Fonte: o autor.

A espacialidade 'Casa-Família' é marcada pelas 'Relações Familiares' (39%), 'Conflitos familiares' (17,1%), 'Ajuda' (12,2%), 'Distanciamento familiar' (7,3%), 'Educação' (4,9%), 'Ajuda para a Família' (2,4%), 'Beber' (2,4%), 'Conflito com a Mãe' (2,4%), 'Cotidiano' (2,4%), 'Motivo de estar na rua' (2,4%), 'Parar de usar droga' (2,4%) e 'Sofrimento' (2,4%). Considerando que os conflitos fazem parte de qualquer relacionamento, as relações familiares somam-se mais de 50% do total de evocações para essa espacialidade. No entanto, as relações familiares mesmo não sendo todas

claramente conflituosas apresentam-se nas falas com momentos de tensão e com sutis distanciamentos, como evidenciado na fala de Jaci:

Eu tinha um lugar pra mim morar. Essa foi uma parte que até hoje, assim, já fico até pensando... porque, cê veja bem, eu tinha um lugar pra mim morar, igual eu falei, eu morava num terreno lá que era da minha tia. Tudo bem. Mas daí, de repente precisou, precisou ela sair. Eu podia morar junto com ela no outro terreno que eles arrumaram, né, mas devido a eu ser muito rebelde, da minha parte, eu queria um lugar só pra mim. Porque eu tava... eu tava usando droga, né, tava usando demais, né, e eles também não iam querer ficar morando com uma pessoa que, né, no mesmo terreno que usasse droga. Uma o fato até pelo medo, né. Pelo preconceito, pelo medo, entendeu? Né. E outra, que eles não queriam me ver eu naquela situação, né. E daí, de repente eu abandonei tudo. Eles me ofereceram um lugar pra eu morar, eu não quis. E daí eu fui morar numa favela, entendeu? E daí essa foi a parte mais, que eu fiquei assim... que daí eu, é... (Entrevista realizada com Jaci, dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

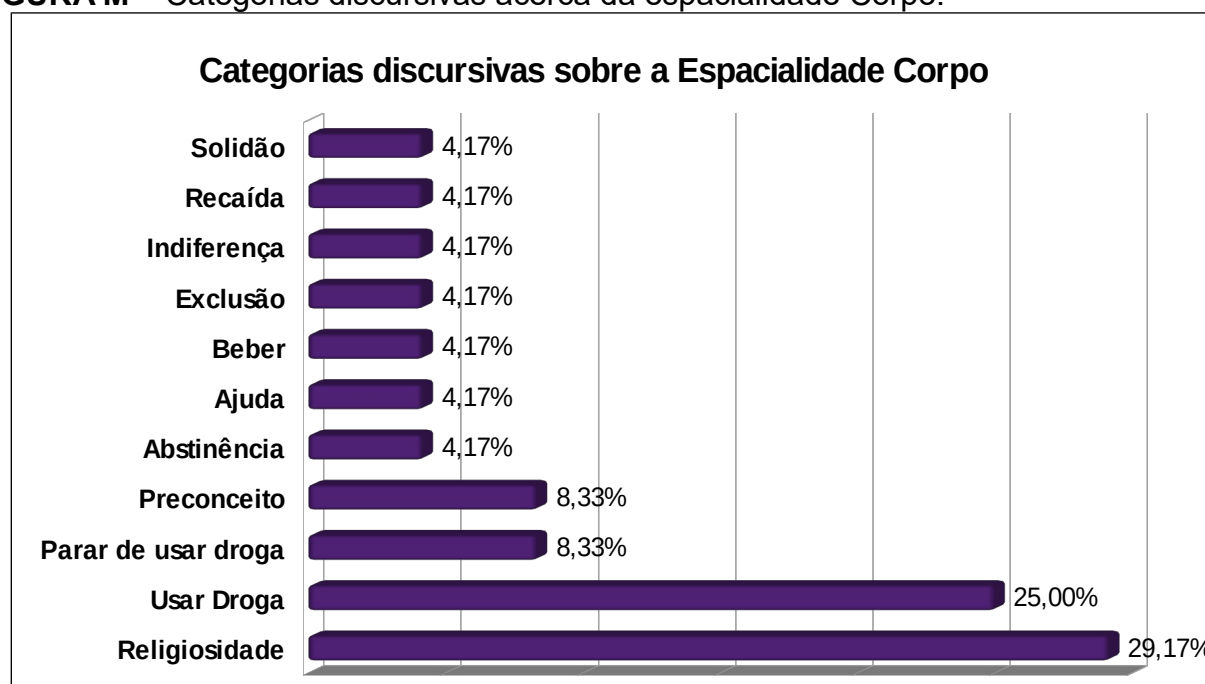
Com relação a representação de 'Casa-Moradia' tivemos as categorias 'Negociação' (33,3%), 'Conforto' (16,7%), 'Solidão' (16,7%), 'Trabalho' (16,7%), 'Conflito Familiar' (8,33%) e 'Crítica' (8,33%). As evocações relacionadas a essa espacialidade contam os motivos que os levaram a conseguir e depois perder as moradias, aparecendo negociações, trocas, favores e trabalho como mediadores do movimento rua → casa → rua. Outra categoria importante que aparece nesse momento é a 'Solidão', quando os entrevistados afirmam que por sentirem-se muito sozinhos optaram por voltar para o convívio das ruas. Como podemos evidenciar o que aconteceu com Anhum: “[Você comentou que já morou em uma casa e depois voltou pra rua...] é que as vezes de noite a gente pega e se sente sozinho. Mas é... como diz... coisas momentâneas, né. Como diz, a gente acaba se deixando levar por isso.” (Entrevista realizada com Anhum, dia 10/03/2017 na Praça Barão do Rio Branco).

Outra espacialidade que está proximamente ligada a 'Rua' e a 'Casa' é o 'Corpo' (Figura M). DaMatta (1997) afirma existir uma tríade que sustenta a sociedade brasileira sendo ela constituída por rua, casa e outro mundo. Esses três espaços que envolvem o imaginário brasileiro são 'acessados' e vivenciados através do corpo.

Isso torna-se evidente quando a principal categoria citada nas evocações que falavam sobre o corpo é a 'Religiosidade' (29,2%), a relação com o outro mundo se dá através do próprio corpo. Essa categoria é seguida por 'Usar Droga' (25%), 'Parar de usar droga' (8,3%), 'Preconceito' (8,3%), 'Abstinência' (4,2%), 'Ajuda' (4,2%), 'Beber' (4,2%), 'Exclusão' (4,2%), 'Indiferença' (4,2%), 'Recaída' (4,2%) e 'Solidão' (4,2%).

Como afirmado em outros momentos dessa dissertação, o discurso religioso cristão é muito forte nas pessoas que transformam as ruas em casa na cidade de Ponta Grossa-PR. Sobretudo naqueles que estão mais próximos ou internos em instituições religiosas como o Ministério Melhor Viver. Apesar de existir um espaço físico como 'mediador' da relação entre a pessoa e o divino, é no espaço do corpo que a religiosidade ou espiritualidade se consome e realiza.

FIGURA M – Categorias discursivas acerca da espacialidade Corpo.



Fonte: o autor.

Além disso, fica evidente que o corpo é onde se realizam todas as etapas do consumo de drogas, o próprio uso, a vontade de parar de usar, a abstinência, a luta interna para se manter longe do vício, a recaída, a exclusão. E é também através da religiosidade, ou melhor, aliados a religiosidade que os dependentes químicos que contribuíram para a pesquisa buscam manter-se longe das drogas, como comenta Aruanã:

Cara, igual eu quando eu fiz o primeiro tratamento meu eu era da, do Pastor Nelson, né, crente, e continuo sendo crente, né. É isso que tá me erguendo, me fortalecendo, sabe, eu tenho bastante fé cara, que se você não tiver fé, cara, você não é ninguém, entendeu. Primeiramente você tem que ter fé, cara, fé, para você poder... e você tem que querer, também, né, se tratar, tudo. E você vai encontrar essa força só com deus, cara, só com deus, só Jesus Cristo pra ajudar a gente mesmo. Essa fé eu tenho muito grande nele e... essa igreja cara, principalmente

os crente, cara, os evangélico, eles são os que dão mais apoio para os moradores de rua, assim, cara. Portanto que, creio que, a maior parte das casas de recuperação são tudo evangélica, né, são tudo crente. Eu creio que é isso cara. (Entrevista realizada com Aruanã, dia 05/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

Durante os trabalhos de campo a espiritualidade, religiosidade e as menções a deus e Cristo sempre rodeava as nossas conversas. As 'Espacialidades de Auxílio' da cidade, em sua maioria, tem administrações cristãs como entidades ou igrejas mesmo e suas práticas são de evangelização e 'cura' ou 'salvação' através da Palavra de deus e do contato com o espírito santo. O espaço do corpo (SILVA e ORNAT, 2016) é onde a religiosidade se reproduz diariamente através dos discursos interiorizados.

Ademais, o corpo é também onde se usam as drogas (25%) e, ao mesmo tempo e espaço, onde se busca parar de usar droga (8,3%). No entanto, esse embate interno é muito complexo e difícil de ser transposto sozinho. Como afirma Jaci em entrevista:

E outra, vira uma tristeza. E tem muitas vezes, que eu acho, que as vezes o cara que é usuário não consegue ver isso. Por que o cara fica tão, ele tá tão ali corroído pela droga que ele vê o pai dele chorando, ele vê a mãe dele chorando, ele vê os filhos dele chorando e aquilo não amolece o coração do cara, entendeu? Porque ele tá ali, preso naquilo, entendeu? Acorrentado naquilo, entendeu? E ele só vai entender na hora que passa o efeito da droga que ele vai conseguir ver o estrago que aquilo fez. Fez nele e fez nas pessoas que tão ali convivendo com ele. Por isso que... o, é... eu procurei por causa disso, entendeu? Por causa do estrago que você faz na vida tua e de quem tá no teu redor. Mas, como eu comentei com você no começo, já vamos esquecer o passado, eu acho que o que importa é o futuro. (Entrevista realizada com Jaci, dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

A batalha para manter-se afastado das drogas é muito interna. Mesmo assim, ela dificilmente vai ser vencida sozinha, afinal de contas, sem uma rede de apoio fortalecida é muito fácil recair e voltar a usar drogas. É através do corpo que essa guerra se desenha, se perde ou se ganha, mas, as relações estabelecidas na rua ou na casa são essenciais para que ela seja vencida ou perdida. Por isso, muitas pessoas que transformam a rua em casa e são usuárias de drogas e/ou álcool procuram instituições de assistência para tentar livrar-se dos vícios.

3.2.2 *Espacialidades de Auxílio*

A população que transforma a rua em casa necessitam de espacialidades que lhe permitam manter algumas necessidades básicas como higiene, alimentação, vestimenta e, algumas vezes, abrigo/dormitório. Como comentado anteriormente, as 'Espacialidades

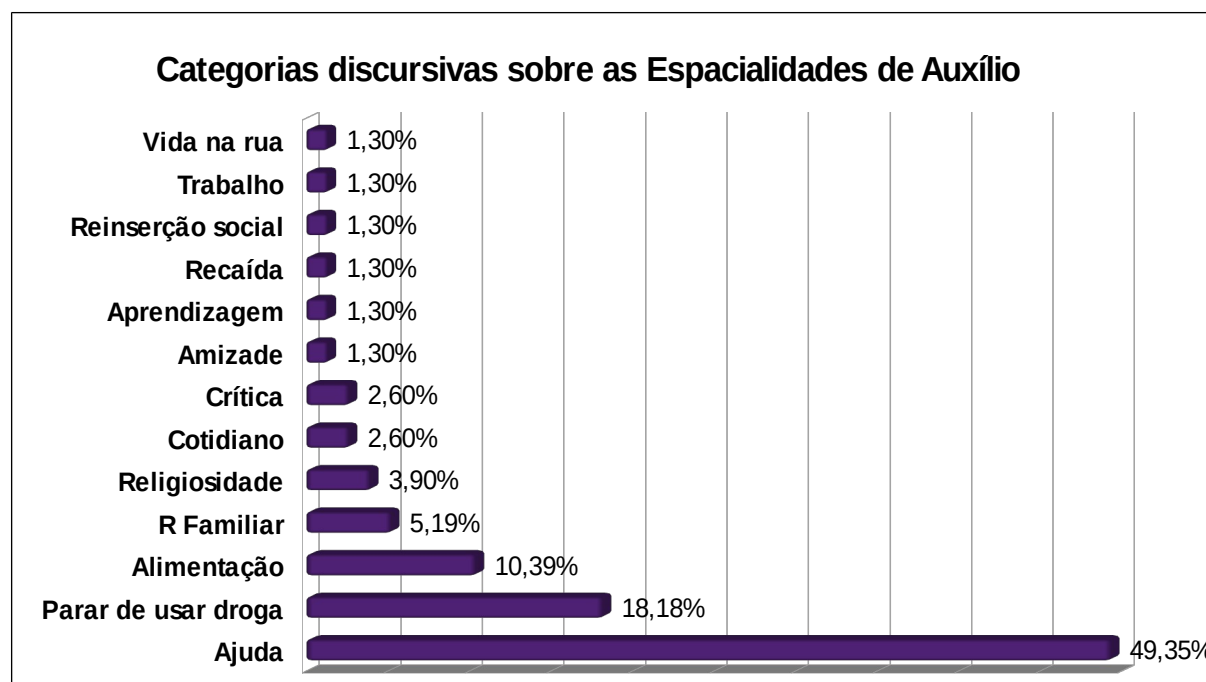
de Auxílio' tiveram subdivisões devido a algumas dessas espacialidades terem sido citadas especificamente durante as entrevistas.

As Espacialidades de Auxílio como tiveram 17,3% do total das evocações. Esse montante foi subdividido em: 'Espacialidades de Auxílio' (64,9%), Ministério Melhor Viver (28,6%), CREAS pop (3,9%), Casa da Acolhida (1,3%) e Irmã Scheilla (1,3%). As categorias dessas espacialidades também foram específicas para cada espacialidade de auxílio.

Para as 'Espacialidades de Auxílio' (64,9%) tivemos as seguintes categorias (Figura H): 'Ajuda' (53,5%)⁵⁷, 'Parar de usar droga' (19,7%), 'Alimentação' (11,3%), 'Relação Familiar' (5,6%), 'Religiosidade' (4,2%), 'Cotidiano' (2,8%), 'Crítica' (2,8%). Fica evidente que a principal relação que essa população tem com essas espacialidades é a busca por alguma ajuda ou assistência social. No entanto, muitos veem esses espaços como uma possibilidade para parar de usar drogas, mesmo que seja apenas por algum período, como ocorreu com Jaci:

Eu tive um internamento antes, né. Que esse, na verdade, foi mais pra fugir. Pra fugir assim, pra fugir que eu digo assim da pressão assim do serviço. Pra, né, fugir das coisas, fugir das contas, né. E eu queria dar um tempo só assim, foi a única coisa que eu consegui, não queria, não me lembro... na verdade, eu não queria nem parar de usar droga, né. Eu só queria dar um tempo, entendeu? E daí foi esse tempo que na verdade foi perdido, né. Deveria ter aproveitado e não aproveitei, né. Hoje em dia eu vejo... (Entrevista com Jaci, no dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

⁵⁷ Apesar da repetição, as evocações que estavam relacionadas as espacialidades de auxílio foram principalmente sobre as formas e maneiras que essas espacialidades ajudam as pessoas que transformam a rua em casa, seja uma ajuda física (alimentação, vestimenta, abrigo, etc), como também ajuda psicológica (através de conversas, diálogos e palestras) e ainda ajuda espiritual (através da religiosidade cristã).

FIGURA H – Categorias discursivas sobre as Espacialidades de Auxílio

Fonte: o autor.

Com relação a 'Espacialidade do Ministério Melhor Viver' (Figura G), houveram mais evocações porque entrevistamos pessoas que estavam 'morando' lá. As categorias que apareceram nessa espacialidade são: 'Ajuda' (31,8%), 'Parar de usar droga' (18,2%), 'Relação Familiar' (18,2%), 'Religiosidade' (13,6%), 'Alimentação' (9,1%), 'Aprendizado' (4,5%) e 'Trabalho' (4,5%). Essas evocações estão relacionadas principalmente a afirmar como a espacialidade tem sido boa para ajudar não apenas o entrevistado mas também os 'irmãozinhos' que estão na rua e precisam de alimentação ou higiene ofertada no Ministério. No entanto, a maioria dessas falas relacionam-se de uma maneira ou de outra com a religiosidade e com o contato com deus, como quando abordando a questão de parar de usar drogas no internamento Anhangá afirma:

Que nem aqui no tratamento assim, que eu tenho aqui no Ministério aqui, é... tipo assim, não só do corpo que eu tô fazendo a limpeza, mas, um tratamento espiritual também, entende? Assim, porque é importante você ter o contato é com deus, em primeiro lugar, para você vencer. Pra você superar as coisas assim, você tem que superar... o tratamento primeiramente é com deus. Pra depois... (Entrevista realizada com Anhangá, dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

FIGURA G – Categorias discursivas sobre a Espacialidade Ministério Melhor Viver

Fonte: o autor.

Outra categoria que apareceu de maneira relevante na espacialidade do Melhor Viver foi a 'Relação Familiar' onde ouvi relatos de reatar laços antes rompidos pelo uso de drogas e pela vida nas ruas, como no trecho da entrevista com Anhangá:

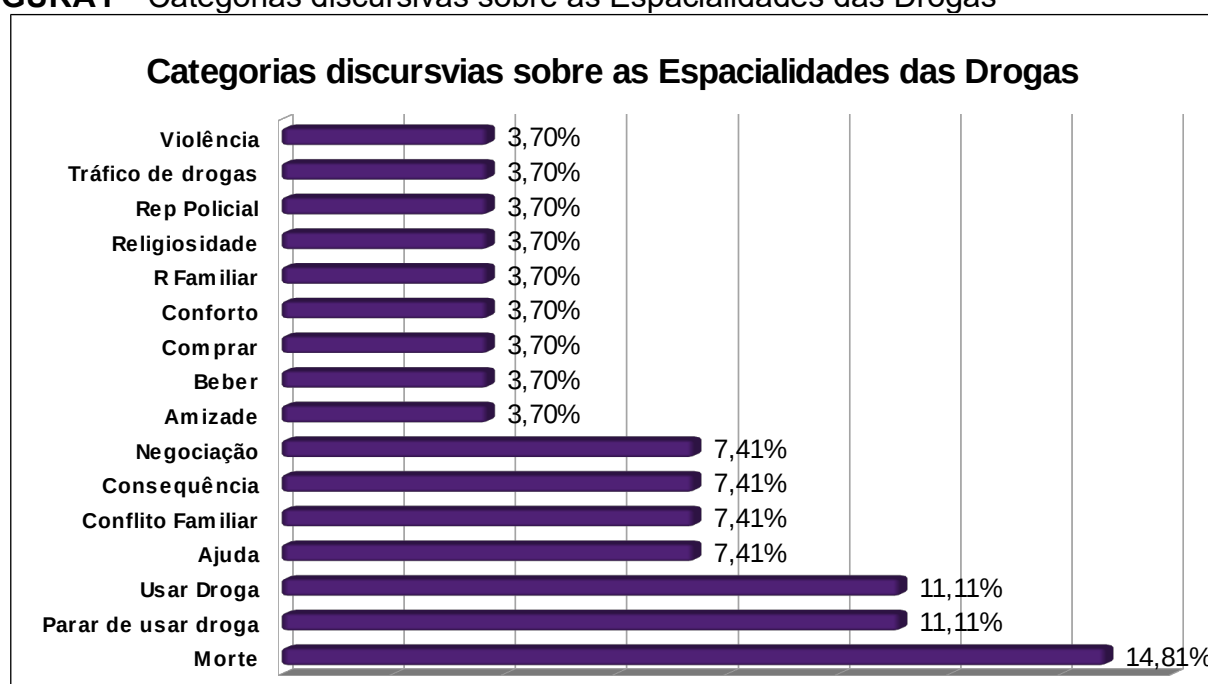
Assim, também, com os familiares, assim, a gente fica meio afastado sabe? Realmente a gente fica afastado, porque a gente, assim, que nem agora nós estamos conversando aí, que nem meu pai veio hoje aí me ver. É totalmente diferente, né. É uma conversa, assim, né de pai pra filho, assim, bem, bem sadia, né. E, tipo assim, na droga não tem muita conversa, sabe? É totalmente... não assim, na classe média, classe alta, assim como tem... a gente vê, a gente fica vendo, as vezes, as vezes a gente vê até na televisão, assim, como que é, até a classe alta se afasta da família por causa da droga. Então, assim, hoje em dia, eu com a cara limpa, com a cara limpa, assim, eu me dou muito bem com o meu pai e com a minha mãe. Que eles vem me ver aí, tudo. É outra vida, né. A família e tudo. O meu filho, também. (Entrevista realizada com Anhangá, dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

As outras espacialidades de auxílio citadas nas entrevistas (Creas pop, Casa da Acolhida e Irmã Scheila) tiveram apenas 'Ajuda' como categoria discursiva. As evocações estão relacionadas aos serviços que essas instituições ofertam. É interessante ressaltar a centralidade das espacialidades de auxílio na vivência cotidiana das pessoas que transformam a rua em casa. Esses espaços são, como afirmado acima, em muitos momentos considerados a 'Casa' para essas pessoas que ali encontram alimento, higiene, vestimenta e conforto físico e espiritual.

3.2.3 As Espacialidades das Drogas

Como afirmado em outros momentos dessa dissertação, as drogas são, em muitos momentos, centrais na vivência espacial das pessoas que transformam as ruas em casa. E as espacialidades que são vivenciadas para comercializar, usar e compartilhar as drogas também apareceram nas entrevistas. Foram identificadas 16 categorias (Figura I) relacionadas a essas espacialidades. A principal foi 'Morte' (14,8%), seguida de 'Parar de usar droga' (11,1%), 'Usar droga' (11,1%), 'Ajuda' (7,4%), 'Conflito Familiar' (7,4%), 'Consequência' (7,4%), 'Negociação' (7,4%), 'Amizade' (3,7%), 'Beber' (3,7%), 'Comprar' (3,7%), 'Conforto' (3,7%), 'Relação Familiar' (3,7%), 'Religiosidade' (3,7%), 'Repressão Policial' (3,7%), 'Tráfico de drogas' (3,7%) e 'Violência' (3,7%).

FIGURA I – Categorias discursivas sobre as Espacialidades das Drogas



Fonte: o autor.

Segundo Gomes (2013), as pessoas que vivenciam espacialidades de drogas são mais vulneráveis a morte. A morte figura enquanto a principal categoria dessas espacialidades, se aliarmos ela a 'Conflito', 'Repressão Policial' e 'Violência' é possível evidenciar que está é uma espacialidade de violência e tensão. Infelizmente, é muito comum 'perder' conhecidos, amigos e até familiares para as drogas, como acontece com o relato de Jaci:

Não, eu presenciei. Nossa, cara... Por causa da droga. Porque assim, o cara, o usuário, o que acontece? Ele, quando ele tá nesse meio. Cê tem, cê tem uma rotina, né, com as pessoas que usam, com as pessoas que vendem, entendeu? E aqueles que vendem, eles também, as vezes, precisam de gente pra vender pra eles. E o que acontece com o usuário? As vezes o cara se submete a pegar um tanto de droga pra ele poder usar. Daí ele vende um tanto e o pagamento dele é a própria droga. Pra ele poder usar. E o que que acontece? O cara chega num certo limite que ele não consegue vender a droga pro traficante. Ele vai e usa, usa... E daí, o que que acontece? Ele vira escravo do cara. E daí lá os cara vão dão a corda pro cara, quando vê o cara solta mais um pouco de droga pra ver se o cara consegue tirar aquele dinheiro que ele ficou devendo. O que que acontece? O cara vai lá e fuma tudo de novo. Porque, claro, o cara é usuário. Claro que é loucura do cara que tá dando pra ele. Mas, infelizmente, é assim. É aquele ciclo, entendeu? Daí o que que acontece? O cara fica devendo muito. O cara não tem como pagar. O cara foge. O cara foge. Ah, o traficante lá, entendeu? O traficante lá arruma dois e fala, ó, te dou tanto lá, que o cara também é usuário, as vezes, entendeu? Ó te dou tanto de droga pra você ir lá e dá uns tá... as vezes não é pra matar, as vezes é só pra bater, mas daí os cara acabam matando a pessoa, entendeu? Que foi o que aconteceu. Tinha um colega meu, entendeu? A gente morava lado a lado, assim, né. E daí ele ficou devendo. Foi... começou a dever. Começou ao aumentar a dívida dele, começou a aumentar, começou a aumentar e ele só fugindo dos cara. Até que foi um dia que mataram ele do meu lado. Vi, vi matarem ele, entendeu? O cara chegou e deu dois tiros nele e falou, ó, esse aí é pelo dinheiro que você me deve. Porque ele não conseguia pagar e não ia conseguir. Da onde que um usuário vai conseguir pagar uma conta? Não vai conseguir. Entendeu? Claro que é loucura da pessoa pegar e dar, mas eu sei que... tem gente que, né, eu não consigo entender na verdade, né. Eu acho que não existe. Se sabe que o cara não vai pagar, você vai pegar e vai dar (Entrevista realizada com Jaci, no dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

É interessante que, paradoxalmente, essas espacialidades também são, em certos momentos, a possibilidade de receber uma ajuda para parar de usar drogas, como aconteceu com Aruanã:

Daí o dia que ele me apresentou aqui (Ministério Melhor Viver). Foi até engraçado que eu cheguei na casa dele, meio bêbado assim de noite. Daí fumemo umas pedra lá. E daí eu falei pra ele, amanhã eu vou arranjar um recurso pra mim se interna. Daí ele me deu o maior apoio, ele que falou aqui. E daí cheguei aqui, já conversei com ele e já deu certo, né. Daí já fui pra Casa da Acolhida, fiquei duas semanas lá na Casa da Acolhida. Daí já abriu vaga pra vim pra cá. Foi coisa boa. E tamo aí, firme e forte. (Entrevista realizada com Aruanã, dia 05/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

As espacialidades das drogas estão presentes cotidianamente na vivência espacial da população que transforma a rua em casa e isso contribui para a sua permanência e manutenção na rua, bem como a continuar usando drogas. Como afirmado acima, através das espacialidades de auxílio algumas pessoas conseguem se recuperar e se manter longe dos vícios, mas infelizmente, a grande maioria retorna para o mesmo convívio nas ruas e nas vilas o que os leva novamente as espacialidades das drogas.

3.2.4 A Cidade e a Pernoite

A relação que as pessoas que transformam a rua em casa com a cidade é muito intensa, uma vez que esta população está em constante contato com as diversas espacialidades da cidade e com a diversificada gama de pessoas que transita nas ruas. Ademais, se estabelecem também o contato com o comércio, com algumas entidades e pessoas que os auxiliam e também com a droga e a violência. A espacialidade da 'Cidade' (Figura J) teve como categorias discursivas 'Ajuda' (28,6%), 'Alimentação' (14,3%), 'Relação com a Sociedade' (14,3%), 'Comprar' (7,1%), 'Crítica' (7,1%), 'Indiferença' (7,1%), 'Usar Droga' (7,1%), 'Viajar' (7,1%) e 'Violência' (7,1%).

FIGURA J – Categorias discursivas sobre a Espacialidade Cidade



Fonte: o autor.

As evocações referem-se à falta de ajuda ou a relação conflituosa que existe entre as pessoas usuárias de drogas e a (so)ci(e)dade, como explica Jaci:

Isso é complicado. Até a parte do vício. O governo eu acho que tem um pouco de... entendeu? Uma parcela de culpa. Entendeu? Claro. Infelizmente E o hoje em dia, eu acho que, assim, eu acho que... eu tenho uma ideia assim que tinha que ser mais, tinha que ser mais divulgada a parte da droga. Hoje em dia. Porque, claro que, tudo é escondido. Representa, assim, que tá tudo tranquilo, mas não tá. A droga aumentou bastante, né, na cidade. Entendeu? Outras cidades aí, entendeu? Os viciado, entendeu, nossa aumentou. Muito e muito e muito. E tem aqueles que querem, que querem parar, mas não conseguem. Eu acho que tinha que ter uma, né, uma divulgação. Ou então, sei lá, entendeu? Que mais casas

de... para recuperação da pessoa, entendeu? Né, para inserir ela no meio social de novo. Para tentar, né, incentivar outros também. Entendeu? Que as vezes... nem todo mundo tá no meio por que quer, a pessoa entrou porque alguma coisa aconteceu. As vez é um problema de família, as vezes é um problema de dinheiro, as vezes é a falta, as vezes é muito, entendeu? As vezes é até uma questão de família, ali, da educação que a pessoa teve, da não educação que a pessoa não teve. Entendeu? né. Tudo eu acho que tá junto nessa parte aí. (Entrevista realizada com Jaci, dia 15/04/2017 no Ministério Melhor Viver)

Ademais, as pessoas consomem na cidade, ainda que, como disse Aruanã em entrevista: “Só que os comerciante ficam alegre assim porque é mais cachaça, né” (Entrevista realizada com Aruanã, dia 05/04/2017 no Ministério Melhor Viver). Mas, eles também consomem alimentos nos comércios da cidade, como afirma Anhum: “Ah, eu geralmente eu compro. Eu compro. Não, como diz, é difícil pegar ir ali em pastor, é só em último caso mesmo. Aquele bem último mesmo. Se eu tiver condições, nem que seja pra comprar um salgado eu tô comprando” (Entrevista realizada com Anhum, dia 10/03/2017 na Praça Barao do Rio Branco).

Além disso, a cidade é onde ocorre o pernoite dessas pessoas quando transformam as ruas em casa. As 'Espacialidades de Pernoite' também foram subdivididas pois houveram citações diretas para dois desses espaços: 'Espacialidades de Pernoite' (83,3%), 'Banco do Brasil' (8,3%) e 'Estação' (8,3%). As categorias discursivas que apareceram nas 'Espacialidades de Pernoite' foram: 'Dormir' (50%), 'Vulnerabilidade' (16,7%), 'Usar droga' (16,7%), 'Reconhecimento de inocências' (8,3%) e 'Conforto' (8,3%). A 'Estação' foi citada uma vez como espacialidade de pernoite. O 'Banco do Brasil' teve duas evocações, uma referente a pernoite lá e outra é sobre o seguinte caso:

porque até teve uma vez que eu tava dormindo ali no Banco do Brasil, só que eu não tava dormindo ali onde nós dormimo. Eu tava dormindo na garagem. Passou, como eu digo pra você, passou uns filhinho de papai ali, e como a gente tira os pacote de lixo para poder estender as coberta ali, e ali tem muito papel. E daí passou uma pivetada ali e tacaram fogo nos pacote, tinha acho que entorno de uns dez pacote de lixo ali. Daí já veio bombeiro, veio a polícia, veio segurança do banco. Acham que é nós. Só que daí, eu tava dormindo, eu me acordei com aquele barulho, eu levantei assustado e fui ver. Aí o segurança do banco até perguntou pra mim, eles não mexeram com vocês, eu digo, não, com nós não. Tava eu e mais um caszinho lá. Digo com nós não, com nós eles não mexeram. Eles só passaram aqui, gritaram e descaram. Eu achei que eles tinham descido. Ah, você não viu a roupa que eles tavam, daí eu fui obrigado a fala, ah, um tava de bermuda, chinelão de dedo, outro tava de calça, tênis, boné. Daí a polícia saiu de atrás, mas providencia que foi bão não foi tomado. (Entrevista realizada com Rudá, dia 16/02/2017 na Praça Barao do Rio Branco)

O bom relacionamento com os seguranças patrimoniais do prédio do Banco do Brasil que usam para dormir foi como um álibi para essas três pessoas que pernoitavam na

entrada da garagem do banco naquela noite. As pessoas que encontrei durante o trabalho de campo afirmaram que nunca tiveram grandes problemas lá. Exceto algumas vezes que outras pessoas querem fumar *crack* ou ficar bebendo ali que eles intervêm para não perderem o voto de confiança que tem.

O pernoite para alguns pode estar relacionada a 'esconder-se', como afirmou Caipora e por Jaci:

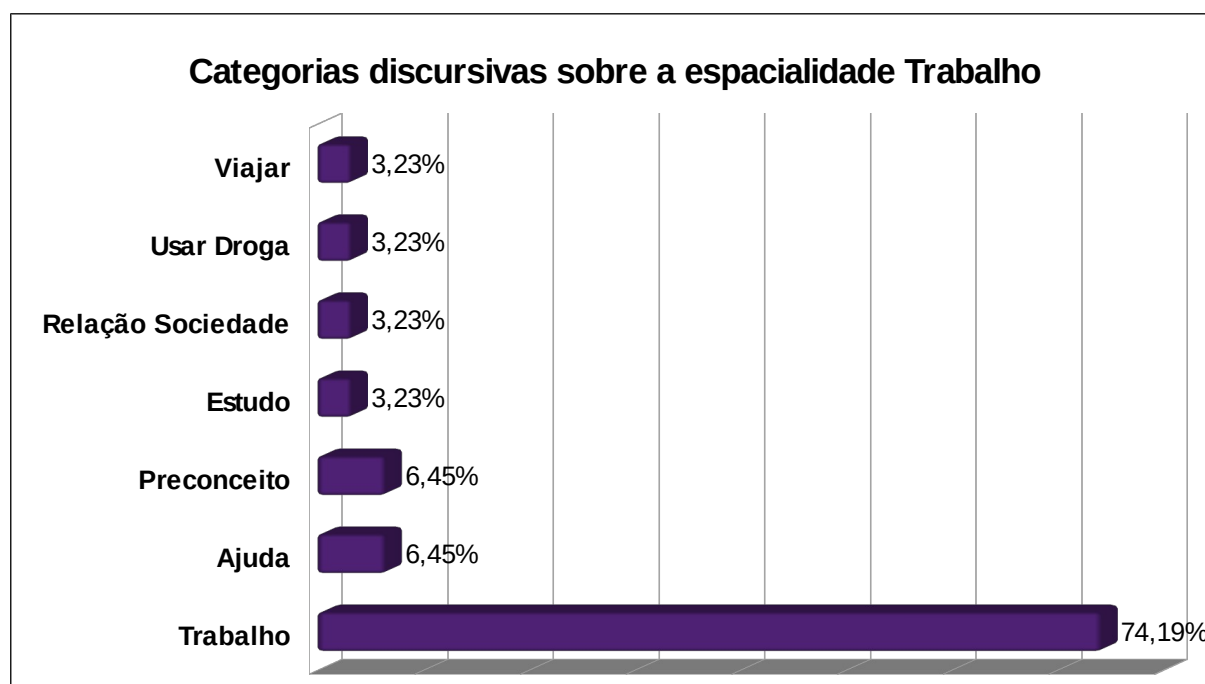
A moradia, na verdade, da gente, que nem que a gente fala é os mocó, né cara, o único lugar que tem. Casa abandonada. Onde a gente pode se sentir seguro, escondido ali, né cara. (Entrevista realizada com Caipora, dia 11/04/2017 no Ministerio Melhor Viver).

Vamos supor, você troca o dia pela noite. O cara pegava um dinheiro de tarde, ali e daí já ia buscar a droga, daí já arrumava um negócio, um mocó, qualquer quebradinha que desse pra usar, né. E ali ficava. Daí quando você via dava onze horas, entendeu? Daí já chegava outro ali querendo mais um pouco de droga, daí você já ia com o cara buscar, voltava, quando você via já era três horas da manhã e você tá naquela correria. E daí vira em correria, você nem vê a noite passar, na verdade, né. O cara só vive naquilo, entendeu? Eu ainda procurava... procurava dormir um pouco, entendeu?

As espacialidades de pernoite e a cidade são espacialidades multiescalares para essa população, uma vez que a sua vivência não se enquadra na linearidade escalar (HEROD, 2011). Assim, existem momentos em que a própria cidade torna-se a casa ao pernoitarem embaixo de uma marquise ou em um terreno baldio. O corpo está em contato direto com o espaço urbano e é diretamente através do corpo que a cidade é acessada.

3.2.5 O Trabalho

Outra espacialidade importante na vivência das pessoas que transformam a rua em casa é o trabalho e as diversificadas maneiras de conseguir dinheiro para sanar suas principais necessidades. As 'Espacialidades de Trabalho' (Figura P) tiveram como categorias discursivas: 'Trabalho' (74,2%), 'Ajuda' (6,5%), 'Preconceito' (6,5%), 'Relação Sociedade' (3,2%), 'Usar Droga' (3,2%) e 'Viajar' (3,2%).

FIGURA P – Categorias discursivas sobre a espacialidade Trabalho

Fonte: o autor.

No começo das discussões e conversas sobre a pesquisa, sempre caíamos na mesma dúvida, mas eles estão na rua porque são desempregados ou estão desempregados por que estão na rua? Essa dúvida foi em partes sanadas logo na primeira noite em que fomos oferecer alimentos para essa população. Um dos homens que dormia na marquise da Yamaha, o mais senhor disse que quando ele percebeu ele tinha perdido o fio da meada e já estava alcoólatra, não conseguia manter o trabalho nem as relações familiares e passou a ficar mais tempo na rua do que em casa. Quando se deu por si estava morando na rua e sem emprego. Ou seja, a resposta para a pergunta é que ambas estão certas. Não é o desemprego que leva as pessoas a transformarem as ruas em casa, mas ele pode ser um dos agravantes. E, como evidenciamos nas entrevista e durante o trabalho de campo, as pessoas que estão nas ruas, apesar de em sua maioria estarem 'desempregados' eles estão constantemente procurando e encontrando pequenos serviços ou trabalhos que podem realizar para conseguir dinheiro.

A vivência das ruas e, principalmente, o uso de álcool e outras drogas faz com que o dinheiro que essas pessoas conseguem não se reproduzam em benefícios para as suas vidas, como relembra Anhangá:

Eu trabalhava, mas o que eu ganhava num dinheiro bom, ia tudo fácil, né. Eu já tive serviço muito bom, serviço aí de as vez larga até... cheguei, cheguei até uns tempo aí de ganha... onde eu trabalhava, que eu trabalhava com carga e

descarga antes, veja bem, as vezes eu ganha mais de, até dois salário as vezes. Um salário e meio, entende? Que hoje significa oitocentos reais, né. Naquele tempo, assim, naquele tempo, eu tirava, agora mais ou menos assim, uns mil real de hoje, que se for assim, uns mil, mil e pouco aí, né. Que, um exemplo aí hoje. (Entrevista realizada com Anhangá, dia 15/04/2017 no Ministerio Melhor Viver).

No entanto, existem as pessoas que não conseguem sair das ruas pela falta realmente de um emprego. Como é o caso dos homens do Banco do Brasil, principalmente o mais novo, o outro homem sempre passa temporadas na casa dos familiares e o pai da menina agora que saiu da prisão começou a pensar em arranjar um emprego. Infelizmente, é bem difícil encontrar algum emprego mais fixo morando nas ruas, como afirmou Tupa em entrevista:

Ah, digamos que é desanimador, porque a única coisa que a gente quer é emprego, e você corre pra cima, corre pra baixo, vai pra lá, vai pra cá, e você se humilha, chora, bate e grita na mesa, e fala o que quiser e eles não dão emprego, cara. Eu pelo menos nunca passei por isso, nunca tinha passado por isso, mas quando você chega assim no fundo do poço e ainda tem que cavar o poço, daí é complicado, você não tem o que fazer. Você chega... já são 5 meses, procurando emprego e o que aparece é entregar panfleto, Você até vai né cara, você precisa, mas daí depois começa a da tudo errado de novo. O negócio de panfleto pagam mal e ainda descontam o almoço ainda. É menos que um salário mínimo. Daí as vezes não tem panfleto, chove, daí você fica sem... (Entrevista realizada com Tupa, dia 05/04/2017 no Ministerio Melhor Viver).

Mesmo em meio Às dificuldades e evidente que essas pessoas não perdem a esperança de encontrar dias melhores, como e o caso de Anhum que sempre está procurando serviço nas mais diversas vertentes e pensa em um futuro melhor:

Aaah. Já trabalhei como hortifruti, já trabalhei como chapeiro, já trabalhei de garçon, sei mexer com eletricidade, pouca coisa, com encanamento, já fiz calçada de peti pave, é... o que mais, já fui jardineiro, já trabalhei com pintura em cabine, pintura com pistola, já trabalhei na colheita de batata, na plantação, na colheita de fumo, plantação de fumo, e assim por diante.

Pega quem sabe até, se um dia deus permitir abrir um comércio para mim também, uma mercearia, uma loja de assistência de celular e assim por diante. Pode ajudar mais ainda. (Entrevista realizada com Anhum, dia 10/03/2017 na Praça Barao do Rio Branco)

Assim, as especialidades do trabalho se mostram como realmente diversificadas e que, diferente do que imaginava antes da pesquisa, essas pessoas trabalham e realizam serviços com certa frequência para a obtenção de dinheiro e manutenção de sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo responder a seguinte questão central: Como o espaço constitui as práticas de sobrevivência cotidiana das pessoas que transformam a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná? Para construir a pesquisa, a questão central citada acima foi desmembrada em três subquestões: Como é o processo de tornar-se pessoa que transforma a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná? Como as pessoas que transformam a rua em casa estabelecem suas dinâmicas de sobrevivência espacial na cidade de Ponta Grossa, Paraná? Como se estabelecem as práticas cotidianas de sobrevivência na vivência espacial? Foi possível evidenciar que algumas espacialidades são centrais na vivência da população que transforma a rua em casa, espacialidades de auxílio, que ofertam alimentação, higiene, vestimenta e as vezes acolhimento são indispensáveis em suas vidas. Apesar de que existam pessoas que preferem não utilizar esses serviços com tanta frequência, como acontece com Anhum.

Outra espacialidade que contribui para a manutenção da vida dessas pessoas é a própria rua. Estar vivendo nas ruas é uma situação que contribui para continuar nas ruas. Além das dificuldades em manter a higiene, alimentação e saúde em dia, existem dois outros fatores que se aliam aos ciclos que se fecham para manter as pessoas vivendo nas ruas e para que não consigam sair dessa situação. Primeiramente é a carência cada vez mais evidente de postos de trabalho fixo para a população mais pobre e com baixa escolaridade, impossibilitando arcar com os custos básicos de moradia, alimentação, educação e saúde. Outro elemento relacionado à dificuldade em parar de transformar as ruas em casa é a também crescente comercialização e utilização de drogas psicoativas, principalmente o *crack* e o álcool.

A rua, além disso, é uma espacialidade multidimensional e multifacetada (ROSE, 1993) e por ser um espaço onde o encontro de histórias-até-agora (MASSEY, 2008) é constante, a rua torna-se a principal espacialidade de manutenção da vida dessas pessoas. Em um sentido amplo, a rua torna-se aos poucos a casa e as relações e práticas que constituem o espaço familiar vão sendo adaptadas para as espacialidades das ruas. Palombini (2015) evidencia que existem formações alternativas de 'família' na vivência das pessoas que transformam a rua em casa. Para o autor, a formação de núcleos alternativos de família é uma das características que propiciam a manutenção

das relações e sobrevivência nas ruas, como evidenciado no trabalho de campo especialmente com as pessoas do Banco do Brasil, onde era possível identificar situações de fraternidade e companheirismo que iam além de outras relações com a população-alvo da presente dissertação.

O trabalho também é uma espacialidade muito presente na vivência da população que transforma a rua em casa. Diferente dos esteriótipos que essas pessoas têm frente ao restante da sociedade, elas são sim trabalhadoras e, mesmo que não trabalhem aos 'moldes' convencionais, executam serviços nos mais variados setores. Ademais, evidenciou-se também que mesmo sendo usuárias de drogas essas pessoas conseguem desenvolver estratégias laborais para manter alguma renda, mesmo que ínfima.

Apontaremos aqui elementos que respondem as questões específicas do trabalho e, conseqüentemente, respondem a questão central. Com relação a primeira subquestão existem outras pesquisas com mais dados e informações acerca das causas que levam as pessoas a transformar as ruas em casa. Ao analisar essas pesquisas, estatais e acadêmicas, fica evidente que existe pelo menos três fatores que aparecem na imensa maioria dos casos de pessoas que passam a viver nas ruas: desemprego, conflitos/desavenças familiares e uso de álcool e/ou outras drogas. Mas, como afirma Ferreira (2006) há também uma pequena parcela da população que transforma a rua em casa de pessoas que tem problemas de saúde mental, como também evidenciado nas noites de campo.

Também já afirmamos em outro momento (CARNEIRO, 2016) que esses 'motivos' que levam as pessoas às ruas, exceptuando-se as questões da saúde mental, estão sempre entrelaçados e interligados. Como afirmado também por um senhor que encontramos durante as primeiras noites de trabalho de campo nas ruas da cidade, chega um momento em que essas pessoas 'perdem o fio da meada' e já não sabem mais porque estão vivendo nas ruas, se por terem perdido o emprego, por terem perdido os laços familiares ou se por estar adictos a alguma substância. Simplesmente foram sendo 'afunilados' para a rua e quando se dão por si, não conseguem mais retomar uma vida familiar, conjugal, empregatícia ou social.

Esse processo de tornar-se pessoa que transforma a rua em casa é muito particular e específico para cada caso, mas é evidente algumas características que se repetem: a dificuldade em estabelecer diálogos e manter relações familiares ou afetivas, a dificuldade

de manter os postos de trabalho por muito tempo, a dificuldade em utilizar o dinheiro para manter as relações domiciliares, o uso de substâncias psicoativas crescente. Obviamente que, as questões sociais ou classes de renda são agravantes para esse processo. As pessoas que estão sobrevivendo em meio a pobreza e não participam de nenhuma rede de proteção social, ou tem esses vínculos muito frágeis e podem, dependendo da gravidade das situações que se apresentam durante a trajetória de vida, romper com todos esses laços e tornarem-se extremamente vulneráveis a transformar a rua em casa como afirma Varanda e Adorno (2004), tanto que os dados mostram que o número dessa população vem aumentando (IPEA, 2017).

As políticas públicas voltadas para essa população, segundo Oliveira e Barzaghi (2017) devem ser reformuladas para compreender melhor essas trajetórias de transformação da rua em casa tendo como objetivo assegurar maior proteção social e que haja uma retomada ou constituição de relações sociais e/ou familiares para essa população. Outro fator que dificulta o aperfeiçoamento das políticas públicas para a inclusão social da população que transforma a rua em casa é a grande dificuldade de produção de dados de recenseamento acerca do fenômeno. Segundo Sposati (2007) a inclusão dessa população nos recenseamentos cria a possibilidade de uma identificação coletiva mais concisa para que essa população conheça também seus pares e estabeleça suas próprias demandas.

A segunda subquestão aponta para as formas que a população que transforma a rua em casa estabelece para realizar a reprodução da sua vida diária. Ficou muito evidente depois do campo no Ministério Melhor Viver que as espacialidades de auxílio são uma peça chave para a sobrevivência dessas pessoas e, ao mesmo tempo, são condições para que eles mantenham-se nas ruas. Esse pensamento veio do mesmo senhor citado dois parágrafos acima, quando ele “fez uma crítica bastante interessante ao sistema de assistência [social] que só contribui para dar comida, roupa e higiene, mas não contribui para as pessoas saírem da rua e [conseguirem outras oportunidades], né. Numa perspectiva de melhorar, de sair da rua, né.” (Trecho retirado do diário de campo 1).

Mesmo assim, esse senhor utiliza-se dos serviços da assistência social da cidade, como o CREAS pop e o Ministério Melhor Viver. Aliás, essas duas espacialidades, aliadas a Irmã Scheila⁵⁸ figuram entre as mais citadas nas entrevistas e também em outros

⁵⁸ A Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla oferece sopa de segunda a sexta no espaço bem no centro da cidade.

diálogos estabelecidos com a população que transforma a rua em casa. A Irmã Scheila é uma espacialidade utilizada basicamente para alimentação. O Ministério e o CREAS pop, além da alimentação, contribuem com higiene pessoal, vestimenta, encaminhamento para serviços de saúde, para serviços civis, como recuperação de documentos e encaminhamentos jurídicos. O Ministério também oferta alguns cursos online com certificação, que são realizados no prédio do Ministério que tem uma sala da informática e uma mediadora para auxiliar as pessoas a realizarem os cursos.

Assim, as espacialidades que se mostram frequentes na vivência espacial dessa população são as instituições e entidades de auxílio que prestam serviços de acolhida, alimentação, vestimenta e outros para essa população. Essas instituições além de dar um conforto físico para essas pessoas, também têm como função nutrir o espírito através das religiosidades cristã, como evidenciado nas entrevistas e conversas durante o trabalho de campo no Ministério.

As pessoas que estavam em tratamento no Ministério se referiam àquele espaço como Casa. Evidenciando uma tentativa de retorno a um lar ou o início da reconstrução de um novo lar. Afinal, as referências de casa que tinham antes, com familiares, normalmente estavam permeadas pelos conflitos e difíceis relações. Muitos desses homens eram 'sozinhos', tinha filhos, ex-companheiras, mãe ou pai, mas viviam sozinhos e precisam reconstruir uma rotina doméstica.

Existem outras instituições na cidade que prestam algum tipo de serviço para a população que transforma a rua em casa, como a Casa da Acolhida, em que também conheci e conversei com algumas funcionárias. No entanto, essas instituições não são centrais para as pessoas que eu encontrei durante o decorrer do trabalho de campo. Ouvi diversas vezes que a Casa da Acolhida não acolhe as pessoas que estão nas ruas e são naturais e/ou tem os familiares em Ponta Grossa-PR. Por caracterizar-se como 'casa de passagem', a Casa da Acolhida tem como público pessoas que estão de passagem por Ponta Grossa-PR ou acabaram de chegar aqui e ainda não conseguiram se estabelecer. Outras instituições como a Comunidade Deus Pai acolhe pessoas em situação de rua, mas não conheci ninguém que foi atendido lá e nem fui conhecer o espaço da comunidade. Outras denominações religiosas cristãs e grupos independentes também ofertam eventualmente sopões e distribuição de roupas, agasalhos e cobertores para essas pessoas.

A população que transforma rua em casa faz essa transformação através de seu corpo, sua escala de vivência diária. E é através desse corpo que 'saltam' (HEROD, 2011) a escala da casa para a escala da rua (ou cidade, ou espaço urbano). As relações que se estabelecem nas ruas devem ser planejadas para a mediação dessa escala (casa) que não faz parte da vivência delas. Novas formas de guardar os pertences, realizar a higiene, alimentar-se e reproduzir a vida cotidiana devem ser elaborados diariamente.

A Rua é também uma espacialidade que auxilia na manutenção da vida diária. As relações interpessoais que se estabelecem nos espaços de convívio das ruas, as relações com o comércio, com o trabalho, com as drogas, com o 'restante' da sociedade acontecem em sua grande maioria nas ruas. Essas relações constroem também as espacialidades da população que transforma as ruas em casa.

A terceira subquestão está relacionada com as práticas diárias para sobreviverem nas ruas. O cotidiano das pessoas que auxiliaram na pesquisa é muito variado e diversificado. Algumas pessoas preferem passar o dia andando de praça em praça ou batendo em construções e casas perguntando por algum serviço. As pessoas que já têm alguma ocupação ou trabalho o desenvolvem. Durante o trabalho de campo no Ministério Melhor Viver pude observar também que existem pessoas que não são internas da casa mas passam a manhã toda lá no Ministério e executam algumas tarefas quando é necessário.

Outro fator relacionado ao cotidiano e a sobrevivência da população que transforma a rua em casa é a violência ou a vulnerabilidade à violência. Foi muito frequente nos diálogos que fiz com as pessoas do Banco do Brasil e dos internos no Ministério Melhor Viver os perigos de viver nas ruas. Além dos conflitos entre as pessoas que também utilizam as ruas para sobreviver, dos conflitos que ocorrem decorrentes do uso e comércio de drogas. Há ainda o conflito contra a exclusão, discriminação e preconceito que violentam a vida dessas pessoas e 'ajudam' a piorar a situação delas. Ademais, essa população convive constantemente com a abordagem e a repressão policial, como afirmou Guaraci: “Mais com a polícia, né. Tinha que me preocupar mais com a polícia mas não com as pessoas.”

A Casa também é importante para a sobrevivência nas ruas. As evocações relacionadas às essas espacialidades citavam casos de conflitos interpessoais e internos dos entrevistados. No entanto, também demonstraram que em outros momentos a casa dos familiares aparece como apoio e ajuda. Outro ponto que mostra os aspectos da

performatividade corporal na vivência espacial dessa população está no fato de que houve relatos de apoio dessa população com seus familiares. O pouco que podiam ou quando algum familiar estava passando por dificuldade eles buscavam ir ajudar de alguma maneira, nem que fosse apenas ficando junto à pessoa. Mesmo que as evocações relacionadas aos conflitos familiares tenham aparecido mais vezes do que as de ajuda aos/dos familiares.

Em duas entrevistas específicas, com Rudá e Anhum, ambos relataram que já tiveram oportunidades de sair das ruas e morar sozinhos em casas próprias e alugadas. No entanto, devido à carência de um sistema de proteção social e de vínculos sociais fortalecidos e diversificados, acabaram por voltar para as ruas. Ambos os entrevistados afirmaram que voltaram a transformar as ruas em suas casas pois sentiam-se muito sozinhos nas moradias que tiveram. Ambos conseguiram as casas através dos trabalhos que estavam realizando a época. Infelizmente, a solidão e a carência de uma rotina doméstica fizeram com que o sonho de morar em uma casa fosse aos pouco ruindo e os levando novamente para a rua. Os dois homens afirmaram durante o trabalho de campo e as entrevistas que se arrependem de largarem a oportunidade e voltar para a rua. Evidenciando um aspecto paradoxal no espaço da casa. Onde apesar da 'proteção' e 'segurança' sentiam-se 'sozinhos' e 'solitários'.

A vivência espacial da população que transforma a rua em casa se dá, principalmente, através da escala (ou espaço) do corpo (HEROD, 2011; SMITH, 2000; SILVA e ORNAT, 2016). Suas relações com as outras pessoas que transitam pelas ruas da cidade, suas relações com as espacialidades de auxílio, de pernoite, das drogas, do espaço familiar se dão corporalmente. Seus corpos são lidos pela sociedade domiciliada como abjetos, enquanto menos-humanos (BUTLER, 2005).

Interessantemente a categoria discursiva que mais apareceu na espacialidade corporal foi a religiosidade, principalmente relacionada ao cristianismo evangélico. A religiosidade cristã permeia a vida da população que transforma a rua em casa constantemente. As principais instituições de auxílio que oferecem serviços para essa população são entidades cristãs (Ministério Melhor Viver, Irmã Scheilla, Casa da Acolhida, Comunidade Deus Pai e outras comunidades religiosas que oferecem sopas, jantar, vestimentas e cobertores). Ademais, o discurso religioso cristão é muito presente nas falas das pessoas que contribuíram para a pesquisa.

As 11 espacialidades identificadas nas entrevistas (Rua, Espacialidades de Auxílio, Casa-família, Trabalho, Espacialidades das Drogas, Corpo, Não identificada, Cidade, Espacialidades de Pernoite, Casa-moradia e Prisão) fazem parte da construção da vida cotidiana das pessoas que transformam a rua em casa da cidade de Ponta Grossa-PR, Paraná. Algumas dessas espacialidades, como a Rua, Auxílio, Trabalho, Drogas e as duas Casas, contribuem de alguma maneira para que essa população consiga continuar a transformar a rua em casa com um mínimo de subsidio e suporte para o mesmo. No entanto, espacialidades como o Auxílio, a Pernoite, a Prisão, as Drogas, a Cidade e o Corpo, são espacialidades onde a situação de transformar a rua em casa se reproduz e possibilita que essas pessoas não tenham mais outras opções de sobrevivência para além dos espaços públicos da cidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não – O novo espírito científico – A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de dezembro de 2009. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm> Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Instituto Meta. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2008b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2008a.

BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BURSZTYN, Marcel; ARAÚJO, Carlos Henrique Ferreira de. **Da utopia à exclusão**: vivendo nas ruas em Brasília. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion. IF identity. London: Routledge. 1990.

BUTLER, Judith. Introducción. In: _____. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2005, p. 17-52.

CABRAL, Vinicius; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Espaço e morte nas representações sociais de travestis. IN: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (org.). **Geografias Malditas**: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.

CARNEIRO, Raony Tullio. **Deslocamento espacial vivenciados por moradores de rua e a constituição de mapas de significados territoriais, em Ponta Grossa, Paraná**. 2016, 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CHIMIN JUNIOR, Alides Batista. **O espaço como componente de vulnerabilidade aos atos infracionais desenvolvidos por adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei em Ponta Grossa – Paraná**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009.

CUSTÓDIO, André Viana; SILVA, Cícero Ricardo Cavalcante da. A intersectorialidade nas políticas sociais públicas. IN: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 11, 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos...** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14264/2708>> Acesso em: 11 mar. 2018

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. População em situação de rua: conceitos e mensuração. In: Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, 2, 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confefe/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/L714_02.pdf> Acesso em: 20 mar. 2018

FURINI, Luciano Antonio. **Modernidade, Vulnerabilidade e População de Rua em Presidente Prudente (SP)**. 2003, 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2003.

GOMES, Fernando Bertani. **“Cenas Embaçadas”**: a relação entre as espacialidades vivenciadas por jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa – PR. 2013, 175 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HEROD, Andrew. **Scale**. Abingdon: Routledge, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017.

JUSTO, Marcelo Gomes. **‘Exculhidos’: ex-moradores de rua como camponeses nem assentamento do MST**. 2005, 238f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUCENA, Wagner Leite. Território de Exclusão: A Distribuição Espacial da População de Rua do Centro de Patos/PB. **Cadernos do Logepa**. João Pessoa, v. 8, n. 1-2, jan-dez, p. 103-126, 2013.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **A caminho da rua: o encontro com as redes de assistência e a formação de laços sociais entre moradores de rua em Belo Horizonte**. 2002, Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Phillip. **Human Geography Today**. Cambridge: Polity Press, 1999.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille. Necropolítica, una revisión crítica. In: MAC GREGOR, Helena Chávez (Org.). **Estética y violencia: necropolítica, militarización y vidas lloradas**. México, 2012, p. 130-139.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dezembro 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP**. 2011. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livreto-perguntas-respostascentropoprua-impressao.dez.pdf> Acesso em: 15 mar. 2018

MIRANDA, Nadja Conceição de Jesus. **Espaços públicos de Salvador: uso e apropriação pelos moradores de rua - uma análise do espaço concebido, vivido e percebido**. 2006, 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MONTEIRO, Maria Odete de Araújo. **Pobreza extrema no espaço urbano: o caso dos moradores de rua de Fortaleza, CE, Brasil**. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) Centro de Ciência e Tecnologia, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR). **Conhecer para lutar** – Cartilha para formação política. 2010. Disponível em http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf Acesso em: 05/08/2018.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA DO PARANÁ. **Violação a moradores de rua no contexto paranaense**. Curitiba, 2009. Disponível em <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Violacao_a_moradores_de_rua_no_contexto_paranaense.pdf> Acesso em: 05/08/2018.

OLIVEIRA, Simone Rodrigues de Almeida de; BARZAGHI, Natália. Reflexão histórica sobre a população em situação de rua e as políticas públicas. **Revista UNINGÁ Review**, Maringá, vol. 29, n. 1, p. 237 – 245, Jan – Mar 2017.

ORNAT, Márcio José. Espacialidades travestis e a instituição do território paradoxal. In: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Org. Joseli Maria Silva. Ponta Grossa - PR: TODAPALAVRA, p.177-210. 2009.

PALOMBINI, Leonardo Lahm. **Dos Subespaços ao Território Descontínuo Paradoxal: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS – Brasil**. 2015, 180. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

_____. Moradores de Rua e Suas Relações com o Espaço Urbano. **Para onde!?**. Porto Alegre, v. 7, n. 2, ago-dez, p. 47 – 56, 2013.

PEREIRA, Felipe Silveira de Moraes; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. Fortaleza/CE, Capital do Semiárido Brasileiro: dos retirantes da seca aos moradores de rua (re)produzindo o centro metropolitano. **Revista Formação Online**. Presidente Prudente, v. 2, n. 18, jul-dez, p. 29 – 49, 2011.

PRINS, B., MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 1º semestre 2002.

PRZYBYSZ, Juliana. **Articulando os espaços público e privado: transformações das espacialidades vividas por mulheres responsáveis pelo domicílio, após a dissolução conjugal na cidade de Ponta Grossa – Paraná**. 2011, 184f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.

QUEIROZ, Valéria Márcia. Barra do Garças – MT no Contexto Socioeconômico da Região Centro Oeste e o Surgimento dos Moradores de Rua. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças, v. 2, n. 2, ago-dez, p. 188 – 204, 2012.

REIS, Deyvid Fernando dos; MARANDOLA JR., Eduardo; GRATÃO, Lucia Helena Batista. O sentido de lugar para os catadores-carrinheiros: habitar entre a casa e a rua na cidade de Londrina. **Entre-lugar**. Dourados, ano 3, n. 5, jan-jun, p. 117-136, 2012.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Entre Mobilidades e Permanências – Uma Análise das Espacialidades Cotidianas da População em Situação de Rua na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro**. 2015, 380f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

_____. “Nas margens do centro”: As populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles. **Cadernos de Geografia**. Belo Horizonte, v. 23, n. 40, p. 1-14, 2013.

_____. As populações de rua nas grandes metrópoles: reflexões sobre tensões, conflitos e territorialidades nos espaços públicos. **Revista Tamoios**. São Gonçalo, ano VI, n. 2, 63-73, 2010.

_____. Populações “daninhas”? Contenção territorial e estratégias de sobrevivência das populações de rua nos espaços públicos das grandes metrópoles. **Entre-lugar**. Dourados, ano 2, n. 3, jan-jun, p. 137-163, 2011.

ROCHA, Heder Leandro. **Espaço espiado**: o uso de *crack* instituindo espacialidades vivenciadas por adolescentes do sexo masculino em Ponta Grossa – Paraná. 2013, 116 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

ROSE, Gillian. **Feminism e geography**: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, Gillian. Performing Space. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Phillip. **Human Geography Today**. Cambridge: Polity Press, 1999, p. 247 – 259.

ROSSI, Rodrigo. **“Malucos da quebrada”**: territórios urbanos na complexidade espacial cotidiana dos adolescentes homens em conflito com a lei em Ponta Grossa – Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio. Pelo espelho de Alice: homofobia, espaço escolar e prática discursiva docente. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2017. v. 1. 218p

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003**. 2003 Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Pesquisa/estimativa_pessoas_em_situacao_de_rua_2003.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018

SILVA, Joseli Maria ; ORNAT, Márcio José . Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. In: Cláudia Luisa Zeferino Pires; Álvaro Luiz Heidrich; Benhur Pinós da Costa. (Org.). **Plurilocalidade dos sujeitos**. Porto Alegre: Compasso, 2016, v. 1, p. 56-75

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade. Org. Joseli Maria Silva. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, p.135-149. 2009.

SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (org.). **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 143-182

SILVA, Joseli Maria. Geografia feminista, sexualidade e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Org. Joseli Maria Silva. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, p.93-115. 2009b.

SILVA, Silvania Cecilia da; IZAÚ, Vitória Régia; ANASTÁCIO, E. A população de rua de Belo Horizonte e o envelhecimento: análise social e política a partir dos dados censitários. In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 4, 2016, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: CRESS-MG. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/74/7435809b-23d1-4144-a65e-8761c0304245.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2018.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. A. (org). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p.132-175

SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**, São Paulo, n. 10, p. 435 – 458, Jul – Dez 2007.

VARANDA, Walter.; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n. 1, p. 56 – 69, jan-abr 2004.

VASCONCELOS FILHO, João Manoel de; NASCIMENTO, Gerson Gomes do. Os Homeless e/ou População de Rua: A Moldura da Miséria em Natal-RN. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças, v. 3, n.1, jan-jul, p. 19 – 32, 2013.

APÊNDICES

Apêndice I – Roteiro Semiestruturado de Entrevista

Entrevista no:

Data:

Nome:

Pseudônimo:

Idade:

Naturalidade:

Escolaridade:

Gênero:

Estado Civil:

Há quanto tempo está na rua?

Parte I. Como é o processo de tornar-se pessoa moradora de rua em passagem por Ponta Grossa, Paraná?

1. Como se deu a saída de sua antiga moradia e os seus primeiros passos na rua?

2. Você pode retornar para a sua antiga moradia, depois que se tornou um morador de rua?

3. Caso não possa retornar para a sua antiga moradia, depois de quanto tempo você se deu conta que não teria mais como voltar para a sua antiga moradia? Porque você não pode voltar?

4. Como é sua relação com seus familiares? Ainda existe algum vínculo, contato ou auxílio por parte dos mesmos, e vice-versa?

5. Quais são os principais motivos para que você continue a morar na rua?

6. Quando você pensa sobre a sua vida na rua, quais são as imagens e principais pontos que lhe vem a mente? (relato de situações de vivência espacial que tenham sido marcantes em todo o tempo de vivência na rua)

7. Você já sofreu preconceito por ser morador de rua? (relato de casos com as pessoas que foram preconceituosas)

8. Já foi abortado por policiais pelo fato de ser morador de rua? (relato de casos)

Parte II. Como as pessoas moradoras de rua estabelecem suas dinâmicas de vivência espacial na cidade de Ponta Grossa?

1. Onde você normalmente dorme? Você dorme sozinho(a)?

2. Quais são os lugares que você passa o dia?

3. Quais os locais onde você geralmente come?

4. Você consegue trabalho com frequência? Quando consegue trabalha com o que? Como é o pagamento?

5. Em qual cidade você se tornou morador de rua?

6. Por quais cidades você já morou enquanto morador de rua?

7. Costuma viajar de cidade para cidade? Se sim, como faz para realizar esse deslocamento?

8. Conhece outros moradores de rua? (Cite nomes)
9. Recebe ajuda de outros moradores de rua?
10. Como são as relações entre os moradores de rua?
11. Você tem alguma passagem pela polícia? Porque?
12. A repressão policial é algo presente na vida do morador de rua?
13. Em quais locais você recebeu mais repressão policial? (relato de casos)

Parte III. Como se estabelecem as práticas cotidianas de sobrevivência na vivência espacial?

1. Como você faz para se organizar para viver nas ruas?
2. Você tem alguma rotina? Algum espaço ou lugar que vá com frequência?
3. Quais os principais espaços de auxílio que você acessa?
4. Onde você procura assistência social?

5. Quais são suas principais referências de (Dê exemplos de locais onde essas categorias se mostram presentes / o significado que os moradores de rua estabelecem a estes locais, na relação com as categorias abaixo / relatos de caso):

- a. segurança:
- b. violência:
- c. conforto:
- d. exclusão:
- e. morte:
- f. moradia:
- g. amizade:
- h. comércio:
- i. transporte:
- j. arte / cultura:
- k. educação:
- l. poder público:
- m. instituições de assistência:
- n. religião:
- o. sexualidade:
- p. racialidade:
- q. Outros:, etc.

Apêndice II – Banco de dados no LibreOffice Base

Registro 446 de 446

Estilo padrão

110%

ID

<Campo automático

Nome

Especialidade Discursiva

Categoria Discursiva

Elemento

De quem o entrevistado fala

Fase da Vida

Evocação